

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

Alexandre Ribeiro Lessa

**Memória e política: o discurso religioso e as eleições
presidenciais brasileiras de 2010**

Vitória da Conquista - Bahia
Fevereiro de 2014

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

Alexandre Ribeiro Lessa

**Memória e política: o discurso religioso e as eleições
presidenciais brasileiras de 2010**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva

Co-orientadora: Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva

Vitória da Conquista - Bahia
Fevereiro de 2014

L5661m Lessa, Alexandre Ribeiro

Memória e discurso político: o discurso religioso e as eleições presidências brasileiras de 2010; orientador Edvania Gomes da Silva, co-orientador Maria da Conceição Fonseca-Silva - Vitória da Conquista, 2014.

114 f.

Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade).

Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2014.

1. Análise de Discurso. 2. Memória Discursiva. 3. Discurso Religioso. 4. Efeitos de Sentido. I. Silva, Edvania Gomes da. II. Fonseca-Silva, Maria da Conceição. III. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. IV. Título.

Título em inglês: Memory and political discourse: the religious discourse and Brazilian presidential elections of 2010.

Palavras-chave em inglês: Discourse Analysis; Memory Discursive; Religious Discourse; Effects sense.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

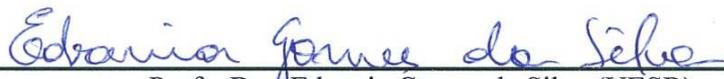
Banca Examinadora: Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva (orientadora), Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva (co-orientadora), Prof. Dr. Nilson Cândido Ferreira (membro titular), Profa. Dra. Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro (membro titular), Prof. Dr. Jorge Viana Santos (suplente), Prof. Dr. João Antônio de Santana Neto (suplente).

Data da Defesa: 13 de fevereiro de 2014.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

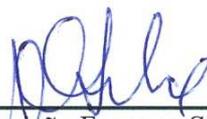
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

BANCA EXAMINADORA



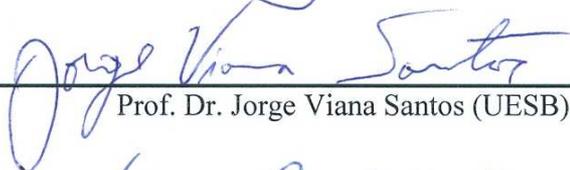
Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva (UESB)

Orientadora



Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva (UESB)

Co-orientadora



Prof. Dr. Jorge Viana Santos (UESB)



Prof. Dr. Nilson Cândido Ferreira (UNICAMP)

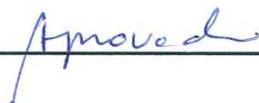
Suplentes

Profa. Dra. Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro (UESB)

Profa. Dr. João Antônio de Santana Neto (UNEB)

Vitória da Conquista, 25 de fevereiro de 2014.

Resultado: _____



Dedico:

Ao *Deus*, a quem sirvo, e a minha esposa,
Laíza, com amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não é fruto de esforço individual. Várias pessoas, de diversas formas, contribuíram para que obtivéssemos êxito nesta jornada.

Em primeiro lugar, ao Rei dos Reis e Senhor do universo, ao Deus Todo-Poderoso; e ao seu Filho Unigênito, Jesus Cristo; e ao Espírito Santo, todo meu louvor e gratidão. A *Ele* a glória eternamente.

À minha família, base de tudo: Laíza, João Guilherme e Maria Ester. Essa vitória é de vocês!

À minha orientadora, Profa. Edvania, pela paciência, disponibilidade, cuidado e competência, com que sabiamente me instruiu e aconselhou no decorrer da elaboração da pesquisa, em sala de aula, nos eventos acadêmicos, nas orientações e também na convivência diária.

À Profa. Conceição, minha co-orientadora, pelo exemplo de alguém comprometido em tudo que faz, em especial, pela acurada dedicação na busca pelo conhecimento. E pela graça de, nesse processo, ter constituído uma amizade verdadeira.

A todos os professores, funcionários e colegas do Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e sociedade.

A todos os professores que compuseram a banca examinadora de qualificação e de defesa desta pesquisa.

Aos companheiros de trabalho do Grupo de Pesquisa em Análise do Discurso (GPADis).

À CAPES, por investir na minha formação.

A Vinicius, pela amizade sempre presente e pelo encorajamento no início desta jornada.

Aos irmãos e ao conselho da Igreja Presbiteriana de Vitória da Conquista, pela sábia visão de que toda verdade é verdade de Deus.

A todos os irmãos da Congregação Presbiteriana do Candeias, em especial, ao membros da equipe base: Presb. Esdras, Virgínia, Samuel e Maria Clara; Diác. Leopoldo, Luciana, Mariana e Marco Túlio; Thalita, Lilian e Marcelinho.

A meu pai, Alzir, as minhas “mães”, Laura, Cláudia e Elcy (*in memoriam*), e aos meus irmãos, Júlia e Daniel, a gratidão pelo apoio constante e orações.

Aos meus sogros, Jessé e Joanísia, pais que a vida me deu.

RESUMO

Neste trabalho, analisamos o papel da memória no funcionamento discursivo da campanha eleitoral presidencial brasileira, mostrando os efeitos de sentido decorrentes desse funcionamento. Para tanto, mobilizamos pressupostos teóricos da Escola Francesa de Análise de Discurso e procuramos responder à seguinte questão: quais efeitos de sentido encontram-se materializadas no corpus analisado? O *corpus* é composto por materialidades linguísticas e imagéticas que fazem parte da campanha eleitoral das eleições presidenciais brasileiras de 2010. Para responder à pergunta de pesquisa, formulamos as seguintes hipóteses: a) na segunda quinzena de setembro/2010, a candidata petista Dilma Rousseff caiu nas pesquisas de intenção de votos o que culminou na necessidade do segundo turno das eleições. Nossa hipótese inicial é a de que a supracitada migração de votos ocorreu principalmente entre os eleitores evangélicos e católicos, quando da irrupção de questões situadas no entremeio do discurso religioso e do discurso político, ligadas à determinada memória, e nesse sentido a campanha deve ser entendida como *lugar de memória discursiva*; b) a questão do aborto, (vinculada ao discurso religioso) funcionou, nas campanhas, como *memória* que irrompeu sobre a *atualidade*, constituindo assim um *acontecimento discursivo*; c) o discurso político, por meio de relações interdiscursivas com o discurso religioso (e, portanto, de relações com a memória discursiva), constrói imagens cristalizadas (estereótipos) dos candidatos, imagens essas que tentam aproxima-los de certos grupos religiosos fazendo emergir determinados *ethé* dos candidatos.

PALAVRAS-CHAVE:

Análise de Discurso; Memória discursiva; Discurso religioso; Efeitos de sentido.

ABSTRACT

In this research we explore the role of memory in discursive functioning of the Brazilian presidential election campaign in 2010 and then discuss the effects of meaning resulting from this operation. For this purpose, we mobilize theoretical assumptions of French Discourse Analysis and seek to answer the following question: what effects of meaning are materialized in the analyzed corpus? The corpus consists of linguistic and imagistic materiality that are part of the electoral campaign of the Brazilian presidential elections of 2010. To answer the research question, we formulated the following hypotheses: a) in the second half of September/2010, the PT candidate Dilma Rousseff fell in voting intention surveys which culminated in need of the second round of elections. Our initial hypothesis is that the aforementioned migration vote occurred primarily among evangelical voters and Catholics, when the outbreak of issues situated between the religious discourse and political discourse, linked to specific memory, and in that sense the campaign must be understood as a *Place of Discourse Memory* b) the issue of abortion, (linked to religious discourse) worked in the campaigns, such as *memory* that erupted over the present, thus constituting a *Discursive Event*; c) political discourse through interdiscursive relations religious discourse (and therefore relations with the Discursive Memory), candidated builds images (stereotypes) of candidates, these images that try to approach them from certain religious groups giving rise to certain *ethé* candidates.

KEYWORDS

Discourse analysis; Memory discursive; Religious discourse; Effects sense.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
1.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	09
1.2 CONSTRUÇÃO DO CORPUS.....	19
1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	20
2 LUGAR DE MEMÓRIA DISCURSIVA NA CAMPANHA ELEITORAL	22
2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	22
2.2 LUGAR DE MEMÓRIA DISCURSIVA.....	22
2.2.1 Memória Coletiva	22
2.2.2 Lugares de Memória.....	24
2.2.3 Domínios de Memória, Memória Discursiva e Interdiscurso.....	26
2.3 CAMPANHA ELEITORAL PRESIDENCIAL BRASILEIRA DE 2010.....	28
2.3.1 Pré-campanha e primeiro turno das eleições	29
2.3.1.1 Principais fatos do primeiro turno das eleições	34
2.3.2 Segundo turno das eleições.....	46
2.3.2.1 Principais fatos do segundo turno das eleições	46
2.4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	58
3 MEMÓRIA E DISCURSO NA CAMPANHA ELEITORAL.....	60
3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	60
3.2 ACONTECIMENTO DISCURSIVO NA CAMPANHA ELEITORAL	61
3.2.1 Acontecimento discursivo – a questão do aborto	65
3.2.2 O caso Mônica Serra.....	81
3.3 O EFEITO FARISEU	84
3.4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	86
4 ETHOS E CENOGRAFIA NA CAMPANHA ELEITORAL	88
4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	88
4.2 A NOÇÃO DE ETHOS E SEU CARÁTER MULTIDISCIPLINAR.....	88
4.3 A NOÇÃO DE CENOGRAFIA	92
4.4 ETHOS E CENOGRAFIA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS BRASILEIRAS	94
4.5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	105
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS	109

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Os estudos referentes ao campo da *memória* abrangem pesquisas relacionadas a diversas áreas distintas do conhecimento, o que lhes confere um caráter multidisciplinar. Inicialmente, ao falarmos de *memória*, somos remetidos à(s) noção(ões) da(s) propriedade(s) humana(s) de conservar informações ou impressões passadas. Nesse sentido, as pesquisas sobre a memória abordam a capacidade cognitiva dos seres humanos e abarcam áreas como as da psicologia, psicofisiologia, neurofisiologia, biologia e psiquiatria. Entretanto, no interior destas ciências mencionadas, de forma metafórica ou literal, questões ligadas à história e à sociedade são trazidas à baila e é desta forma que as noções de aprendizagem, as mnemotécnicas, as teorias de atualização de vestígios mnemônicos, os estudos de aquisição da memória e da inteligência, e as teorias de auto-organização e estruturação/desestruturação aproximaram os estudos da memória das esferas das ciências humanas e sociais (cf. LE GOFF, 1990). É também deste modo que, quando estes referidos estudos levaram em consideração a *ação narrativa* ou o *comportamento narrativo* em sua função social de comunicar a outrem alguma coisa, na ausência de seu acontecimento e/ou objeto constitutivos, ocorreu a aproximação entre os estudos da linguagem e os estudos da memória. Ademais, essa *linguagem-memória* funciona de forma a exteriorizar aquilo que estava posto nos limites físicos do nosso corpo para se interpor nos registros e livros.

Desta forma, diferentes disciplinas se interessam por esse campo multidisciplinar que constitui os estudos da memória, onde desenvolveram-se também as pesquisas relacionadas à Escola Francesa de Análise de Discurso, pois em tudo que se diz, há o funcionamento de uma memória, e esta, independentemente do indivíduo, produz efeitos que se relacionam a um já dito e que tornam possível todo o dizer.

No presente trabalho, tratamos dessa memória em que algo fala antes e em outro lugar independentemente (PÊCHEUX, 1983a). Para tanto, optamos por pesquisar a(s) relação(ões) da política com o discurso religioso, materializados na campanha eleitoral presidencial de 2010, e procuramos identificar, nas diversas materialidades verbais e

imagéticas, a presença desses discursos que, numa relação com a memória, materializam diferentes efeitos de sentido.

Na campanha eleitoral, identificamos o entrecruzamento do discurso político e do discurso religioso, na atualidade, por meio do uso de diversos recursos disponíveis na comunicação de mídia, tais como imagens, *sites*, *blogs*, panfletos, *outdoors*, santinhos, fotografias, propagandas audiovisuais, dentre outros. É dessa forma que o discurso político recorre à mídia e à publicidade por meio do espetáculo (cf. COURTINE, 2003). A proximidade da campanha política com o texto publicitário, em todas as suas nuances, a saber, o verbal, o imagético, são explorados e, muitas vezes, trabalham concomitantemente na produção de certos *efeitos de sentido*.

Nesse processo, o discurso político é espetacularizado para seduzir os eleitores em uma tentativa de ganhar votos, aproximando a imagem dos candidatos a cargos eletivos e seus respectivos partidos ou do que a sociedade e/ou determinados grupos esperam. É nesse sentido que o discurso político também passa a ser atravessado por outros discursos no seu processo constitutivo, no qual destacamos na presente dissertação, como dito anteriormente, o discurso religioso. Em outras palavras, optamos por analisar, pelo viés da Análise de Discurso, materialidades linguísticas e imagéticas da referida campanha em que há tal relação.

Nesta dissertação, não fizemos um recorte específico de determinados sítios da internet ou periódicos reconhecidos nacionalmente, pois, durante a coleta de dados, verificamos que as materialidades significantes surgiram em vários lugares e de várias formas: nas propagandas eleitorais, nos *jingles*, nas falas dos apresentadores, nas manifestações partidárias, na fala dos supostos eleitores, nos *sites*, nos *blogs*, nos vídeos, nas revistas, dentre outros. Portanto, uma busca de fôlego foi realizada em lugares plurais, principalmente na *internet*.

Ademais, como dito, entendemos que o discurso político se constitui no cruzamento com outros discursos, dentre os quais destacamos na presente pesquisa o discurso religioso, o que por sua vez nos conduz ao conceito de *interdiscurso*¹, uma vez que os discursos estão relacionados entre si de forma constitutiva, o que se materializa por meio de pré-construídos, que são retomados atualizando outros discursos.

¹ O conceito de interdiscurso é explicado em um tópico específico deste trabalho.

Com relação ao *discurso religioso*, tomamo-lo à maneira de Orlandi (2011) para quem este discurso é aquele em que se faz ouvir a voz de Deus ou de seus enviados – profetas, pastores, padres, etc. – sendo essa a principal característica desse discurso.

O discurso religioso possui também características gerais e características peculiares a certas *classes* de discurso religioso como, por exemplo, o *discurso teológico* e o *discurso bíblico*. Nesse sentido, o discurso religioso é aquele em que há uma relação espontânea com o sagrado, sendo, portanto, de cunho informal, ou dito de outro modo, a intermediação natural – de caráter subjetivo – que o homem faz com o sobrenatural; enquanto o *discurso teológico* é aquele “em que a mediação da alma religiosa e o sagrado se faz por uma sistematização dogmática das verdades religiosas, e onde o teólogo, ele mesmo, aparece como aquele que faz a relação entre dois mundos: o mundo hebraico e o mundo cristão” (ORLANDI, 2011, p 246); já o *discurso bíblico*, por sua vez, é aquele caracterizado pelo próprio texto da Bíblia.

Contudo, o discurso religioso pode – e na presente pesquisa é – ser visto de maneira *globalizante*, ou seja, como para Escola Francesa de Análise de Discurso, os discursos se entrelaçam, apesar de os conceitos de teologia, religião, evangelização, direito canônico e lei moral serem diferentes, os discursos que envolvem essas temáticas se entrelaçam em um *campo* que chamamos *discurso religioso*, e que, portanto, tem caráter intertextual, pois “todo discurso religioso (pela sua natureza) tem a ver com outro discurso religioso” (CASTRO, 1987, p.31). Assim, o discurso religioso se manifesta como um ‘comentário’ a um texto de origem. Há sempre um dizer já dito, um redizer de significação divina.

A dificuldade na definição dos termos tomados por discurso bíblico, discurso teológico, discurso religioso, ainda pode ser marcada por maior complexidade quando levamos em consideração as subdivisões próprias de cada uma dessas *classes* de discurso religioso, uma vez que existem leituras múltiplas e diversas compreensões teológicas possíveis (cf. Xavier, 2007). Outrossim, cabe-nos ressaltar que, na presente pesquisa, não nos interessa produzir uma discussão teológica, e que tomamos o discurso bíblico – aquele discurso que é próprio do texto da Escritura Sagrada – como ponto de partida para o discurso religioso pois “o discurso religioso toma emprestado do discurso bíblico sua fundamentação de autoridade e se estabelece como base para a proliferação do imaginário religioso” (XAVIER, 2007, p. 39). Assim, o discurso religioso de caráter cristão, é tomado por Maingueneau (2008b), como *discurso*

constituente,² e tem como *fonte legitimadora* a Bíblia, que é usada para reafirmar certa memória.

Quando Orlandi (2011) propôs conceituar o discurso religioso, ela inicialmente postulou a distinção de três tipos de discursos: o *discurso lúdico*, o *discurso polêmico* e o *discurso autoritário*. O critério adotado pela autora para a distinção desses discursos foi a relação entre o referente (objeto do discurso) e os interlocutores (locutor e ouvinte):

Nesse sentido, podemos caracterizar os três tipos de discursos da seguinte maneira: o discurso lúdico é aquele em que o seu objeto se mantém presente enquanto tal e os interlocutores se expõem a essa presença, resultando disso o que chamaríamos de polissemia aberta. O discurso polêmico mantém a presença do seu objeto, sendo que os participantes não se expõem, mas ao contrário, procuram dominar o seu referente, dando-lhe uma direção, indicando perspectivas particularizantes pelas quais se olha e se o diz, o que resulta na polissemia controlada. No discurso autoritário, o referente está ausente, oculto pelo dizer; não há interlocutores, mas um agente exclusivo, o que resulta na polissemia contida. (ORLANDI, 2011, p. 15)

Para entendermos estas distinções em relação ao discurso, conforme a proposta de Orlandi (2011), é preciso abordar a noção de *reversibilidade*, que é apresentada pela autora como a *condição do discurso*, “pois sem essa dinâmica na relação da interlocução, o discurso não se dá, não consegue, não se constitui. Isso, no entanto, não significa que todo discurso se estabelece na harmonia dessa condição” (ORLANDI, 2011, p. 239).

A *reversibilidade* é a troca de papéis na interação que constitui o discurso e que o discurso constitui. A proposta é não fixar de forma categórica o locutor no lugar do locutor e o ouvinte no lugar do ouvinte, pois “esses polos, esses lugares, não se definem em sua essência, mas quando referidos ao processo discursivo: um se define pelo outro, e, na sua relação, definem o espaço da discursividade” (ORLANDI, 2011, p. 239), e o discurso autoritário busca anular essa possibilidade, entretanto:

² Para Maingueneau, os discursos constituintes têm a pretensão de não reconhecer outra autoridade além da sua própria. Discursos como o religioso, científico e filosófico são discursos constituintes. Estes discursos funcionam com uma função de *archeion*, termo grego ligado a “fonte”, “princípio”, “comando”, ou seja, a sede da autoridade, “que por sua vez associa assim o trabalho de fundação no e pelo discurso a determinação de um lugar associado a um corpo de enunciadores consagrados, uma gestão da memória.” (MAINGUENEAU, 2008. p.38). Ainda segundo Maingueneau, os discursos constituintes não se legitimam a si mesmos, eles são ligados a uma fonte legitimadora.

embora não haja reversibilidade de fato, é a *ilusão da reversibilidade* que sustenta esse discurso. Isso porque embora o discurso autoritário seja um discurso em que a reversibilidade tenda a zero, quando é zero o discurso se rompe, desfaz-se a relação, o contato, e o domínio (o escopo) do discurso fica comprometido. Daí a necessidade do desejo de torná-lo reversível. Daí a ilusão. E essa ilusão tem várias formas nas diferentes manifestações do discurso autoritário (ORLANDI, 2011, p. 240).

Ainda segundo Orlandi (2011), a questão da reversibilidade, por sua vez, traz como consequência necessária a consideração de outro critério para a distinção dos tipos de discurso: a *polissemia*. Nesse sentido, a autora firma que:

o discurso autoritário tende à monossemia, uma vez que esse discurso se caracteriza pela polissemia contida, estancada. Entretanto, também em relação à monossemia, não podemos afirmar que o discurso autoritário, é um discurso monossêmico, mas que tende para monossemia. Isso porque todo discurso é incompleto em seu sentido de intervalar: um discurso tem relação com outros discursos, é constituído pelo seu contexto imediato de enunciação e pelo contexto histórico-social e se constitui na relação entre formações discursivas e ideológicas. Assim sendo, o sentido (os sentidos) de um discurso escapa(m) ao domínio exclusivo do locutor. Poríamos, então, dizer que todo discurso, por definição, é polissêmico, sendo que o discurso autoritário tende a escapar da polissemia. (ORLANDI, 2011, p. 240).

Uma vez que a questão da reversibilidade está diretamente ligada à questão da polissemia, quando Orlandi trata da *ilusão de reversibilidade*, ela se refere às condições de significação do discurso autoritário, ou seja, ao seu caráter tendencialmente monossêmico, ou sua pretendida monossemia. Dito de outra forma, o discurso religioso busca estancar a polissemia impedindo a reversibilidade.

Orlandi (2011) mobiliza os postulados de Althusser (2001) para afirmar que Deus interpela seu sujeito em sujeito cristão e que, portanto, se existe uma multidão de sujeitos cristãos é porque existe o todo poderoso (Deus) que assujeitou indivíduos livres em sujeitos cristãos:

O discurso religioso não apresenta nenhuma autonomia, isto é, o representante da voz de Deus não pode modificá-lo de forma alguma. Há regras estritas no procedimento com que o representante se apropria da voz de Deus: a relação do representante com a voz de Deus é regulada pelo texto sagrado, pela igreja e pelas cerimônias. (ORLANDI, 2011, p. 245).

Assim, o discurso religioso é, por definição, uma voz que se fala na outra da qual é representante. Como no discurso político, em que a voz do povo se fala no político; no discurso pedagógico, em que a voz do saber se fala no professor; no discurso terapêutico, em que a voz da saúde se fala no médico; no discurso da história, em que a voz dos fatos se fala no historiador; no discurso religioso a voz de Deus se fala nos padres, pastores e profetas, visto nessa perspectiva. Nesse sentido, “poderíamos dizer que o discurso religioso não apresenta autonomia, isto é, o representante da voz de Deus não pode modificá-la de forma alguma” (ORLANDI, 2011, p. 245). Há regras estritas no procedimento com que o representante se apropria da voz: a relação do representante com a voz é regulada pelo texto sagrado, pela igreja, pelas cerimônias. Assim:

dada a forma da representação da voz, e dada a assimetria fundamental que caracteriza a relação falante/ouvinte no discurso religioso, mantém-se a distância entre o dito de Deus e o dizer do homem, ou seja, há uma separação (diferença) entre a significação divina e a linguagem humana, separação que deriva da dissimetria entre os planos. E assim se mostra e se mantém a obscuridade dessa significação, inacessível e desejada. Uma vez que há obscuridade, há sempre a possibilidade das diferentes interpretações (leituras) das palavras (do texto), as essas diferenças observam um regulamento categórico: além de um certo limite, elas são consideradas transgressões, instituem novas seitas, são cismas, etc. A interpretação própria da palavra de Deus é, pois, regulada. Os sentidos não podem ser quaisquer sentidos: o discurso religioso tende fortemente para a monossemia. No cristianismo, enquanto religião institucional, a interpretação própria é a da Igreja, o texto próprio é a Bíblia, que é a revelação da palavra de Deus, o lugar próprio para a palavra é determinado segundo as diferentes cerimônias. (ORLANDI, 2011, p. 245).

Desta forma, o processo discursivo que impede a reversibilidade é a distinção entre os lugares sociais no discurso religioso. O lugar social de Deus é o espiritual e o lugar dos sujeitos-cristãos interpelados é o plano temporal, ou seja, há um desnivelamento, uma assimetria na relação entre o locutor e o ouvinte, pois o locutor está no plano espiritual (Deus), e o ouvinte está no plano temporal (os adoradores). Neste processo, Deus, o locutor, é imortal, eterno, onipotente, onipresente, onisciente, em resumo, todo-poderoso. Os seres humanos, os ouvintes, entretanto, são mortais, efêmeros e finitos. Como na relação com os modos de representação, a voz no discurso religioso ocorre por meio de seus representantes - padres, pastores, profetas, etc. -,

aquele que fala no lugar de Deus, idealmente, não deve modificar o discurso, antes, deve seguir regras restritas e reguladas pelo texto sagrado, pela Igreja, pelas liturgias, com a finalidade de manter distância entre ‘o dito de Deus’ e ‘o dizer do homem’:

Locutor e ouvinte pertencem a duas ordens de mundo totalmente diferentes e afetados por um valor hierárquico, por uma desigualdade em sua relação: o mundo espiritual domina o temporal. O locutor é Deus, logo, de acordo com a crença, imortal, eterno, infalível, infinito e todo-poderoso; os ouvintes são humanos, logo, mortais, efêmeros falíveis, finitos, dotados de poder relativo. Na desigualdade, Deus domina os homens. (ORLANDI, 2011, p. 243).

Desta forma, para Orlandi (2011), esse reconhecimento do lugar de Deus e dos humanos (sujeitos-cristãos) é um dos efeitos de sentido do discurso religioso.

Diante do Deus Todo-Poderoso, o homem reconhece sua pequenez, reconhece ser uma criatura, e, desta forma, situa-se, no discurso religioso, reconhecendo o enunciador (Deus) como aquele que os nomeou e criou, e perante o qual deve se submeter. Dessa forma, fica garantida a contenção da polissemia, portanto, a não-reversibilidade do discurso religioso. Portanto, o discurso religioso é aquele em que o efeito é a total submissão do sujeito-cristão a Deus que lhe é superior. O sujeito reconhece o seu lugar e o lugar de Deus, sendo o reconhecimento equivalente à não reversibilidade. Nesse sentido, também instala-se a ideia do bom sujeito, ou seja, o sujeito submisso à ordem divina e ao “Todo-Poderoso”.

Nesse discurso, a reversibilidade é impossibilitada pelos lugares sociais ocupados pelos interlocutores. A relação entre o locutor (Deus) e os ouvintes (homens) se faz através da graça mediante a fé, obras do poder de Deus, o que reforça a assimetria entre Deus e os homens:

Interpretando-se a fé com referência à assimetria, podemos dizer que a fé não a elimina, isto é, não é capaz de modificar a relação de não-reversibilidade do discurso religioso: a fé é uma graça recebida de Deus pelo homem, com fé, tem muito mais poder, mas como a fé é um dom divino, ela não emana do próprio homem, lhe vem de Deus. (ORLANDI, 2011, p. 250).

A fé distingue os fiéis dos não-fiéis, ela permite o reconhecimento mútuo entre os sujeitos, os irmãos da fé. Ela é um meio para definir o incluído do excluído, os que pertencem à comunidade dos que dela estão fora. A fé comprova a não-reversibilidade.

Mas, para que o discurso se realize, é necessária a reversibilidade ou a sua ilusão, sem a qual o discurso não se realiza (cf. Orlandi, 2011).

Desta forma, em resumo, destacamos as seguintes características do discurso religioso³:

Desnívelamento	Assimetria na relação entre o locutor e o ouvinte – o locutor está no plano espiritual (Deus), e o ouvinte está no plano temporal (os adoradores). As duas ordens de mundo são totalmente diferentes para os sujeitos, e essa ordem é afetada por um valor hierárquico, por uma desigualdade, por um desnívelamento. Deus, o locutor, é imortal, eterno, onipotente, onipresente, onisciente, em resumo, o todo-poderoso. Os seres humanos, os ouvintes, são mortais, efêmeros e finitos.
Modos de representação	A voz no discurso religioso se fala em seus representantes (padre, pastor, profeta), essa é uma forma de relação simbólica. Essa apropriação ocorre sem explicitar os mecanismos de incorporação da voz, aspecto que caracteriza a mistificação.
A interpretação da palavra de Deus é regulada	Os sentidos não podem ser quaisquer sentidos: o discurso religioso tende fortemente para a monossemia
Formas da ilusão da reversibilidade	Plano humano e plano divino; ordem temporal e ordem espiritual; sujeitos e Sujeito; homem e Deus. A ilusão, segundo Orlandi (1996), ocorre na passagem de um plano para o outro e pode ter duas direções: de cima para baixo, ou seja, de Deus

³ Como vamos lidar com o discurso religioso que, como veremos, está diretamente ligado ao cristianismo, precisamos, ainda que rapidamente, mencionar aqui um breve relato histórico sobre o cristianismo. O ponto de partida da igreja de Cristo é o Monte das Oliveiras, não muito distante do muro oriental de Jerusalém. Ali, por volta do ano 30 a.C., Jesus Cristo, que, segundo relatos, havia ressurgido dentre os mortos, ministra seus últimos ensinamentos aos discípulos e logo depois ascende ao céu. Um pequeno grupo de judeus crentes no seu Senhor, elevado como Messias-Rei de Israel, esperou algum tempo em Jerusalém, sem considerar, inicialmente, a existência de uma igreja fora dos limites do Judaísmo. Contudo, alargaram gradualmente seus conceitos e ministério, até que sua visão alcançou o mundo inteiro. Sob a direção dos apóstolos e seus sucessores imediatos, a igreja foi estabelecida no espaço de tempo de duas gerações, em quase todos os países, desde o Eufrates até ao Tibre, desde o Mar Negro até ao Nilo. O primeiro período terminou com a morte de João, o último dos doze apóstolos, que ocorreu, conforme relatos, por volta do ano 100 (a.C.). Essa época é considerada, na história da igreja, como a Era Apostólica. Durante o período que se seguiu à Era Apostólica, e que durou mais de duzentos anos, a igreja esteve sob a espada da perseguição. Portanto, durante todo o segundo século, todo o terceiro e parte do quarto, o Império Romano exerceu seu poder e influência para destruir aquilo a que chamavam "superstição cristã". Contudo, em meio à perseguição, os seguidores de Cristo aumentaram em número. Finalmente, um imperador cristão subiu ao trono e, por meio de um decreto, conteve a onda de mortes. A igreja, antes perseguida, passou a ser imperial. Uma capital cristã, Constantinopla, ergueu-se e ocupou o lugar de Roma. Contudo, Roma, ao aceitar o Cristianismo, começou a ganhar prestígio como capital da igreja. O Império Romano Ocidental foi derrotado pelas hordas de bárbaros, porém estes foram conquistados pela igreja, e fundaram na Europa nações cristãs, em lugar de nações pagãs. Com a queda do Império Romano Ocidental, iniciou-se o período de mil anos, conhecido como Idade Média. No início, a Europa era um caos, um continente de tribos sem governo e sem leis de nenhum poder central. Mas, gradativamente, foram-se organizando em reinos. Naquela época, o bispo de Roma esforçava-se não só para dominar a igreja, mas também para dominar o mundo. A religião e o império de Maomé conquistavam todos os países do Cristianismo primitivo. Encontramos, então, o Sacro Império Romano e seus inimigos. Observamos, também, o movimento romântico das Cruzadas no esforço para conquistar a Terra Santa que estava em poder dos muçulmanos. A Europa despertava com a promessa de uma próxima reforma, na nova era. Depois do século quinze, a Europa despertou; o século dezesseis trouxe a Reforma da igreja. Encontramos Martinho Lutero afixando suas teses na porta da catedral de Wittemberg. Para defender-se, compareceu ante o imperador e os nobres da Alemanha. Nessa época, vemos a igreja de Roma dividida. Os povos da Europa setentrional fundaram suas próprias igrejas nacionais. Encontramos, também, em atividade a Contra-Reforma, iniciada nos países católicos, para conter o progresso da Reforma. Finalmente, após uma guerra que durou trinta anos, fez-se um tratado de paz em Westfália, em 1648, traçando-se então linhas permanentes entre as nações católico-romanas e as nações protestantes (Cf. Hurlbut, 1979).

	para os homens, momento em que Ele compartilha suas propriedades (ministração de sacramentos, bênçãos); de baixo para cima, quando o homem se alça a Deus, principalmente, através da visão, da profecia.
Escopo do discurso religioso	A fé separa os fiéis dos não fiéis, os convictos dos não convictos. Logo, é o parâmetro pelo qual delimita a comunidade e constitui o escopo do discurso religioso em suas duas formações características: para os que creem, o discurso religioso é uma promessa, para os que não creem é uma ameaça.
Intertextualidade	Todo discurso religioso (pela sua natureza) tem a ver com outro discurso religioso. O discurso teológico, por exemplo, é um discurso sobre outro discurso. Ele se manifesta como um 'comentário' a um texto de origem, por isso, tem pouco a ver com o contexto imediato da enunciação. Há sempre um dizer já dito, um redizer de significação divina.

Uma vez que vamos mobilizar a *memória* e a *política* para entender as questões relacionadas às eleições presidenciais brasileiras de 2010, precisamos entender o que tomamos como *política* na presente pesquisa. Segundo Abbagnano (2007), vários significados já foram atribuídos à palavra grega πολιτική (política), como, por exemplo, doutrina do direito e da moral⁴ (cf. Aristóteles, 2001), teoria do Estado⁵ (cf. Platão, 1979), a arte ou a ciência do governo (cf. Maquiavel, 1987) e também o estudo dos comportamentos intersubjetivos. Entretanto, ao invés de tomar um destes quatro sentidos clássicos, tomaremos a política à maneira de Foucault para quem o poder está difuso pela sociedade: “A questão do poder fica empobrecida quando é colocada unicamente em termos de legislação, de Constituição, ou somente em termos de Estado ou de aparelho de Estado” (FOUCAULT, 1979, p. 221). Desta forma o poder se manifesta em todos os aspectos da vida humana, nos diversos níveis da sociedade, interligados ou não ao Estado.

Partindo, portanto, da relação entre política e discurso religioso, desenvolvemos a pesquisa que originou esta dissertação, a qual está vinculada ao Projeto *Memória e Discurso Religioso em Diferentes Narrativas*⁶. Para tanto, buscamos responder a seguinte questão: no *corpus* analisado, ou seja, nas diversas materialidades significantes analisadas, quais efeitos de sentido estão presentes na campanha política das eleições presidenciais de 2010?

⁴ Em sua obra *Ética a Nicômaco* Aristóteles fez uma investigação em torno do que deve ser o bem e o bem supremo, e, nesse sentido, a política é definida como a ciência mais importante: "Essa ciência parece ser a política. Com efeito, ela determina quais são as ciências necessárias nas cidades, quais as que cada cidadão deve aprender, e até que ponto" (*Et. nic.* I, 2).

⁵ Efetivamente, a política, como teoria do Estado, seguiu o caminho utópico da descrição do Estado perfeito segundo o exemplo da *Republica de Platão*, ou o caminho mais realista dos modos e dos instrumentos para melhorar a forma do Estado. (cf. Platão, 1979).

⁶ Projeto temático vinculado à linha de pesquisa *Memória, Discursos e Narrativas*, do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

Para responder à referida pergunta/problema, levantamos as seguintes hipóteses:

- a) na segunda quinzena de setembro/2010, a candidata petista Dilma Rousseff caiu nas pesquisas de intenção de votos o que culminou na necessidade do segundo turno das eleições. Nossa hipótese inicial é a de que a supracitada migração de votos ocorreu principalmente entre os eleitores evangélicos e católicos, quando da irrupção de questões situadas no entremeio do discurso religioso e do discurso político, ligadas a determinada memória, e nesse sentido a campanha política é tomada como lugar de memória discursiva;
- b) a questão do aborto, (vinculada ao discurso religioso) funcionou, na atualidade das campanhas, como memória que irrompeu sobre a atualidade, constituindo assim um *acontecimento discursivo*, no sentido de Pêcheux, conforme expresso nas obras *O papel da memória e Discurso: Estrutura e Acontecimento*.
- c) os grupos políticos, por meio de relações interdiscursivas com o discurso religioso (e, portanto, de relações com a memória discursiva), elaboram determinados *ethé* na construção de imagens cristalizadas (estereótipos) dos candidatos, imagens essas que os aproximam de certos grupos religiosos.

Diante destas hipóteses, no sentido de confirmá-las ou reprová-las, direcionamos esta dissertação a partir dos seguintes objetivos, os quais norteiam nossas discussões e análises:

Objetivo geral: analisar o papel da memória no funcionamento discursivo da campanha eleitoral na relação entre o discurso político e o discurso religioso e discutir os efeitos de sentido decorrentes desse funcionamento;

Objetivos específicos:

- a) Analisar a relação entre memória e o cruzamento do discurso religioso com o discurso político nas eleições presidenciais brasileiras de 2010;
- b) Verificar o funcionamento da questão do aborto (vinculada ao discurso religioso) na campanha, como memória que irrompeu na atualidade na constituição de um acontecimento discursivo;

c) Identificar de que forma, na campanha eleitoral, os candidatos a cargos eletivos e seus respectivos partidos elaboraram determinados *ethé* na construção de imagem cristalizadas dos candidatos, imagens essas que os aproximam de certos grupos religiosos.

Diante dos objetivos que norteiam a proposta desta pesquisa, apresentamos e explicamos, a seguir, o recorte metodológico e o referencial teórico no qual nos baseamos para as análises e discussões do *corpus*.

1.2 CONSTRUÇÃO DO CORPUS

Nesta dissertação, pesquisamos a campanha eleitoral presidencial de 2010 e, mesmo apresentando os principais fatos da pré-campanha e do primeiro turno no primeiro capítulo, enfatizamos o segundo turno, não por opção própria, mas devido à irrupção de materialidades significantes no entremeio do discurso político e do discurso religioso nesse período da eleição. Entendemos que, durante a referida campanha, o discurso político assistido pela propaganda midiática relacionou-se com outros discursos, mas optamos por pesquisar somente a relação deste com o discurso religioso, pois diante de um *corpus* bem definido, pode-se identificar/verificar a constituição dessa materialidade. Neste ponto, julgamos importante ressaltar que a presente dissertação não tem como objetivo comparar candidatos ou defender partidos, mas sim, identificar o funcionamento discursivo da campanha eleitoral no que tange ao cruzamento do discurso político com o discurso religioso nas diversas materialidades significantes encontradas durante o processo da pesquisa.

Para as análises, selecionamos periódicos, sites de internet, blogs, a propaganda eleitoral partidária, falas dos supostos eleitores, comentários dos apoiadores, entre outros. Mesmo com esse vasto *corpus*, não temos a pretensão de afirmar que exaurimos todas as materialidades significantes propostas para essa dissertação.

Cabe salientar que a opção por analisar a campanha eleitoral de 2010 nos impeliu, nas análises dos recursos verbais e não verbais, a mobilizarmos algumas teorias e dispositivos diferentes, dentro da Análise de Discurso. É desta forma que, para responder à questão proposta nesta dissertação, confirmando ou refutando as hipóteses levantadas, mobilizamos os conceitos básicos de memória e de discurso.

No que tange aos estudos sobre a memória, recorremos aos fundamentos teóricos formulados por Maurice Halbwachs (1968) e sua conceituação de *memória coletiva* e aos de Pierre Nora (1984) na formulação de *lugares de memória*. De igual forma, recorremos também aos postulados de Pechêux (1983a, 1983b) e sua conceituação de memória discursiva, e outros autores, como Amossy e Pierrot (1997), Fonseca-Silva (2007a, 2007b), Maingueneau (2001, 2005, 2008a e 2008b), Orlandi (1999, 2011), Pierucci (2011) e outros que se fizeram necessários ao longo das análises.

1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

No presente capítulo expomos a estrutura desta dissertação, apresentando o problema, a justificativa, as hipóteses, e o *corpus* da pesquisa. Os fundamentos teóricos utilizados na dissertação são explanados nos capítulos em que são utilizados.

No capítulo 2, identificamos que, na segunda quinzena de setembro/2010, a candidata petista Dilma Rousseff caiu nas pesquisas de intenção de votos, o que culminou na necessidade do segundo turno das eleições. Nossa hipótese inicial é a de que a supracitada migração de votos ocorreu principalmente entre os eleitores evangélicos e católicos, quando da irrupção de questões situadas no entremeio do discurso religioso e do discurso político, ligadas à determinada memória. Nesse sentido, expomos a campanha eleitoral de forma cronológica tomando-a como *lugar de memória discursiva*.

No capítulo 3, analisamos o segundo turno das eleições de 2010 e verificamos de que forma questões ligadas ao discurso religioso passaram a fazer parte da campanha política. Nas análises, identificamos a questão do aborto, vinculada ao discurso religioso, a qual funcionou, na atualidade das campanhas, como memória que irrompeu sobre a atualidade, constituindo assim um *acontecimento discursivo*.

No capítulo 4, mostramos que, na constituição da propaganda eleitoral, há uma agregação de valores que fazem funcionar uma memória, a qual faz emergir imagens estereotipadas dos candidatos a cargos eletivos. Nesse sentido, esses candidatos e seus respectivos partidos elaboraram determinados *ethé*, relacionados a certas imagens cristalizadas, que os aproximam de certos grupos religiosos.

Na conclusão, apresentamos uma síntese de toda a pesquisa, inclusive dos resultados das análises realizadas.

2. LUGAR DE MEMÓRIA DISCURSIVA NA CAMPANHA ELEITORAL

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O objetivo deste capítulo é descrever a campanha presidencial de 2010, verificando de que forma a memória atravessou a referida campanha, (re)configurando os efeitos de sentido por meio de diferentes materialidades significantes. Trata-se de responder a seguinte questão: De que forma a memória (re)configurou diferentes efeitos de sentido (discursos) nas variadas materialidades significantes produzidas durante a campanha presidencial de 2010?

A partir da descrição dos dados selecionados e catalogados (materiais de campanha, pesquisas de intenção de votos, etc.) verificamos que, na segunda quinzena de setembro de 2010, a candidata petista, Dilma Rousseff, caiu nas pesquisas de intenção de votos, o que culminou na necessidade do segundo turno das eleições. Verificamos ainda que a supracitada migração de votos ocorreu principalmente entre os eleitores evangélicos e católicos. Com base nesse dado, hipotetizamos que tal migração deveu-se, principalmente, a irrupção de questões situadas no entremeio do discurso religioso e do discurso político, as quais estão ligadas à determinada *memória*.

2.2 LUGAR DE MEMÓRIA DISCURSIVA

Para responder a questão/problema deste capítulo, os dados apresentados, bem como a “cronologia” relacionada a estes fatos, tomam as campanhas (e tudo que nelas foi produzido) como *lugar de memória discursiva*, na perspectiva da Escola Francesa de Análise do Discurso, e de acordo com a proposta de Fonseca-Silva (2007a). Nesse sentido, apresentamos algumas considerações teóricas acerca dos conceitos que serão mobilizados na análise e, em seguida, procedemos a análise dos dados, a fim de responder a pergunta que norteia o capítulo.

2.2.1 Sobre o conceito de “memória coletiva”

Aluno de Henri Bergson⁷, Maurice Halbwachs inova no instante em que encontra as origens dos estímulos da memória nos grupos sociais dos quais fazem parte os indivíduos e os grupos, os quais, segundo o autor, constituem os meios capazes de vicejar as recordações. Assim, Halbwachs em sua obra *Quadros Sociais da Memória* (1925), buscando inspiração teórica em Emile Durkheim⁸, afasta-se do esquema teórico-filosófico bergsoniano (bem como da noção de inconsciente Freudiana⁹) e elabora a teoria dos *quadros sociais da memória*, que serviria de base para conceituação de *memória coletiva*, desenvolvida em obras posteriores. Desta forma, Halbwachs afirma que quaisquer que sejam as lembranças do passado, elas só podem existir através de *quadros sociais da memória*, pois os indivíduos necessitam da lembrança de outros indivíduos para recordarem, afirmarem ou negarem suas lembranças. Desta forma, toda memória individual é constituída a partir de uma *memória coletiva* e todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo.

⁷ Henri Bérçson foi um filósofo francês que nasceu em Paris em 1859 e morreu na mesma cidade em 1941. Para Bérçson, é importante definir como as funções do corpo e suas potencialidades têm relação com as imagens que lhe são exteriores. Nesse sentido, os objetos que cercam o corpo humano refletem a ação possível de seu corpo sobre eles. Desta forma, o autor cunha o conceito de *imagem*, que é também memória, porque é das imagens que extraímos os fatos/acontecimentos que configuram nossa forma de nos relacionarmos com a alteridade. Para Bérçson, ao considerarmos a matéria como um conjunto de imagens que nos cercam, bem como o nosso corpo e suas respectivas relações com a mesma, passamos a identificar a memória na condição de maestro de todo o processo, e este, por sua vez, faz com que permaneçam ativos o passado e o presente em nosso processo interpretativo. As *imagens-lembrança* expressam o funcionamento do espírito (algo que é diferente da matéria) e identificam-se com a relação com os objetos, pois tomamos as imagens, as identificamos, e tentamos recupera-las, de acordo com as suas utilidades para nossa vida. Nesse ponto, verifica-se, na obra de Bérçson, uma herança agostiniana. Santo Agostinho (327), no Livro X das *Confissões*, fala sobre os palácios da memória onde há “tesouros de inumeráveis imagens trazidas por percepções de toda espécie.” Nesse sentido, torna-se possível armazenar o passado como memória (BÉRÇSON, 1896, p. 62).

⁸ Em 1905, Halbwachs conheceu Durkheim e se interessou por sociologia, sendo que logo se juntou ao conselho editorial do *L'Année Sociologique*, onde trabalhou com estatística. Em 1935, foi chamado pela Sorbonne, onde lecionou sociologia e trabalhou com Marcel Mauss, além de ser o editor dos *Annales de Sociologie*, da revista *L'Année successor Sociologique*. Em 1944, recebeu uma cadeira no *Collège de France* em Psicologia Social.

⁹ Sigmund Freud foi formulador do conceito de inconsciente e ao fazê-lo demonstrou a questão do desejo, e como ele se dá na dimensão da vida e do corpo humano. De acordo com a *teoria psicanalítica clássica*, Freud, ao formular sua tese quanto à estrutura mental, dividiu-a naquilo que considerava suas principais funções psíquicas, daí a divisão, *Id, ego e superego*. Estes, por sua vez, funcionam em diferentes níveis de consciência. Há um constante movimento de lembranças e impulsos de um nível para o outro. De acordo com Freud o *id* é o reservatório inconsciente das pulsões, que por sua vez estão sempre ativas. O *inconsciente* refere-se ao material não disponível à consciência ou ao escrutínio do indivíduo (FREUD, 1932, p. 90). O conceito freudiano de *inconsciente*, ou seja, esse “material não disponível à consciência”, é definido como aquilo que dá base a *memória*. Portanto, o inconsciente é *memória*.

No mais, se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, com outros meios. (HALBWACHS, 1990, p.51).

Em *Memória Coletiva* (1968), Halbwachs formula a diferenciação entre história e memória, afirmando que a história começa no momento em que acaba a memória, a qual, por sua vez, acaba quando o grupo que recorda junto não confere a esta determinada memória mais destaque (cf. HALBWACHS, 1968, p. 27). Desta forma, “a memória da sociedade estende-se até onde atinge a memória dos grupos dos quais ela é composta” (HALBWACHS, 1968, p. 51). Se um determinado grupo desaparece, a única forma de preservação da memória é por meio das narrativas, que por sua vez, em momentos específicos, serão consultadas e reafirmadas. Desta forma, a memória depende dos estudos da linguagem e de seu caráter social.

2.2.2 Sobre o conceito “lugares de memória”

Na década de 70, ao retomar Halbwachs e a correlação entre memória e estrutura social, Pierre Nora propõe o conceito de *lugares de memória*. De acordo com Nora, devido ao rápido processo de modernização, que destruiu as sociedades-memória, surge a necessidade da instituição de lugares capazes de cristalizar o passado e manter os vestígios mnêmicos. É nesse sentido que Nora retoma a relação entre história e memória, propondo um distanciamento entre as duas, ao compará-las, como vemos no quadro abaixo:

MEMÓRIA	HISTÓRIA
Integrada	Impulso conquistador e erradicador: memória sequestrada pela história
Ditatorial	Fim da adequação da memória e da histórica (igualdade dos termos história - vivida – e História – operação intelectual)
Inconsciente dela mesma	Onde há pegadas, distância, mediação (pesquisa) está-

	se sob o domínio da história
Organizadora	Construção problemática e incompleta do que já não existe
Todo poderosa	Representação do passado
Esponaneamente atualizadora. Sem passado: reconduz herança	Requer análise e discurso crítico
Sempre levada por grupos vivos: em evolução permanente	(Profissional e crítica)
Aberta à dialética da lembrança e da amnésia	
Vulnerável às utilizações e manipulações	
Suscetível a longas latências e revitalizações	
Afetiva e mágica	Operação intelectual e laicizante
Instala a lembrança no sagrado	Desaloja a lembrança do sagrado. É laicizante.
Há tantas memórias quanto grupos: múltipla, coletiva, plural e individualizada	Pertence a todos e a ninguém: vocação para o "universal"
Se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto	Agarra-se a continuidades temporais, evoluções e relações entre coisas
É um absoluto	Só conhece o relativo

Quadro 1 - Comparação entre memória e história feita por Pierre Nora

Para Nora (1984), se a memória for reivindicada pela história, ela deixa de existir. Os *lugares de memória* são, portanto, restos, rituais de uma sociedade sem rituais. Esses lugares de memória têm uma natureza tripla: material, funcional e simbólica. Eles nascem e vivem do sentimento de que já não existe uma memória espontânea e de que é preciso criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, elogios fúnebres, registrar atas, entre outros (cf. NORA, 1984, p. 13).

Ao retomar o conceito de lugar de memória, Fonseca-Silva afirma:

Da perspectiva da Análise do Discurso, concordamos que o simbólico investe os lugares de memória. Isso nos leva a firmar que qualquer materialidade simbólica de significação funciona como *lugar de memória discursiva* (FONSECA SILVA, 2007a, p.19).

Para cunhar o conceito de *lugar de memória discursiva*, Fonseca-Silva (2007a), além dos construtos teóricos já mencionados, mobiliza o conceito de memória discursiva, cunhado por Courtine, conforme veremos abaixo.

2.2.3 Sobre o conceito de memória discursiva

Fonseca-Silva (2007a) afirma que considera a contribuição de Michel Foucault e sua conceituação de *domínios de memória* fundamental para constituição do conceito de *memória discursiva*, cunhado na Análise de Discurso por Courtine (1981), o qual, para fazer funcionar o conceito de memória discursiva, opera descolamentos dos postulados foucaultianos.¹⁰ Desta forma, ainda de acordo com Fonseca-Silva (2007a), o conceito de *memória discursiva* surge da releitura de Foucault, em especial, de suas discussões acerca do “domínio de memória”:

No *domínio de memória*, os enunciados, dispersos no tempo e diferentes em sua forma, formam um conjunto quando, se referem a um único e mesmo objeto. Quando entre um certo número de enunciados, podemos descrever um sistema de dispersão semelhante, e quando, entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, poderíamos identificar e definir uma regularidade, temos, no sentido de Foucault (1969). Uma formação discursiva. (FONSECA-SILVA, 2007a, p. 21).

¹⁰ Como afirmamos, para Fonseca-Silva, a contribuição de Michel Foucault é fundamental para o estudo da memória. A autora afirma que Foucault, em suas obra *A arqueologia do saber* (1969), sistematiza e explica as categorias que faz funcionar em seus estudos arqueológicos, ou seja, em *História da loucura na antiguidade clássica* (1961), *Nascimento da Clínica* (1963) e *As palavras e as coisas* (1966). E, nesse sentido, argumenta que para descrever e fazer análise conceitual da construção e formação dos diferentes saberes é necessário acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, na pontualidade em que aparece e na dispersão temporal que permite ao discurso ser repetido, esquecido, transformado. A autora esclarece que a noção de acontecimento de que trata Foucault está relacionada à noção de atualidade que, diferentemente da noção de presente, é construída a partir de um certo tipo de temporização entre o presente e o atual, com a problematização da atualidade como acontecimento. Dessa forma, na descrição dos acontecimentos discursivos, a questão que se apresenta é saber como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar, ou seja, saber “[...] que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte?” (FOUCAULT, 1969a, p.31-32). Em outras palavras, é preciso demonstrar as condições de existência do enunciado, fixar seus limites, estabelecer as correlações do enunciado com outros enunciados que o precedem e o seguem, o que o autor denomina de *domínio de memória*. O enunciado, na perspectiva foucaultiana, é a unidade elementar do discurso e uma função de existência. E, como tal, não pode ser percebido ou identificado com o portador manifesto de seus limites e caracteres. É necessária uma certa conversão de olhar e de atitude para poder identificá-lo, reconhecê-lo, percebê-lo e considerá-lo em si mesmo. Como função de existência, o enunciado apresenta quatro características: 1) relaciona-se com um referencial, que são as condições de possibilidade de seu aparecimento; 2) tem uma posição de sujeito, uma função determinada e vazia que pode ser ocupada por diferentes indivíduos sob certas condições; 3) pertence a um domínio associado que lhe apresenta relações possíveis com o passado e lhe abre um futuro eventual, ou seja, pertence a um domínio de memória, construído pelo conjunto de formulações, no interior das quais o enunciado se inscreve e com as quais poderá se apagar ou ser valorizado, conservado, cristalizado, e oferecido como objeto a discursos futuros; 4) tem uma existência material repetível que é da ordem da instituição, entra em redes, coloca-se em campos de utilização, abre-se à repetição, à transformação, à reativação, ao esquecimento.

Courtine opera o deslocamento do conceito foucaultiano de domínio de memória para mobilizar, em sua pesquisa, o conceito de memória discursiva, que relaciona-se com o nível do *interdiscurso*.

A noção de *interdiscurso*, em Análise de Discurso postula que, ao enunciar, sentidos são evocados, pois falamos de uma determinada *posição discursiva* e desta forma evocamos a atuação da memória discursiva, que por sua vez, faz com que determinadas formulações evoquem sentidos *já-ditos*, mas que foram esquecidos:

Dito de outra forma, o sujeito se constitui pelo esquecimento do que o determina e pela interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso que se efetua pelo processo de identificação (do sujeito falante) com a formação discursiva na qual ele é constituído como sujeito, o que significa que o sujeito falante identifica-se com a forma sujeito, que regula o que pode e o que não pode; o que deve e o que não deve ser dito, no âmbito de uma determinada formação discursiva. Esse processo de identificação do sujeito com a formação discursiva envolve os seguintes elementos do interdiscurso: "pré-construído" ("sempre-já-aí" da interpelação ideológica) e "processo de sustentação" ou "articulação" (sujeito em sua relação com o sentido ou seja, aquilo que determina a dominação da forma-sujeito), que constituem os traços da formação discursiva dominante que veicula a forma-sujeito. Assim é que se pode dizer que o interdiscurso enquanto discurso-transverso (FONSECA-SILVA, 2007, p. 54).

Orlandi (2009) afirma que o interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Nesse sentido, o interdiscurso se configura pelos discursos presentes na formulação dos novos dizeres, já que o dizer não é propriedade particular, antes, só significa pela história e pela língua. Dessa forma, o interdiscurso aborda o entrelaçamento dos discursos no interior de uma formação discursiva, os quais voltam por entremeio da *memória*, que é resgatada e reformulada.

Para Achard (2007), os efeitos de sentidos não estão presentes somente na materialidade do texto, estes podem ser reformulados pela *memória*. A *memória* é imprescindível para se chegar à construção dos sentidos, pois é através do interdiscurso que se realiza a interpretação das práticas discursivas. Assim, a *memória discursiva* e coletiva se articula pelos diversos meios de comunicação no processo de construção social sobre os modos de proceder da sociedade.

Mobilizando os conceitos de *lugar de memória*, de Nora (1984); *domínio de memória*, de Foucault (1969); e *memória discursiva*, de Courtine (1981), Fonseca-Silva (2007a) postula o conceito de *lugar de memória discursiva* e, assim, analisa o simbólico

como um lugar de reprodução e preservação de memória(s).

Fonseca-Silva (2007a, p.25) afirma ainda que as mídias funcionam como lugares de construção de memórias na sociedade contemporânea e, dessa forma, contribuem para a apropriação de um real fragmentado e disperso, bem como de um imaginário que se confunde com o próprio real nas materialidades significantes verbais e não-verbais. Nesse sentido a autora pesquisa os anúncios publicitários como espaço simbólico de significação, ou seja, como lugares de memória discursiva e social, em que há interação e portanto construção/reconstrução da memória.

Com base no exposto, entendemos que a campanha eleitoral presidencial de 2010 funciona como um lugar de memória discursiva em uma sociedade onde determinados enunciados aparecem, desaparecem e reaparecem, de acordo com a necessidade. É com esse objetivo que, na campanha eleitoral, o discurso religioso entrelaça-se ao discurso político produzindo diferentes efeitos de sentido. Dentro desta perspectiva, vejamos, agora, a descrição da campanha eleitoral brasileira de 2010.

2.3 CAMPANHA ELEITORAL PRESIDENCIAL BRASILEIRA DE 2010

A campanha eleitoral, realizada no Brasil em 2010 para eleição do novo Presidente da República e também de representantes das unidades federativas na Câmara Federal, foi marcada pela eleição da primeira mulher a ocupar o mais importante cargo político do país. Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores,¹¹ obteve 47,7 milhões de votos, em um total de 101,6 milhões de votos válidos. Enquanto isso, seus principais adversários, José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira¹², e Marina Silva, do Partido Verde¹³, obtiveram, respectivamente, 33,1 milhões e 19,6 milhões de votos. O restante dos votos válidos foi distribuído entre os

¹¹ Doravante PT. A coligação que apoiou a candidatura de Dilma Rousseff chamou-se "Para o Brasil Seguir Mudando" e era composta pelos seguintes partidos: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido da República (PR), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Republicano Progressista (PRP), Partido Trabalhista Nacional (PTN), Partido Social Cristão (PSC) e Partido Trabalhista Cristão (PTC).

¹² Doravante PSDB. A coligação que apoiou a candidatura de José Serra chamou-se "O Brasil pode mais" e foi formada pelos seguintes partidos: Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Democratas (DEM), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Popular Socialista (PPS), Partido da Mobilização Nacional (PMN) e Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB).

¹³ Doravante PV.

seis outros candidatos de outros partidos. Essa campanha também foi marcada pelo forte uso de redes sociais na *internet* e pelo entrecruzamento do discurso político com o discurso religioso, ao trazer para o debate eleitoral os temas do aborto e da homossexualidade.

Para nossa pesquisa, dividimos cronologicamente a campanha eleitoral de 2010 da seguinte forma: definição de candidaturas, até Maio/2010; início da campanha e da propaganda eleitoral, em agosto/2010; monitoramento, até 20 de setembro de 2010; reta final do primeiro turno, até 1 de outubro de 2010; e campanha do segundo turno, até 30 de outubro de 2010.

No mês de maio/2010, Dilma Rousseff (PT) havia se consolidado como candidata da situação e apresentava certo favoritismo em uma disputa polarizada com José Serra (PSDB). Ao longo de junho e julho de 2010, essa tendência se concretizou e a candidata Dilma Rousseff (PT) chegou às vésperas do início da propaganda eleitoral gratuita com certa vantagem percentual sobre José Serra (PSDB).

2.3.1 Pré-Campanha e primeiro turno das eleições

Em 17 de dezembro de 2009, o tucano Aécio Neves, que era um dos mais cotados para concorrer à presidência da república pelo PSDB, abre mão da vaga e deixa caminho aberto para José Serra. Filho de imigrantes italianos, nascido em 19 de Março de 1942, Serra foi criado em São Paulo. Vinculou-se à política estudantil, chegando a ser presidente da União Nacional de Estudantes (UNE). Durante o regime militar, exilou-se no Chile e nos Estados Unidos, ficando dez anos longe do Brasil. Conseguiu seu primeiro mandato político em 1986, como deputado constituinte. Foi um dos fundadores do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 1988. Em 1990, foi reeleito deputado federal e, em 1996, foi eleito senador, por São Paulo. No entanto, não assumiu a vaga no senado, pois foi convidado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) para assumir o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Além disso, foi Ministro da Saúde, também no governo de FHC. Em 2002, foi candidato à Presidência da República, pela coligação PSDB-PMDB, mas foi derrotado, no segundo turno, por Luís Inácio Lula da Silva. Em 2004, foi eleito prefeito de São Paulo. Renunciou ao cargo de prefeito, em março de 2006, para concorrer ao governo de São

Paulo: foi eleito no primeiro turno. Em 31 de Março de 2010, José Serra deixa o governo de São Paulo e anuncia a sua pretensão, pela segunda vez, de candidatar-se à presidência da república.

Nascida em 14 de dezembro de 1947, na cidade de Belo Horizonte, Dilma Rousseff interessou-se pelos ideais socialistas durante a juventude, logo após o Golpe Militar de 1964. Começou a participar da militância contra a ditadura, integrou organizações que defendiam a luta armada contra o regime militar, como o Comando de Libertação Nacional (COLINA) e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Passou quase três anos presa, entre 1970 e 1972, primeiramente na Operação Bandeirante (Oban), e, posteriormente, no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Foi secretária municipal da Fazenda de Porto Alegre, entre 1985 a 1988, no governo Alceu Collares. Mais tarde, foi secretária estadual de Minas e Energia, entre 1999 a 2002, tanto no governo de Alceu Collares como no de Olívio Dutra. Em 2002, no governo de Luis Inácio Lula da Silva, foi escolhida para ocupar o Ministério de Minas e Energia, onde permaneceu até 2005, quando foi nomeada ministra-chefe da Casa Civil, em substituição a José Dirceu, que renunciara ao cargo após o chamado “escândalo do mensalão”. Em fevereiro de 2010, Dilma foi criticada pelo vereador do Recife pelo PPS, Raul Jungmann, o qual fez um levantamento¹⁴ que apontava várias viagens do então presidente Lula com ela, que custaram mais de R\$ 3 milhões dos cofres públicos. Ainda segundo Jungmann, essas viagens ocorreram entre setembro de 2009 e fevereiro de 2010. Dilma oficializou sua candidatura à presidência do Brasil no dia 13 de junho de 2010.

Como pode ser observado no *Gráfico 1*¹⁵, no início da campanha eleitoral, a candidata do PT estava subindo nas pesquisas de intenções de voto. Por outro lado, registrava-se clara perda de intenções de voto, por parte do PSDB e de seu candidato, o qual não estava conseguindo reverter o quadro da disputa.

¹⁴ Disponível em: <http://migre.me/g2Byb>. Acesso em 07/06/2013.

¹⁵ Gráficos e dados estatísticos retirados do artigo *Economia, religião e voto no Brasil: a questão do aborto na eleição presidencial de 2010*, de autoria de Silvia Cervanelli, Malu Giani e Patrícia Pavanelli, pesquisadoras do IBOPE Inteligência (2010).

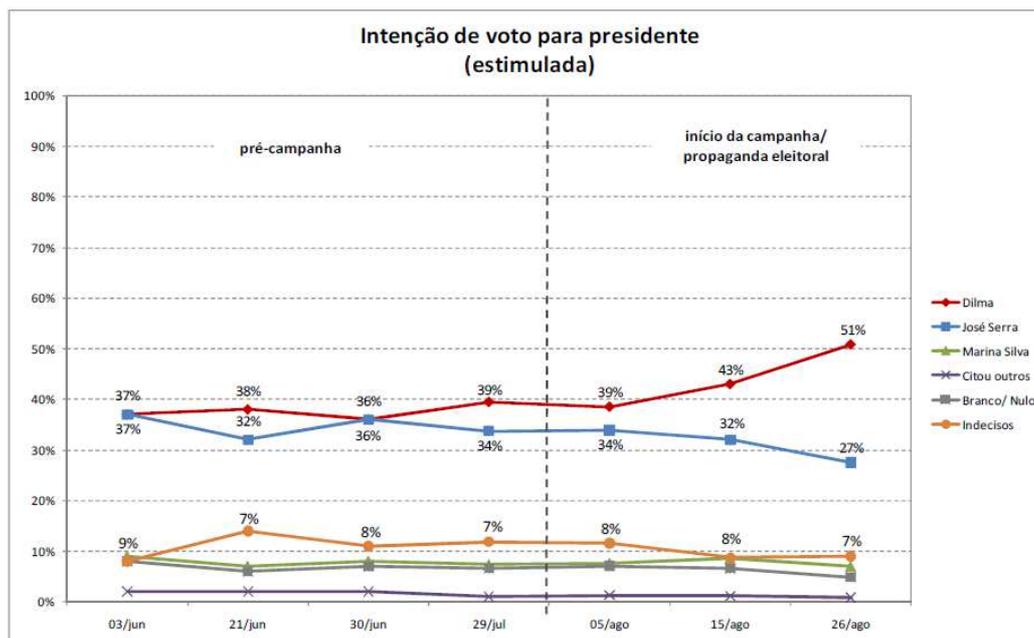


Gráfico 1 – Evolução da intenção de voto para Presidente – Julho a Agosto/2010 – 1º Turno.

Fonte: IBOPE INTELIGÊNCIA

Nesse momento favorável à candidatura de Dilma Rousseff, surgiram os casos das denúncias de quebra de sigilo fiscal de pessoas ligadas ao candidato José Serra, assim como outras, envolvendo a Ministra da Casa Civil, Erenice Guerra. Entretanto, estes fatores não alteraram o quadro das pesquisas de intenção de voto.

Assim, parecia certa a vitória da candidata petista já no primeiro turno. Entretanto, ao longo da segunda quinzena de setembro (*Gráfico 2*), algo inusitado aconteceu e esse quadro de aparente vitória no primeiro turno foi modificado, pois os concorrentes, sobretudo a candidata Marina Silva (PV), começaram a reagir e despontar nas pesquisas de intenções de voto, o que culminou na necessidade do segundo turno das eleições.

Nesse ponto, a grande questão era saber quais fatores específicos permitiram essa reversão na tendência de vitória da candidata do PT no final do primeiro turno? O crescimento das intenções de voto de Marina Silva (PV) ocorreu apenas por uma migração de eleitores indecisos/sem candidatos que começaram a dizer que votariam em Marina, ou houve outros fatores?

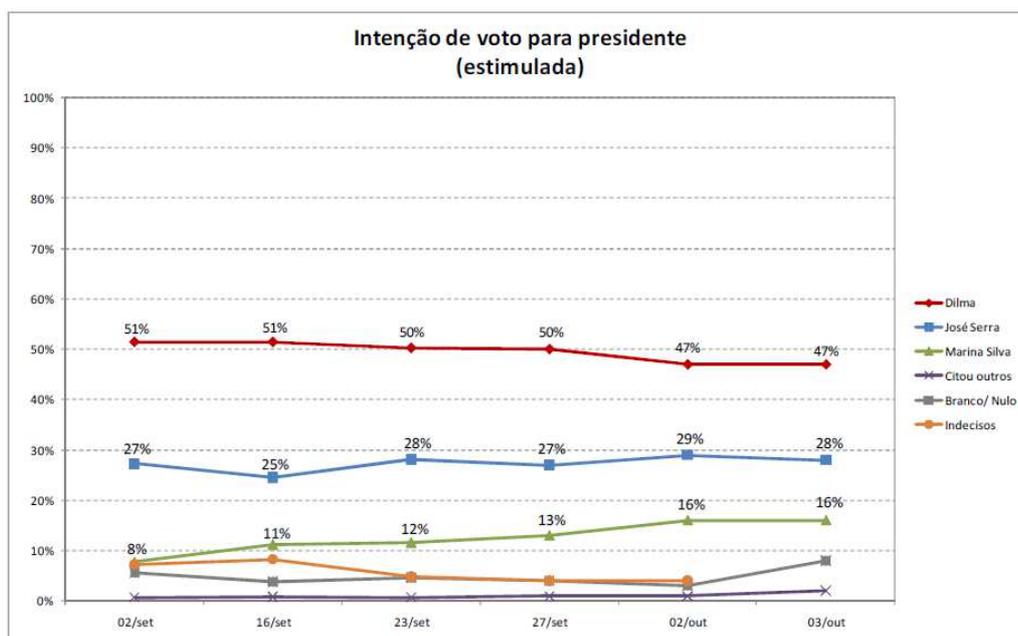


Gráfico 2 – Evolução da intenção de votos para presidente – Setembro a Outubro de 2010 – 1º turno. Fonte: IBOPE INTELIGÊNCIA

Maria Osmarina Silva de Lima, que professa a fé evangélica desde 1997, sendo membro da Assembleia de Deus, nasceu em 8 de fevereiro de 1958 em uma pequena comunidade chamada Breu Velho, no Seringal Bagaço, no Acre. Na adolescência, sonhava em ser freira. Na capital acriana, para se sustentar, passou a trabalhar como empregada doméstica e tinha o sonho de aprender a ler, o que se concretizou aos quinze anos, por meio do Mobral¹⁶. O progresso nos estudos foi rápido. Entre o período de Mobral até a graduação em História, transcorreram-se apenas dez anos. Quando deixava a adolescência, inscreveu-se em um curso de liderança rural e conheceu o líder seringueiro Chico Mendes. Passou a ter contato com as ideias da Teologia da Libertação e a participar das Comunidades Eclesiais de Base. Em 1984, ajudou a fundar a CUT (Central Única dos Trabalhadores), no Acre. Filiou-se ao PT, em 1988, e foi eleita vereadora em Rio Branco. Em 1990, tornou-se deputada estadual. Em 1994, foi eleita senadora e posteriormente reeleita, em 2002, com votação expressiva. No dia 1 de Janeiro de 2003, foi nomeada ministra do Ministério do Meio Ambiente, do Governo Federal, onde permaneceu até 13 de Maio de 2008, quando pediu demissão do

¹⁶ O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi um projeto do governo brasileiro, criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, e propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade.

ministério, alegando dificuldades políticas com o governo. Deixou o PT em 19 de agosto de 2009 e, cerca de dez dias depois, noticiou sua filiação ao PV, anunciando sua pré-candidatura à presidência da república em 16 de Maio de 2010.

Na busca por respostas ao quadro do final do primeiro turno, quando analisada a relação de Dilma, Marina e Serra com o discurso religioso (*Gráfico 3*), verificamos que houve uma forte mudança na intenção de votos dos evangélicos.

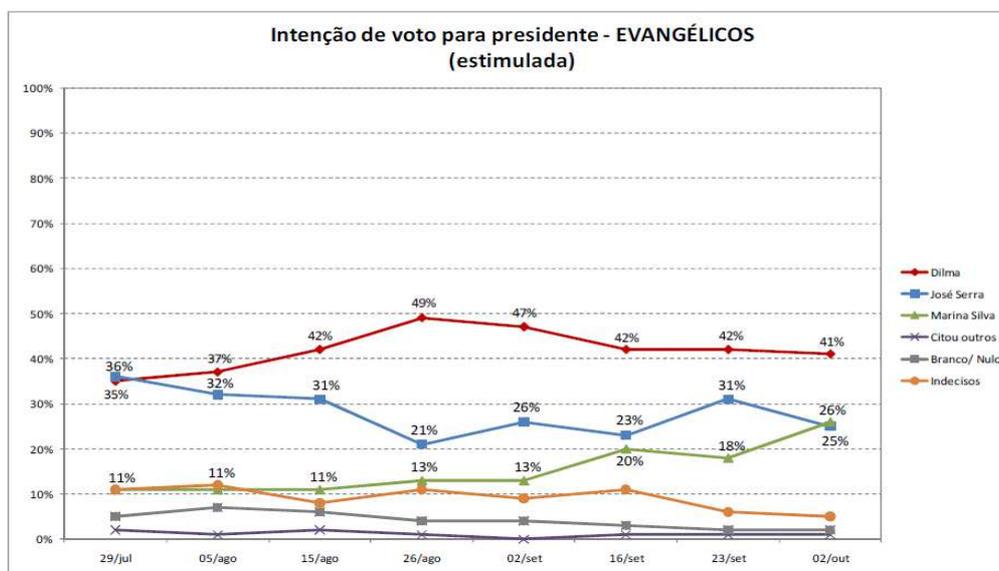


Gráfico 3 – Evolução de intenção de voto para presidente – Evangélicos – Julho a Outubro de 2010 – 1º Turno. Fonte: IBOPE INTELIGÊNCIA

Como pode ser observado no *Gráfico 3*, as intenções de votos de Dilma caíram de 49%, em 26 de agosto, para 47% em 2 de setembro, e sofreram novamente mais uma queda para 42%, em 16 de setembro. José Serra, por sua vez, depois de franca queda em relação ao dia 15 de agosto, no dia 26 de agosto, subiu nas pesquisas passando de 21% para 26% das intenções de voto. Ao passo que Marina Silva, em 26 de agosto, subiu para 13%. E, em seguida, para 20%, em 16 de setembro.

O *gráfico 3* indica que houve forte migração de votos por parte dos evangélicos. Por que isso aconteceu? A resposta a essa questão está no fato de que esse período coincidiu com a intensificação da campanha na internet, sobretudo nas *redes sociais* e em *blogs*, de questões situadas no entremeio do discurso religioso e do discurso político, mais especificamente relacionadas aos temas *homossexualidade* e *aborto*. Em outras palavras, houve uma irrupção de enunciações na internet que tratavam de como o PT e sua candidata, Dilma Rousseff, posicionavam-se em relação a essas temáticas.

Entretanto, somente o voto dos evangélicos não teria condições de tamanho impacto nas pesquisas, se a ele não se coadunasse o voto católico, pois a essa altura, também os católicos, que, assim como os evangélicos, são contrários ao aborto e à união homoafetiva, aumentaram o número daqueles que migraram de Dilma (PT) para os outros candidatos *Gráfico 4*:

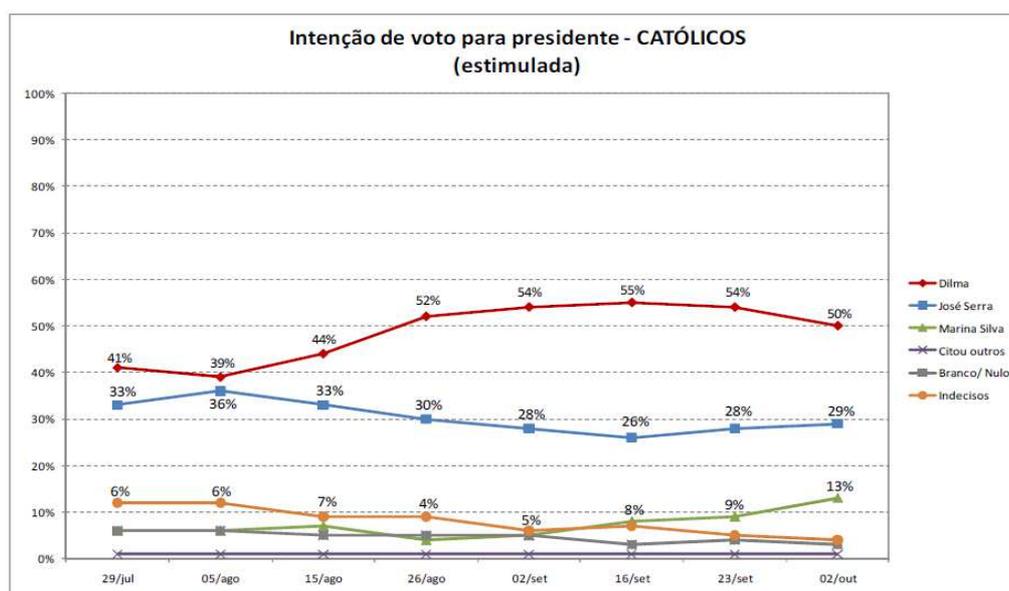


Gráfico 4 – Evolução de intenção de votos para presidente – Católicos – Julho a Outubro/2010 – 1º Turno. Fonte: IBOPE INTELIGÊNCIA

Pelo exposto, pretendemos mostrar: 1) de que forma a relação entre os discursos político e religioso esteve presente nas eleições de 2010 e 2) quais memórias são retomadas/reconfiguradas no âmbito dessa relação entre político e religioso.

2.3.1.1 Principais fatos do primeiro turno das eleições

Por meio da análise do *Quadro 2*, identificamos os principais fatos do primeiro turno das eleições 2010 e destacamos, com base nos dados técnicos do IBOPE Inteligência (CERVELINNI, et. al., 2011, p. 27-28), que analisaram a campanha na grande imprensa e na internet, aqueles que se relacionam com o discurso religioso:

Junho

- Oficialização das candidaturas;
- Sansão da lei ficha limpa;

Julho

- Serra promete proibir prática do aborto;*
- Índio da Costa acusa o PT de ligação com o tráfico das FARC;
- Dilma recebe apoio de liderança evangélica em 15 igrejas;*
- Bispo de Guarulhos declara que pregara boicote em Dilma em 37 cidades;*

1ª Quinzena de Agosto

- Folha publica entrevista com bispo da CNBB;*

2ª Quinzena de Agosto

- Dilma afirma que o país precisa de uma política de saúde pública sobre aborto;*
- PT divulga 13 razões para o cristão votar em Dilma;*

1ª Quinzena de Setembro

- Mônica Serra acusa Dilma de ser a favor de matar crianças;*
- Caso da quebra de sigilo fiscal;
- Denúncias contra Eunice Guerra;
- Dilma é acusada do erro do cálculo das contas de luz;
- Blog anunciam campanha contra Dilma em igrejas e comunidades;*
- Nasce neto de Dilma;

2ª Quinzena de Setembro

- Erenice cá;
- Pastor da Assembleia de Deus, Silas Malafaia, declara apoio a Serra;*
- Arcebispo de Belém divulga carta anti-petista;*
- Edir Macedo divulga carta pró Dilma;*
- Dilma se reúne com líderes católicos e evangélicos;*
- Debate CNBB;*
- Lula aparece em vídeo para rebater boatos sobre religião;*
- PSDB veicula em seu site vídeo contra o PT;*
- Marina acusa Dilma de mudar discurso;*

Quadro 2 – Principais fatos do 1º Turno nas eleições 2010 – Destaque para questões referentes ao discurso religioso

O tema do aborto, em especial, era antigo conhecido dos presidentes Dilma Rousseff e José Serra, pois, ambos já haviam se manifestado sobre o referido tema. Foi na gestão de José Serra como ministro da saúde do governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso que ocorreu a normatização no aborto em caso de estupro

ou de risco de vida para a mulher no Sistema Único de Saúde (SUS). Dilma, por sua vez, em 2009, concedeu entrevista à revista *Marie Claire* nos seguintes termos:

MC: Uma das bandeiras da Marie Claire é defender a legalização do aborto. Fizemos uma pesquisa com leitoras e 60% delas se posicionaram favoravelmente, mesmo o aborto não sendo uma escolha fácil. O que a senhora pensa sobre isso? DR: Abortar não é fácil pra mulher alguma. Duvido que alguém se sinta confortável em fazer um aborto. Agora, isso não pode ser justificativa para que não haja a legalização. O aborto é uma questão de saúde pública. Há uma quantidade enorme de mulheres brasileiras que morre porque tenta abortar em condições precárias. Se a gente tratar o assunto de forma séria e respeitosa, evitará toda sorte de preconceitos. Essa é uma questão grave que causa muitos mal-entendidos.¹⁷

Foi nas duas legislaturas de Lula que se instalou a Comissão Tripartite de Revisão da Legislação Punitiva sobre o Aborto (2005), a realização da Audiência Pública sobre o Aborto, em 27 de junho de 2007, e, em dezembro de 2009, o lançamento de um novo Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), que tratava de temas controversos como: i) a descriminalização do aborto; ii) a criação da Comissão da Verdade, para investigar os crimes cometidos na ditadura militar; e iii) a criação de políticas de proteção dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Houve uma forte reação ao PNDH-3, por parte de católicos e evangélicos, tanto em relação ao aborto quanto no que diz respeito à tentativa de criminalizar as manifestações contrárias à prática homossexual. Em virtude dessa forte pressão, a proposta original do projeto foi revista, mas, a temática foi retomada em 2010, quando a circulação do posicionamento de Dilma em 2009 sobre o aborto – somada a reatualização dos temas do PNDH-3 – deram início a um movimento de reação, na internet, àquilo que era, supostamente, defendido por Dilma e pelo PT. Tal movimento foi posto em prática por católicos e por evangélicos. Vários vídeos foram postados na internet, dentre os quais se destacam os do pastor Paschoal Piragine Jr., da Primeira Igreja Batista de Curitiba, intitulado “Posicionamento do Pr. Paschoal Piragine Jr sobre as eleições de 2010”. Este vídeo, dez dias após sua divulgação, em 31 de Agosto de 2010, já tinha recebido aproximadamente 400 mil acessos, totalizando, depois de algum tempo, mais de 3 milhões de acessos.

¹⁷ Revista Marie Claire, Abril de 2009. Disponível em: <http://migre.me/g2BLB>. Acesso em 06/06/2013.

No referido vídeo, o pastor Piragine, em sua prédica dominical, conclama a igreja a lutar contra a “iniquidade institucionalizada”, e, depois de projetar um vídeo falando sobre a PLC 122, aborto e outras questões, aos 8 minutos e 40 segundos do vídeo ¹⁸, inicia o pedido aos seus fieis para que não votem no PT:

Eu sei que existem pessoas contra e a favor a todos esses temas em todos os partidos políticos. Mas, há um partido político que fechou questão quanto a esse assunto. O partido político que é o PT, do nosso presidente, ele no seu congresso desse ano, ele na sua, é, no seu congresso geral quando eles indicam seus deputados, ele fechou questão sobre essas questões, ou seja, se um deputado, se um senador do PT ele votar contra, de acordo com a sua consciência, contra qualquer uma dessas leis, ele é expulso do partido. Já dois deputados federais foram expulsos do PT por se manifestarem contra o aborto. Isso fez com que a igreja católica se manifestasse publicamente porque eles estavam ligados a igreja católica junto ao PT, e se manifestaram contra e por isso foram expulsos do partido. E a igreja católica emitiu então nota pública dizendo: “Olha, não votem em ninguém do PT”. Eu diria para você a mesma coisa.

Já, entre os católicos, merece destaque também os vídeos ¹⁹ do Padre Paulo Ricardo, pertencente à Arquidiocese de Cuiabá, que, à semelhança do pastor Piragine, faz críticas ao PNDH-3, vinculando-o ao PT.

Nas propostas para o programa de governo de Dilma Rousseff (*Anexo 1*), o aborto é mencionado uma vez, no item 57, no sentido de manter a legislação atual, na qual lemos: “Promover a saúde da mulher, os direitos sexuais e direitos reprodutivos: o Estado brasileiro reafirmará o direito das mulheres ao aborto nos casos já estabelecidos pela legislação vigente, dentro de um conceito de saúde pública.” Já os candidatos José Serra (PSDB) e Marina Silva (PV) não citam o tema em suas respectivas propostas.

No dia 22 de julho de 2010, o bispo de Guarulhos (SP), dom Luiz Gonzaga Bergonzini, disse, em entrevista ao site *GI*, que orientaria os padres da cidade a pregar nas missas o voto contrário à candidata do PT à presidência, Dilma Rousseff. A motivação exposta pelo religioso era o fato de o PT ter defendido a legalização do aborto em seus congressos de 2007 e 2010:

¹⁸ Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=ILwU5GhY9MI&feature=youtu.be>. Acesso em 06/06/2013.

¹⁹ Disponível em: <http://migre.me/g2BR6>; <http://migre.me/g2BSS> e <http://migre.me/g2BW2>. Acesso em 08/06/2013.

Vou mandar uma circular para os padres da diocese pedindo que eles façam o pedido na missa, para que os nossos fiéis não votem na candidata do PT e em nenhum outro candidato que defenda o aborto. Desde o Antigo Testamento, temos que é proibido matar. Uma pessoa que defende o aborto não pode ser eleita. Eu tenho obrigação de orientar meus fiéis pelo que está certo e o que está errado.²⁰

Em relação às declarações da referida autoridade eclesiástica católica, o site *G1* afirma:

No último dia 1º, dom Luiz Bergonzini já havia publicado no site da Diocese de Guarulhos o artigo intitulado “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”. No artigo, o bispo pedia aos cristãos para não votarem na candidata petista. Segundo o texto, o PT e Dilma se posicionaram “pública e abertamente a favor da legalização do aborto, contra os valores da família e contra a liberdade de consciência”. Até o início da noite desta quarta (21), o texto estava reproduzido no site da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), mas, às 23h40, quando o G1 fez nova consulta, já tinha sido retirado”. Sou apartidário, tenho o direito de me manifestar livremente e a obrigação de orientar meus fiéis. Por isso deixei muito clara a posição de que não devem votar na Dilma. Nem nela e em nenhum outro candidato que defenda a legalização do aborto”, disse o bispo ao G1. O bispo diz argumentar também com base no Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), que, quando lançado em 2009, defendia o aborto. Em maio deste ano, por meio de um decreto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez algumas modificações em trechos considerados polêmicos, entre os quais o artigo que tratava da defesa do aborto. O texto original previa ‘apoiar o projeto de lei que descriminaliza o aborto’. A nova redação diz apenas que o plano visa ‘considerar o aborto como tema de saúde pública, com a garantia do acesso aos serviços de saúde’. Em março do ano passado, quando ocupava o cargo de ministra da Casa Civil e ainda não tinha sido oficializada candidata, Dilma Rousseff manifestou posição sobre o aborto. ‘Abortar não é fácil para mulher alguma. Duvido que alguém se sinta confortável em fazer um aborto. Agora, isso não pode ser justificativa para que não haja uma legalização’, disse. ‘O aborto é uma questão de saúde pública. Há uma quantidade enorme de mulheres brasileiras que morre porque tenta abortar em condições precárias’, afirmou.²¹

No dia 24 de Julho de 2010, José Serra (PSDB) prometeu, caso fosse eleito, manter proibida a prática do aborto no Brasil:

²⁰ Disponível em: <http://migre.me/g2BYP>. Acesso em 08/06/2013. Encontramos na fala de dom Luiz Gonzaga Bergonzini uma série de preconstruídos (conceito que será explicado no próximo capítulo) segundo qual Dilma defende o aborto.

²¹ Ênfases nossas. Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/07/bispo-de-guarulhos-orienta-padres-pregar-nas-missas-voto-contra-dilma.html>. Acesso em 08/06/2013.

Serra disse que não pretende mudar a lei atual que, apesar de vedar o aborto, determina que a rede pública de saúde dê assistência a mulheres que têm complicações provocadas pela interrupção da gravidez. ‘No que depender de iniciativa do Executivo, porque deputado e senador pode tomar, eu não procurarei mudança na lei atual. Ficaré como está’, disse. Na quarta-feira, (21/07), o bispo dom Luiz Gonzaga Bergonzini (Guarulhos) pregou boicote à candidatura de Dilma Rousseff (PT) à Presidência da República por considerar o PT favorável ao aborto. Apesar do artigo não transmitir a posição oficial da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), o texto foi publicado no site da entidade.²²

Também no dia 24 de julho de 2010, Dilma Rousseff recebeu o apoio de representantes de 15 igrejas evangélicas, afirmando: "Eu sou a favor da vida em todas as suas manifestações e seus sentidos", na sede da Convenção Nacional das Assembléias de Deus no Brasil. Na ocasião, Dilma citou passagens do Evangelho onde Jesus fala da vida em abundância.²³

Na segunda quinzena de agosto, Dilma discorreu sobre o tema aborto durante debate promovido pelo jornal *Folha de S. Paulo* e o portal UOL, e defendeu a legislação atual, que prevê o aborto em casos de estupro ou quando a mãe corre risco de vida, mas afirmou que o Brasil ainda precisa de uma política de saúde pública para o tema: “Não acredito que tenha uma mulher que seja favorável ao aborto. São situações às quais mulheres recorrem. As mulheres pobres fazem esses atos desesperados”²⁴, afirmou a petista.

Coordenado pelo pastor e deputado Manoel Ferreira (PR-RJ), um grupo evangélico pró-Dilma também produziu uma cartilha contendo “13 motivos” para o cristão votar nela:

²² Disponível em: <http://migre.me/g2C1s>. Acesso em 08/06/2013.

²³ Disponível em: <http://migre.me/g2C2N>. Acesso em 08/06/2013.

²⁴ Disponível em: <http://migre.me/g2C6c>. Acesso 19/08/2013.

13 Motivos para o Cristão votar em Dilma Rousseff!

- 01 Vejo nela hoje uma mulher madura, mãe, responsável e profundamente comprometida com nossa nação.
- 02 Acredito que o Brasil está no rumo certo! Dilma é a garantia de que continuaremos neste caminho.
- 03 Dilma faz parte de uma geração que lutou pelo ideal da liberdade democrática, lutando contra a ditadura militar em nosso país.
- 04 Ela tem feito a opção clara de governar focada no crescimento e desenvolvimento do país, olhando pelos pobres e menos favorecidos, a mesma do evangelho do Senhor Jesus Cristo, (Lucas 9:13).
- 05 Dilma se comprometeu em delegar ao Congresso Nacional o debate sobre o PNDH-3, aliás, o lugar apropriado e o palco de divergências. Através desta discussão a sociedade encontrará sua posição, por meio de seus representantes legítimos e eleitos para este propósito.
- 06 Ela se comprometeu em fazer da família o foco principal de seu governo.
Em seu discurso na Igreja Assembléia de Deus, em Brasília no dia 24 de julho, Dilma disse as seguintes palavras: "Na bíblia, em várias passagens Jesus mostrou uma preocupação com a vida. E é essa preocupação com a vida que eu quero afirmar aqui. Eu sou a favor da vida, em todas as dimensões, em todos os sentidos. Sou a favor da preservação da vida. Sou a favor, também, da melhoria da vida para as pessoas."
Dilma compreende que a desestruturação social é resultado da desestruturação familiar e por isto vai focar a família como vetor de suas políticas públicas. Isto coincide com a nossa posição cristã que acredita que "Um país é tão forte e sólido quanto suas famílias".
- 07 O governo Lula alterou o Código Civil, modificando a natureza jurídica das igrejas de Associação para Organização Religiosa. Através da lei 11.481/2007, regularizou a ocupação das áreas públicas destinadas às construções de templos e organizações filantrópicas. Demonstrou compreender o papel das igrejas, das ONG'S, e Associações Sociais como parceiros do Estado para o resgate social, especialmente dos mais carentes. Aliás, apenas Dilma se posicionou claramente sobre a missão da igreja, tanto no aspecto social, quanto ético e moral.
- 08 Como nós evangélicos, ela acredita que tudo que se constrói neste mundo é resultado de determinação e fé. Essas são suas palavras: "Aprendemos que tornamos o impossível em possível apenas quando nossa indignação se transforma em ação. O impossível é aquilo que a fé humana não tornou ainda possível".
- 09 Como Lula, tem sua liderança legitimada pelo apoio de todos os segmentos sociais, tanto de trabalhadores como dos segmentos industrializados e do mercado financeiro.
- 10 Como líder, Dilma cresce a cada dia. É visível sua força interior e a inspiração com que, como pessoa, Dilma tem demonstrado em sua trajetória pessoal e profissional.
Os obstáculos e os golpes da vida nunca a fizeram esmorecer nem desistir, apenas criaram mais motivação e esperança para lutar.
- 11 Dilma é firme, sabe comandar e fará a máquina pública andar! Quem tem responsabilidades na gestão de pessoas, tanto na área pública como na privada, sabe como é difícil "fazer o processo andar" e se tornar produtivo.
- 12 É humilde e conhece o sofrimento, a dor e a necessidade do ser humano.
- 13 Acredito em seu compromisso com a democracia, e com o estado democrático de direito.
O povo soube escolher um metalúrgico e aclamá-lo como presidente da República, passando por cima de preconceitos e sofismas criados pela elite brasileira. E a história nos mostra que o povo acertou! Ao olhar para traz, vemos um Brasil que ESTÁ DANDO CERTO!
Deixe o Brasil continuar neste caminho! Vamos votar e apoiar DILMA ROUSSEFF como a primeira mulher na Presidência da República!
Vamos seguir em frente e ter a coragem de mais uma vez quebrar os preconceitos e avançar na direção que estamos seguindo com a ajuda e a bênção de Deus.

**TIME QUE ESTÁ GANHANDO NÃO MUDA!
Por tudo isto VOTO EM DILMA PARA PRESIDENTE DO BRASIL!**

Expediente

Edição e Supervisão: Cynthia Ferreira DRT 7215 (cynthia.m@gmail.com); Diagramação e Arte: Luis Fernando Melreles Juáquea@gmail.com; Campanha 2010 - Dilma Vana Rousseff - CNPJ: 12.101.096/0001-63; Coligação "Para o Brasil Seguir Mudando" (PT-PMDB-PCdoB-PDT-PRB-PR-PSB-PSC-PTC-PTN) - Versão para visualização na Web.

Figura 1 – Treze motivos para voltar em Dilma Rousseff

De acordo como que mostra a *Figura 1*, a candidata “faz parte de uma geração que lutou pelo ideal da liberdade democrática, tanto quanto pela liberdade cultural e religiosa”.

Em setembro de 2010, Mônica Serra, esposa do candidato tucano, na companhia de Índio da Costa, candidato à vice de Serra, fez campanha em Noz do Iguaçú, na Baixada Fluminense. Nessa ocasião, segundo reportagem da Agência Estado²⁵, Mônica Serra teria dito a um vendedor ambulante que a candidata do PT era “a favor de matar crianças”.

Em uma publicação datada de 14 de setembro na edição online do jornal *Estado de S. Paulo*, em um texto da jornalista Gabriela Moreira, responsável daquela agência pela a cobertura da campanha eleitoral de José Serra, lemos:

Anunciando a quem passasse: ‘Sou a mulher do Serra e vim pedir seu voto’, Mônica Serra, passou a tarde de hoje em Nova Iguaçú, na Baixada Fluminense, acompanhada do candidato a vice na chapa encabeçada por José Serra (PSDB), Índio da Costa (DEM). Na cidade que foi governada pelo candidato ao senado Lindbergh Farias, do PT, nos últimos cinco anos, a mulher de Serra partiu para o ataque à adversária do marido, a petista Dilma Rousseff. A um eleitor evangélico, que citava Jesus Cristo como o “único homem que prestou no mundo” e que declarou voto em Dilma, a professora afirmou que a petista é a favor do aborto. “Ela é a favor de matar as crianças”, disse a mulher de Serra ao vendedor ambulante Edgar da Silva, de 73 anos.²⁶

Na primeira quinzena de setembro, de acordo com Ramos (2011)²⁷, ocorreu uma forte campanha contrária a Dilma Rousseff na *internet* ligada a questão do aborto. Na segunda quinzena de setembro, vários *blogs* começaram a denunciar que igrejas e comunidades estavam promovendo uma campanha anti-Dilma. Ainda na segunda quinzena de Setembro, o pastor da Assembleia de Deus, Silas Malafaia, declarou seu

²⁵ Disponível em: <http://migre.me/g2D0T>. Acesso em 10/06/2013.

²⁶ Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,mulher-de-serra-faz-campanha-no-rio-e-ataca-dilma,609885,0.htm>. Acesso em 15/10/2012.

²⁷ Ramos afirmou também em seu trabalho supramencionado que em uma análise da campanha eleitoral, o blogueiro Rodrigo Vianna, partidário da candidatura Dilma Rousseff, identificou uma campanha que seria composta das seguintes etapas: 1) Primeira Onda – emails e ações eletrônicas: mensagens disseminadas por email ou pelas redes sociais, com informações sobre a “Dilma abortista”, “Dilma terrorista”, “Dilma contra Jesus”; foi essa técnica, associada aos sermões de padres e pastores, que garantiu o segundo turno. 2) Segunda Onda – panfletos: foi a fase iniciada na reta final do primeiro turno e retomada com toda força no segundo turno; aqueles “boatos” disformes que chegavam pela internet, agora ganham forma; o povo acredita mais naquilo que está impresso, no papel; é informação concreta, é “verdade” a reforçar os “boatos” de antes; 3) Terceira Onda – telemarketing: um passo a mais para dar crédito aos boatos; reparem, agora a informação chega por uma voz de verdade, é alguém de carne e osso contando pro cidadão aquilo tudo que ele já tinha “ouvido falar”. 4) Quarta Onda – pichações e faixas nas ruas: a boataria deixa de frequentar espaços privados e cai na rua; “Cristãos não querem Dilma e PT”; “Dilma é contra Igreja”; mais um reforço na estratégia.

apoio a Marina Silva ²⁸ e o Arcebispo de Belém divulgou carta anti-petista, reproduzindo um documento de autoria da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)²⁹:

**NOTA DA COMISSÃO EPISCOPAL REPRESENTATIVA DO CONSELHO EPISCOPAL
REGIONAL SUL 1 – CNBB**

A Presidência e a Comissão Representativa dos Bispos do Regional Sul 1 da CNBB, em sua Reunião ordinária, tendo já dado orientações e critérios claros para "VOTAR BEM", acolhem e recomendam a ampla difusão do "APELO A TODOS OS BRASILEIROS E BRASILEIRAS" elaborado pela Comissão em Defesa da Vida do Regional Sul 1 que pode ser encontrado no seguinte endereço eletrônico "www.cnbb-sul1.org.br".

São Paulo, 26 de Agosto de 2010.

Dom Nelson Westrupp, scj
Presidente do CONSER-SUL 1

Dom Benedito Beni dos Santos
Vice-presidente do CONSER-SUL 1

Dom Airton José dos Santos
Secretário Geral do CONSER SUL 1

APELO A TODOS OS BRASILEIROS E BRASILEIRAS

Nós, participantes do 2º Encontro das Comissões Diocesanas em Defesa da Vida (CDDVs), organizado pela Comissão em Defesa da Vida do Regional Sul 1 da CNBB e realizado em S. André no dia 03 de julho de 2010,

- considerando que, em abril de 2005, no IIº Relatório do Brasil sobre o Tratado de Direitos Civis e Políticos, apresentado ao Comitê de Direitos Humanos da ONU (nº 45) o atual governo comprometeu-se a legalizar o aborto,

- considerando que, em agosto de 2005, o atual governo entregou ao Comitê da ONU para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) documento no qual reconhece o aborto como Direito Humano da Mulher,

- considerando que, em setembro de 2005, através da Secretaria Especial de Política das Mulheres, o atual governo apresentou ao Congresso um substitutivo do PL 1135/91, como resultado do trabalho da Comissão Tripartite, no qual é proposta a descriminalização do aborto até o nono mês de gravidez e por qualquer motivo, pois com a eliminação de todos os artigos do Código Penal, que o criminalizam, o aborto, em todos os casos, deixaria de ser crime,

- considerando que, em setembro de 2006, no plano de governo do 2º mandato do atual Presidente, ele reafirma, embora com linguagem velada, o compromisso de legalizar o aborto,

- considerando que, em setembro de 2007, no seu IIIº Congresso, o PT assumiu a descriminalização do aborto e o atendimento de todos os casos no serviço público como programa de partido, sendo o primeiro partido no Brasil a assumir este programa,

²⁸ Disponível em: <http://noticias.gospelprime.com.br/pastor-silas-malafaia-declara-apoio-a-marina-silva/>. Acesso 19/08/2013.

²⁹ Disponível em: <http://www.reinodavirgem.com.br/fe-e-politica/apelo-a-todos.html>. Acesso em 19/08/2013.

- considerando que, em setembro de 2009, o PT puniu os dois deputados Luiz Bassuma e Henrique Afonso por serem contrários à legalização do aborto,

- considerando como, com todas estas decisões a favor do aborto, o PT e o atual governo tornaram-se ativos colaboradores do Imperialismo Demográfico que está sendo imposto em nível mundial por Fundações Internacionais, as quais, sob o falacioso pretexto da defesa dos direitos reprodutivos e sexuais da mulher, e usando o falso rótulo de "aborto - problema de saúde pública", estão implantando o controle demográfico mundial como moderna estratégia do capitalismo internacional,

- considerando que, em fevereiro de 2010, o IVº Congresso Nacional do PT manifestou apoio incondicional ao 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH3), decreto nº 7.037/09 de 21 de dezembro de 2009, assinado pelo atual Presidente e pela ministra da Casa Civil, no qual se reafirmou a descriminalização do aborto, dando assim continuidade e levando às últimas consequências esta política antinatalista de controle populacional, desumana, antisocial e contrária ao verdadeiro progresso do nosso País,

- considerando que este mesmo Congresso aclamou a própria ministra da Casa Civil como candidata oficial do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República,

- considerando enfim que, em junho de 2010, para impedir a investigação das origens do financiamento por parte de organizações internacionais para a legalização e a promoção do aborto no Brasil, o PT e as lideranças partidárias da base aliada boicotaram a criação da CPI do aborto que investigaria o assunto,

RECOMENDAMOS encarecidamente a todos os cidadãos e cidadãs brasileiros e brasileiras, em consonância com o art. 5º da Constituição Federal, que defende a inviolabilidade da vida humana e, conforme o Pacto de S. José da Costa Rica, desde a concepção, independentemente de sua convicções ideológicas ou religiosas, que, nas próximas eleições, deem seu voto somente a candidatos ou candidatas e partidos contrários à descriminalização do aborto.

Convidamos, outrossim, a todos para lerem o documento "Votar Bem" aprovado pela 73ª Assembléia dos Bispos do Regional Sul 1 da CNBB, reunidos em Aparecida no dia 29 de junho de 2010 e verificarem as provas do que acima foi exposto no texto "A Contextualização da Defesa da Vida no Brasil" (<http://www.cnbb-sul1.org.br/arquivos/defesavidabrasil.pdf>), elaborado pelas Comissões em Defesa da Vida das Dioceses de Guarulhos e Taubaté, ligadas à Comissão em Defesa da Vida do Regional Sul 1 da CNBB, ambos disponíveis no site desse mesmo Regional.

COMISSÃO EM DEFESA DA VIDA DO REGIONAL SUL 1 DA CNBB

Figura 2 – Nota da Comissão Episcopal da CNBB

Ainda na segunda quinzena de setembro, o bispo Edir Macedo divulgou carta pró Dilma,³⁰ em seu site pessoal, conforme *Figura 3*:

³⁰ Disponível em: <http://migre.me/g2CGU>. Acesso 20/08/2013.

* Sede vós também pacientes e fortalecei o vosso coração, pois a Vinda do Senhor está próxima”, Tg 5.8

Bispo
Edir Macedo

28 SET Dilma é vítima de mentiras espalhadas pela internet

Recebi recentemente um e-mail, destes que em princípio parecem ter o nobre intuito de nos alertar para algo grave. A mensagem dizia que a candidata à Presidência da República, Dilma Rousseff, teria afirmado: “Nem mesmo Cristo querendo, me tira essa vitória”. O spam, com texto pobre, dizia: “Após a inauguração de um comitê em Minas, Dilma é entrevistada por um jornalista local...” Como as informações eram muito vagas (um comitê em Minas; um jornalista local), saí em busca de algo mais consistente, como um vídeo da suposta declaração ou ao menos uma gravação em áudio, mas não encontrei nada. Assim, tive certeza que se tratava de mais uma mentira.

Se os cristãos fossem tão ágeis e eficientes para usar as ferramentas modernas da comunicação na pregação do Evangelho, assim como parecem ser para disseminar boatos, certamente muitas almas seriam ganhas para o Senhor Jesus.

Idiomas
Espanhol
Inglês

Pesquisar

Internauta Missionário

Agência: 3221-2
Conta: 1257-2
Em nome de:
Igreja Universal do Reino de Deus

Agência: 3396-0
Conta: 0240-2
Em nome de:
Igreja Universal do Reino de Deus

Figura 3 – Site pessoal do bispo Edir Macedo

Os termos da carta do bispo são os seguintes, conforme *quadro 2* abaixo:

Dilma é vítima de mentiras espalhadas pela internet

Recebi recentemente um e-mail, destes que em princípio parecem ter o nobre intuito de nos alertar para algo grave. A mensagem dizia que a candidata à Presidência da República, Dilma Rousseff, teria afirmado: “Nem mesmo Cristo querendo, me tira essa vitória”. O spam, com texto pobre, dizia: “Após a inauguração de um comitê em Minas, Dilma é entrevistada por um jornalista local...” Como as informações eram muito vagas (um comitê em Minas; um jornalista local), saí em busca de algo mais consistente, como um vídeo da suposta declaração ou ao menos uma gravação em áudio, mas não encontrei nada. Assim, tive certeza que se tratava de mais uma mentira.

Se os cristãos fossem tão ágeis e eficientes para usar as ferramentas modernas da comunicação na pregação do Evangelho, assim como parecem ser para disseminar boatos, certamente muitas almas seriam ganhas para o Senhor Jesus.

Quem pensa que está prestando algum serviço ao Reino de Deus, espalhando uma informação sem ter certeza de sua veracidade, na verdade, está fazendo o jogo do diabo.

O Senhor Jesus não precisa de advogados, nem de assessores de comunicação que saiam em “defesa” de Seu Nome. Ele precisa de verdadeiros cristãos, que entendam, vivam e preguem a Verdade.

Devemos observar que pessoas mal intencionadas têm procurado confundir muitos cidadãos com mentiras mal elaboradas, a fim de atrapalhar o trabalho sério de alguns candidatos. Pense nisto.

Nestes dias que antecedem as eleições, devemos observar se a plataforma dos candidatos em quem pretendemos votar, não pode vir a prejudicar a Igreja. Use seu voto de forma consciente e responsável.

Quadro 2 – Bispo Macedo afirma que Dilma é vítima de mentiras

Na segunda semana de setembro, o PT inicia campanha contra críticas e Dilma se reúne com líderes católicos e evangélicos. Nesse sentido, na manhã da quarta-feira, 29 de setembro, a candidata petista recebeu, em seu escritório político em Brasília, 27 líderes das religiões católica e evangélica. O objetivo declarado do encontro foi “desmentir os boatos que, nos últimos dias, levaram à migração de votos de eleitores cristãos para seus adversários.”³¹ Na ocasião Dilma afirmou:

Quero dizer, em especial, que lamento a campanha difamatória que fazem contra mim dizendo que estou utilizando o nome de Cristo pra falar que nem ele me derrotaria nas urnas. Isso é um absurdo, uma calúnia, uma vilania contra mim. Como cristã, jamais usaria o nome de Cristo em vão.

Além de reafirmar sua posição contrária ao aborto, Dilma criticou a candidata Marina Silva que, no debate realizado pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado no dia 23 de setembro, teria, segundo Dilma, declarado-se favorável a um plebiscito para discutir o aborto:

Não sou a favor de plebiscito nesta questão porque acho que plebiscito divide este País. O que ganhar ou perder? Vai todo mundo perder, porque seja qual for o resultado, o outro lado não vai gostar.

Por fim, a candidata Dilma afirmou que se comprometeu com os líderes religiosos de que, se fosse eleita, o Executivo Federal não iria enviar ao Congresso nenhum projeto de lei para mudar a legislação em vigor sobre o aborto.

Marina Silva, em entrevista dada a TV Globo, no Rio de Janeiro, passou a acusar Dilma de mudar sua opinião em relação ao aborto. Nessa ocasião, Marina afirmou que Dilma “já disse que era favorável, depois mudou de posição” e “Eu não faço discurso de conveniência”³².

³¹ Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,dilma-reune-se-com-liderancas-religiosas-para-desmentir-boatos,617222,0.htm> . Acesso em 20/08/2013.

³² Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,dilma-mudou-de-posicao-sobre-o-aborto-diz-marina,617353,0.htm>. Acesso 20/08/2013.

2.3.2 Segundo turno das eleições

O primeiro turno terminou em 3 de outubro de 2010. Como exposto acima, nenhum dos candidatos recebeu mais do que a metade dos votos válidos e um segundo turno foi realizado no dia 31 de outubro de 2010, o qual culminou com a eleição da candidata Dilma Rousseff do partido dos trabalhadores como a primeira mulher presidente da República Federativa do Brasil. Vejamos abaixo os principais fatos do segundo turno ligados ao discurso religioso.

2.3.2.1 Principais fatos do segundo turno das eleições

Por meio da análise do *Quadro 3*, identificamos os principais fatos do segundo turno das eleições 2010 e destacamos, com base nos dados técnicos do IBOPE Inteligência (CERVELINNI, et. al., 2011, p. 27-28), que analisou a campanha na grande imprensa e na internet, aqueles que se relacionam com o discurso religioso.

1ª Quinzena de Outubro

- Horário eleitoral pautado por temas religiosos e aborto;*
- Lula aparece na TV em defesa de Dilma;*
- Artistas e intelectuais fazem campanha a favor de Dilma;
- Suposto aborto de Mônica Serra é revelado;*
- Em debate Dilma cita Paulo Preto e sugere corrupção;

2ª Quinzena de Outubro

- Pastores Silas e Edir Macedo trocam farpas ao defenderem seus candidatos;*
- Tucanos prometem benefícios a igrejas e entidades ligadas a elas em troca de apoio de pastores à candidatura;*
- Twiteiros e blogueiros comentam “Telemarketing de Serra contra Dilma”;
- Youtube recebe vídeo de Marilena Chauí contra Serra;
- Dilma assina carta contra aborto;*
- Investigação do caso Erenice é adiada para depois das eleições;
- Serra é acusado de empregar a filha de Paulo Preto;
- Apreensão de 1 milhão de panfletos contra Dilma em São Paulo;
- Polêmica da bolinha de papel;
- Folha Denuncia fraude na licitação do metro de São Paulo;
- PT cria na internet depositório de vídeos contra “baixaria” da campanha de Serra;

- Jornal da Universal publica 7 razões para votar em Dilma;*

- Papa pedia a bispos brasileiros defesa pela vida;*

Quadro 3 – Principais fatos do 2º Turno nas eleições 2010 – Destaque para questões referentes ao discurso religioso

Na primeira quinzena de outubro, início do segundo turno, com o retorno do Programa Eleitoral³³, os candidatos Dilma e Serra enfatizaram em seus respectivos programas questões relacionadas à família, e fizeram promessas de “respeito à vida” e a Deus.

No caso de Dilma, houve o “depoimento” do presidente Lula, que disse ter sido vítima de mentiras, como a sua candidata: “Disseram que eu ia fechar as igrejas”, afirmou Lula. Já Serra, utilizou na tela mulheres grávidas, enfatizando o lema de que é “a favor da vida”, do “dom da vida” e da “mãe brasileira”.

Em sua primeira frase, aos cinquenta e sete segundos do vídeo do Programa eleitoral supracitado, Dilma disse: “Quero começar este segundo turno agradecendo a Deus por me ter concedido uma dupla graça”.

Depois de demonstrar que 11, dos 18 governadores eleitos, 50, dos 81 senadores eleitos, e 350, dos 513 deputados eleitos, apoiavam a sua candidata, o PT apresentou o depoimento de uma série desses políticos eleitos, os quais, por sua vez, falaram das características positivas e da competência de Dilma. Aos dois minutos e cinquenta e sete segundos do vídeo, o senador eleito pelo Mato Grosso do Sul, Delcídio do Amaral, em seu testemunho afirmou: “Guerreira, trabalhadora, excelente gestora, séria, digna, competente e que tem amor a Deus”³⁴.

A partir dos seis minutos e cinquenta e quatro segundos do vídeo, o narrador do programa afirma:

A visão da mulher é capaz de mudar muita coisa. Da mulher mãe. Da mulher avó. Da mulher que respeita a vida. Da mulher que percorre o mundo divulgando nosso país. Da mulher capaz de realizar programas que realizam o sonho de tantas famílias brasileiras. Essa é Dilma. Que com a força e a fé da mulher vai fazer o Brasil seguir mudando.

³³ Disponível em: <http://eleicoes.uol.com.br/2010/ultimas-noticias/multi/?hashId=corrida-ao-planalto-horario-eleitoral-da-tarde-de-0810-04029A386CC09183C6&mediaId=6820685>. Acesso em: 22/08/2013.

³⁴ Grifos nossos.

No momento do vídeo em que é dita frase “da mulher que respeita a vida”, a seguinte imagem é veiculada:



Figura 3 – Dilma com o Papa Bento XVI

A *Figura 3* é de uma fotografia da então ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, cumprimentando o papa Bento XVI, no Vaticano, diante da então primeira-dama, Marisa Letícia, e de Lula, em 13 de novembro de 2008.

No momento do vídeo em que é dita a frase “Que com a força e a fé³⁵ da mulher vai fazer o Brasil seguir mudando”, a seguinte imagem é veiculada:

³⁵ O importante teólogo São Thomaz de Aquino, em sua obra magna *Suma Teológica*, mais especificamente em sua segunda seção *Secunda-Secundae* aborda a questão da moral e a resume na prática das *três virtudes teologais*: Fé, Esperança e Caridade e nas *quatro virtudes cardeais*: Prudência, Fortaleza, Justiça e Temperança, contribuições da cultura greco-romana, em especial dos postulados de Platão, Aristóteles e dos estóicos. Dentro da cosmovisão grega o ser digno/justo tem um significado para toda a vida (no sentido de integralidade), pois a vida em sociedade exige a plenitude das virtudes. Daí o porquê de a questão de ser justo, ou defender a justiça, tornar-se um conceito importante na ética. Mesmo em Platão, para quem a justiça é uma virtude distintamente política, ela é finalmente ancorada na alma do homem, que interiormente trata do que é apropriado para si mesmo, a ordem interna e a harmonia das virtudes espirituais (cf. Platão - República, IV, 443c SS; Kittel, 1964).



Figura 4 – Dilma e a fé

Ainda no vídeo do primeiro programa eleitoral do segundo turno, a partir dos sete minutos e dezenove segundos, encontramos uma jovem teclando no computador.

Diz ela:

A internet é uma grande conquista moderna. Infelizmente, uma corrente do mal de usado a rede para espalhar anonimamente mentiras contra Dilma. No acredite neles. Dilma é uma mulher honesta, que respeita a vida e as religiões. Se você receber algo assim acesse: www.dilma13.com.br, clique aqui e reenvie uma mensagem de amor para quem lhe mandou a mentira. Assim ele vai poder entrar na corrente do bem.³⁶

Assim, o programa da petista atribuiu a “uma corrente do mal” na *Internet* a divulgação de mentiras a seu respeito. “Dilma respeita a vida e as religiões”, diz a narradora.

Logo em seguida, foi a vez do presidente Lula, aos sete minutos e quarenta e nove segundos do vídeo, dizer:

³⁶ Grifos nossos.

Estou vendo acontecer com a Dilma o que aconteceu comigo no passado. Quando pessoas saíram do submundo da política mentindo a meu respeito. Dizendo que eu iria fechar as igrejas, mudar a cor da bandeira. Ganhei as eleições e o que aconteceu? Mais liberdade religiosa, mais respeito a vida, mais democracia, mais comida na mesa, melhor salário. Isso foi o que eu fiz pelo Brasil. E é isso que Dilma vai continuar fazendo. Por isso, vote Dilma.

A fala de Lula é seguida pelo seguinte pronunciamento da própria Dilma:

Quero nesse segundo turno, antes de tudo, fazer uma campanha em defesa da vida, uma campanha cheia de futuro e esperança no Brasil. De compromisso com os nossos valores mais sagrados. Vamos também debater com muita clareza, qual dos dois modelos de governo que estão aí, é melhor para o futuro do país. Para isso vamos comparar os 8 anos do governo passado, com os 8 anos do nosso governo, para que você tire suas próprias conclusões. E fazer isso sem mentiras, sem ataques pessoais, e sem atrações. Estou sofrendo na pele uma das campanhas mais caluniosas que o Brasil já assistiu. Mas igual ao presidente Lula, que também foi vítima de calúnias, não me afastarei do rumo certo. Meu sonho é fazer o Brasil avançar ainda mais, melhorando a vida de cada brasileira e de cada brasileiro. Podemos nos tornar um dos melhores países do mundo. É nisso que eu acredito. E é por isso que eu vou trabalhar sem descanso. Muito obrigado a todos vocês, e peço mais uma vez, seu voto de confiança.

Serra, por sua vez, no início de seu programa, apareceu discursando sobre a sua ida ao segundo turno e disse, aos doze minutos e onze segundos do vídeo:

Com Deus, com amor no peito pelo Brasil, no nosso coração verde e amarelo, braços dados, cabeça erguida e coração leve, vamos a vitória pela presidência e pelo Brasil.

O candidato do PSDB continua:

Eu quero começar esse programa dizendo a você: muito obrigado. Foram mais de 33 milhões de votos em todo o Brasil. Obrigado pelo carinho e pelo apoio que eu venho recebendo em todos os estados e em todas as cidades por onde tenho passado. Isso tudo me enche de alegria e aumenta ainda mais a minha responsabilidade de fazer um governo a altura dos brasileiros. Nesse segundo turno, você vai poder comparar melhor os candidatos. A história de cada um. O que cada um já fez pelo Brasil. Quem tem ideias próprias, quem fica à sobra dos outros. Quem defende a liberdade, a democracia, o meio ambiente, o direito a vida. E você me conhece. Sabe da minha franqueza, e que eu não mudo e opinião em véspera de eleição. Por tudo isso, eu digo ao povo brasileiro: muito obrigado, vamos em frente!

Em outro momento, aos treze minutos e vinte e sete segundos do vídeo, a voz *in off* passa a narrar o currículo de José Serra:

José Serra construiu sua biografia com muito trabalho e com muito esforço. Diferente da Dilma que nunca disputou uma eleição, e só chegou até aqui, pela mão de seu padrinho político. Aos 21 anos aí está José Serra, o líder dos estudantes ao lado do presidente João Goulart. Serra já lutava pelas reformas de base, pelos trabalhadores, pela liberdade. Serra foi perseguido pela ditadura e teve que se exilar no Chile. De volta ao Brasil, lutou pelas eleições Diretas-já. A Dilma, ninguém sabe, ninguém viu. Serra apoiou Tancredo Neves para presidente. Diferente do PT da Dilma, que não apoiou Tancredo contra Maluf. Serra foi o melhor deputado na Constituinte de 88. Diferente do PT da Dilma, que se recusou a assinar a constituição. No Ministério do Planejamento, Serra ajudou no Plano Real. Diferente do PT da Dilma, que foi contra. Este é José Serra: um homem que nunca se envolveu em escândalos e que sempre foi coerente. Sempre condenou o aborto e defendeu a vida.

Aos quinze minutos e cinquenta e quatro segundos do vídeo, ainda no programa de José Serra, sob a imagem de mulheres grávidas, uma narradora afirma:

O dom da vida é o mais bonito e o mais sagrado que a gente recebe. Mãe Brasileira. Um programa do Serra que vai cuidar da mamãe e proteger a vida do bebê muito antes dele nascer. Consultas de pré-natal. Apoio da saúde da mãe e do bebê. Mãe Brasileira. A favor da vida, a favor do Brasil. É Serra presidente.

Segue-se a fala de Serra, aos dezesseis minutos e vinte e quatro segundos do vídeo:

É para isso que eu quero ser presidente: para melhorar a saúde. E você sabe do que eu sou capaz. Quero ser presidente para melhorar a educação, enfrentar o problema das drogas, e você sabe que eu tenho coragem para enfrentar e para vencer os desafios. Mas eu quero ser um presidente com postura, equilíbrio, e que defende os valores da família brasileira: os valores cristãos, a democracia, o respeito a vida e o meio ambiente. O Brasil precisa também assumir a sua importância no cenário internacional...

Serra, então é apresentado como “do bem”, em seu jingle:

Quando se conhece bem uma pessoa
logo se sabe se é gente boa
Com Serra essa certeza a gente tem
Serra é do bem! Serra é do bem!

Quando se conhece bem uma pessoa
logo se sabe se é gente boa
Com Serra essa certeza a gente tem
Serra é do bem! Serra é do bem!

Serra faz bem pra saúde
 não tem contra-indicação
 já fez bem pra muita gente
 com a cabeça boa e bom coração

Serra já passou no teste
 é sincero e competente (Serra!)
 Vida livre, transparente.

Quando se conhece bem uma pessoa
 logo se sabe se é gente boa
 Com Serra essa certeza a gente tem
 Serra é do bem! Serra é do bem!

Quando se conhece bem uma pessoa
 logo se sabe se é gente boa
 Com Serra essa certeza a gente tem
 Serra é do bem! Serra é do bem!

Serra do seguro-desemprego
 do genérico, o remédio mais barato
 sempre presente, trabalha de fato
 Serra tem firmeza no que faz
 Todo o Brasil já conhece bem
 Tanta coisa boa ele já fez
 Serra é do bem ! Serra é do bem!

Quando se conhece bem uma pessoa
 logo se sabe se é gente boa
 Com Serra essa certeza a gente tem
 Serra é do bem! Serra é do bem!

Quando se conhece bem uma pessoa
 logo se sabe se é gente boa
 Com Serra essa certeza a gente tem
 Serra é do bem! Serra é do bem!
 Serra é do bem! Serra é do bem!
 Serra é do bem! Serra é do bem!

Ainda identificando fatos ligados ao discurso religioso na campanha eleitoral, na manhã do dia 11 de setembro, uma usuária da rede social *Facebook*, identificada em seu perfil como SCR, postou uma nota aberta a todos os usuários da rede, intitulada “Respeitemos a dor de Mônica Serra”. O texto da nota dizia:

Meu nome é SR e trabalho como artista no Brasil. Sou bailarina e ex-estudante da Unicamp, onde fui aluna de Mônica Serra. Aqui venho deixar a minha indignação no posicionamento escorregadio de José Serra, que, no debate de ontem, fazia perguntas com o intuito de fazer sua campanha na réplica, não dialogando em nenhum momento com a candidata Dilma Rousseff. Achei impressionante que o candidato Serra EVITA tocar no assunto da DESCRIMINALIZAÇÃO do aborto, evitando assim falar de saúde pública e de respeitar tantas mulheres, começando pela SUA PRÓPRIA MULHER. Sim, Mônica Serra já fez um aborto e sou solidária a sua dor. Com todo respeito que devo a essa minha professora gostaria de revelar publicamente que muitas de nossas aulas foram regadas a discussões sobre o aborto, sobre o seu aborto traumático. Mônica Serra fez um aborto. Na época da ditadura, grávida de 4 meses, Mônica Serra decidiu abortar, pois seu marido estava exilado e todos vivíamos uma situação instável. Aqui está a prova de que o aborto é uma situação terrível, triste, para a mulher e para o casal, e por isso não deve ser crime, pois tantas são as situações complexas que levam uma mulher a passar por essa situação difícil. Ninguém gosta de fazer um aborto, assim como o casal Serra imagino não deve ter gostado. A educação sobre a contracepção deve ser máxima para que evitemos essa dor para a mulher e para o estado. Assim, repito a pergunta corajosa de minha presidente, Dilma Rousseff, que enfrenta a saúde pública cara a cara com ela: se uma mulher chega em um hospital doente, por ter feito um aborto

clandestino, o estado vai cuidar de sua saúde ou vai mandar prendê-la? Nesse sentido, devemos prender Mônica Serra caso seu marido fosse eleito presidente? Pelo Brasil solidário e transparente que quero, sem ameaças, sem desmerecimento da fala do outro, com diálogo e pelo respeito a dor calada de Mônica Serra.³⁷

Em 22 de outubro de 2010, o portal *Folha Online* comentou a disputa de Dilma e Serra dentro dos rincões evangélicos. Na ocasião, Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus, que apoiava a petista, e Silas Malafaia, da Assembleia de Deus, aliado ao tucano, trocaram acusações na *internet* em defesa dos seus respectivos candidatos. O bispo Macedo atacou primeiro, questionando o interesse do pastor da Assembleia de Deus em apoiar Serra. No sábado anterior à matéria, em seu *blog*, o líder da Universal pôs em dúvida os argumentos de Malafaia para trocar Marina Silva (PV), a quem anunciou apoio no início da campanha, pelo tucano.

No contra-ataque, Malafaia, em seu site, apresenta o link para um vídeo em que classifica Macedo de "mentiroso" e diz que ele foi "comprado pelo governo":

Sua emissora [TV Record] recebe milhões do governo, você foi comprado para defender a Dilma. Sua emissora é chapa branca. Você tem gasto bilhões, dízimo e ofertas do povo de Deus, que você tem injetado na televisão para promover prostituição, adultério, homossexualismo, sensualidade, assassinato e roubo. Sua TV é um lixo moral.

Ainda em outubro de 2010, a campanha de José Serra (PSDB) recebeu críticas em vários portais da internet por estar oferecendo benefícios a igrejas evangélicas e a entidades a elas ligadas em troca de apoio de pastores à candidatura tucana. Segundo a *Folha de S. Paulo*, o responsável pelo contato com os líderes é Alcides Cantóia Jr., pastor da Assembleia de Deus em São Paulo, pois ele responde pela “coordenadoria de evangélicos” da campanha, criada, ainda no primeiro turno, exclusivamente para angariar apoio entre evangélicos: “disparo entre 150 e 200 telefonemas por dia, mais ou menos”, diz Cantóia, que trabalha numa espécie de guichê montado no térreo do edifício Praça da Bandeira (antigo Joelma), quartel-general da campanha de Serra. No local, ele também recebe pastores para “um café”.³⁸

³⁷ Uma reprodução da nota original pode ser encontrada aqui: <http://migre.me/g2Oil>. Acesso em 11/09/2013.

³⁸ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2110201013.htm>. Acesso em 26/08/2013.

O oferecimento de benefícios, como parcerias governamentais com entidades ligadas a igrejas evangélicas, foi admitido pela campanha de José Serra à Presidência. No entanto, os tucanos negaram que a campanha, por meio do pastor Alcides Cantóia Jr., tomasse a iniciativa do contato com pastores: “A Coordenadoria de Evangélicos faz apenas a intermediação entre partido e segmento evangélico, quando somos procurados”, afirma a assessoria da campanha, em resposta a perguntas enviadas por e-mail.³⁹

Em 15 de outubro de 2010, Dilma Rousseff divulgou mensagem a religiosos, para tentar, nas palavras dela, “pôr um fim definitivo à campanha de calúnias e boatos” espalhados pelos adversários. A mensagem foi entregue a parlamentares e líderes religiosos apoiadores da campanha petista para ser distribuída nas igrejas e cultos.⁴⁰

MENSAGEM DA DILMA

Dirijo-me mais uma vez a vocês, com o carinho e o respeito que merecem os que sonham com um Brasil cada vez mais perto da premissa do Evangelho de desejar ao próximo o que queremos para nós mesmos. É com esta convicção que resolvi pôr um fim definitivo à campanha de calúnias e boatos espalhados por meus adversários eleitorais. Para não permitir que prevaleça a mentira como arma em busca de votos, em nome da verdade quero reafirmar:

1. Defendo a convivência entre as diferentes religiões e a liberdade religiosa, assegurada pela Constituição Federal;
2. Sou pessoalmente contra o aborto e defendo a manutenção da legislação atual sobre o assunto;
3. Eleita presidente da República, não tomarei a iniciativa de propor alterações de pontos que tratem da legislação do aborto e de outros temas concernentes à família e à livre expressão de qualquer religião no País.
4. O PNDH3 é uma ampla carta de intenções, que incorporou itens do programa anterior. Está sendo revisto e, se eleita, não pretendo promover nenhuma iniciativa que afronte a família;
5. Com relação ao PLC 122, caso aprovado no Senado, onde tramita atualmente, será sancionado em meu futuro governo nos artigos que não violem a liberdade de crença, culto e expressão e demais garantias constitucionais individuais existentes no Brasil;
6. Se Deus quiser e o povo brasileiro me der, a oportunidade de presidir o País, pretendo editar leis e desenvolver programas que tenham a família como foco principal, a exemplo do Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida e tantos outros que resgatem a cidadania e a dignidade humana.

Com estes esclarecimentos, espero contar com vocês para deter a sórdida campanha de calúnias contra mim orquestrada. Não podemos permitir que a mentira se converta em fonte de benefícios eleitorais para aqueles que não têm escrúpulos de manipular a fé e a religião tão respeitada por todos nós. Minha campanha é pela vida, pela paz, pela justiça social, pelo respeito, pela prosperidade e pela convivência entre todas as pessoas.



Dilma Rousseff

³⁹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2110201013.htm> . Acesso em 26/08/2013.

⁴⁰ Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,em-carta-dilma-assina-compromisso-contr-o-aborto,625257,0.htm> . Acesso em 26/08/2013.

Figura 5 – Mensagem da Dilma aos cristãos

No texto, Dilma é enfática ao negar ser favorável ao aborto, mas evita entrar no debate sobre casamento entre pessoas do mesmo sexo: "Eleita presidente da República, não tomarei a iniciativa de propor alterações de pontos que tratem da legislação do aborto e de outros temas concernentes à família e à livre expressão de qualquer religião no País", afirma.

No dia 28 de outubro, o papa Bento XVI condenou, em reunião em Roma, o aborto e clamou para que um grupo de bispos brasileiros orientassem politicamente fiéis católicos, sem mencionar diretamente as eleições que estavam acontecendo: "Os pastores têm o grave dever de emitir um juízo moral, mesmo em matérias políticas."⁴¹ O pronunciamento de Bento XVI está transcrito no *Quadro 4*, abaixo:

"Amados Irmãos no Episcopado,
Para vós, graça e paz da parte de Deus, nosso Pai, e do Senhor Jesus Cristo (2 Cor 1, 2). Desejo antes de mais nada agradecer a Deus pelo vosso zelo e dedicação a Cristo e à sua Igreja que cresce no Regional Nordeste 5. Lendo os vossos relatórios, pude dar-me conta dos problemas de caráter religioso e pastoral, além de humano e social, com que deveis medir-vos diariamente. O quadro geral tem as suas sombras, mas tem também sinais de esperança, como Dom Xavier Gilles acaba de referir na saudação que me dirigiu, dando livre curso aos sentimentos de todos vós e do vosso povo.
Como sabeis, nos sucessivos encontros com os diversos Regionais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, tenho sublinhado diferentes âmbitos e respectivos agentes do multiforme serviço evangelizador e pastoral da Igreja na vossa grande Nação; hoje, gostaria de falar-vos de como a Igreja, na sua missão de fecundar e fermentar a sociedade humana com o Evangelho, ensina ao homem a sua dignidade de filho de Deus e a sua vocação à união com todos os homens, das quais decorrem as exigências da justiça e da paz social, conforme à sabedoria divina.
Entretanto, o dever imediato de trabalhar por uma ordem social justa é próprio dos fiéis leigos, que, como cidadãos livres e responsáveis, se empenham em contribuir para a reta configuração da vida social, no respeito da sua legítima autonomia e da ordem moral natural (cf. Deus caritas est, 29). O vosso dever como Bispos junto com o vosso clero é mediato, enquanto vos compete contribuir para a purificação da razão e o despertar das forças morais necessárias para a construção de uma sociedade justa e fraterna. Quando, porém, os direitos fundamentais da pessoa ou a salvação das almas o exigirem, os pastores têm o grave dever de emitir um juízo moral, mesmo em matérias políticas (cf. GS, 76).
Ao formular esses juízos, os pastores devem levar em conta o valor absoluto daqueles preceitos morais negativos que declaram moralmente inaceitável a escolha de uma determinada ação intrinsecamente má e incompatível com a dignidade da pessoa; tal escolha não pode ser resgatada pela bondade de qualquer fim, intenção, consequência ou circunstância. Portanto, seria totalmente falsa e ilusória qualquer defesa dos direitos humanos políticos, econômicos e sociais que não compreendesse a enérgica defesa do direito à vida desde a concepção até à morte natural (cf. Christifideles laici, 38). Além disso no quadro do empenho pelos mais fracos

⁴¹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/821609-papa-condena-aborto-e-pede-para-bispos-brasileiros-orientarem-politicamente-fieis.shtml> . Acesso em 27/08/2013.

e os mais indefesos, quem é mais inerme que um nascituro ou um doente em estado vegetativo ou terminal? Quando os projetos políticos contemplam, aberta ou veladamente, a descriminalização do aborto ou da eutanásia, o ideal democrático --que só é verdadeiramente tal quando reconhece e tutela a dignidade de toda a pessoa humana-- é atraído nas suas bases (cf. *Evangelium vitæ*, 74). Portanto, caros Irmãos no episcopado, ao defender a vida não devemos temer a oposição e a impopularidade, recusando qualquer compromisso e ambiguidade que nos conformem com a mentalidade deste mundo (ibidem, 82).

Além disso, para melhor ajudar os leigos a viverem o seu empenho cristão e sóciopolítico de um modo unitário e coerente, é necessária --como vos disse em *Aparecida*-- uma catequese social e uma adequada formação na doutrina social da Igreja, sendo muito útil para isso o "Compêndio da Doutrina Social da Igreja" (Discurso inaugural da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, 3). Isto significa também que em determinadas ocasiões, os pastores devem mesmo lembrar a todos os cidadãos o direito, que é também um dever, de usar livremente o próprio voto para a promoção do bem comum (cf. *GS*, 75).

Neste ponto, política e fé se tocam. A fé tem, sem dúvida, a sua natureza específica de encontro com o Deus vivo que abre novos horizontes muito para além do âmbito próprio da razão. Com efeito, sem a correção oferecida pela religião até a razão pode tornar-se vítima de ambiguidades, como acontece quando ela é manipulada pela ideologia, ou então aplicada de uma maneira parcial, sem ter em consideração plenamente a dignidade da pessoa humana (*Viagem Apostólica ao Reino Unido, Encontro com as autoridades civis*, 17-IX-2010).

Só respeitando, promovendo e ensinando incansavelmente a natureza transcendente da pessoa humana é que uma sociedade pode ser construída. Assim, Deus deve encontrar lugar também na esfera pública, nomeadamente nas dimensões cultural, social, econômica e particularmente política (*Caritas in veritate*, 56). Por isso, amados Irmãos, uno a minha voz à vossa num vivo apelo a favor da educação religiosa, e mais concretamente do ensino confessional e plural da religião, na escola pública do Estado.

Queria ainda recordar que a presença de símbolos religiosos na vida pública é ao mesmo tempo lembrança da transcendência do homem e garantia do seu respeito. Eles têm um valor particular, no caso do Brasil, em que a religião católica é parte integral da sua história. Como não pensar neste momento na imagem de Jesus Cristo com os braços estendidos sobre a baía da Guanabara que representa a hospitalidade e o amor com que o Brasil sempre soube abrir seus braços a homens e mulheres perseguidos e necessitados provenientes de todo o mundo? Foi nessa presença de Jesus na vida brasileira, que eles se integraram harmonicamente na sociedade, contribuindo ao enriquecimento da cultura, ao crescimento econômico e ao espírito de solidariedade e liberdade.

Amados Irmãos, confio à Mãe de Deus e nossa, invocada no Brasil sob o título de Nossa Senhora Aparecida, estes anseios da Igreja Católica na Terra de Santa Cruz e de todos os homens de boa vontade em defesa dos valores da vida humana e da sua transcendência, junto com as alegrias e esperanças, as tristezas e angústias dos homens e mulheres da província eclesial do Maranhão. A todos coloco sob a Sua materna proteção, e a vós e ao vosso povo concedo a minha Benção Apostólica."

Quadro 4 – Pronunciamento do Papa

No dia 31 de outubro, o Senador Marcelo Crivella, bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, publicou um artigo, na seção ponto final do periódico *Folha Universal*, o qual apresentamos abaixo:

ARTIGO

Senador Marcelo Crivella

7 RAZÕES para votar em DILMA

1 "Deus escolheu as coisas loucas do mundo para envergonhar os sábios e escolheu as coisas fracas do mundo para envergonhar os fortes" (1 Coríntios 1.27), como nas histórias do presidente Lula e do bispo Edir Macedo. Eles vieram do povo, foram julgados e perseguidos pelas elites do País e cresceram com a força do povo.

2 Dilma vai prosseguir o governo de Lula, que já tirou 24 milhões de brasileiros da pobreza. Nunca um governo conseguiu reduzir tanto a desigualdade entre ricos e pobres.

3 A população carente tem hoje mais do que comida na mesa: tem dignidade. Além da ajuda direta dos programas sociais do governo Lula, o povo ganhou emprego. Mais de 15 milhões de vagas foram criadas. Isso precisa continuar.

4 Dilma é respeitada no exterior por sua competência mostrada durante o governo Lula. Ajudou a devolver a autoestima dos brasileiros com a descoberta de novas reservas de petróleo e com as conquistas da Olimpíada e da Copa do Mundo.

5 Conhece como ninguém o PAC que é o maior programa de obras da história do País. Nossa economia está firme. Fomos os últimos a entrar e os primeiros a sair da maior crise econômica das últimas décadas. Optar por outro candidato é correr o risco de jogar fora todas as conquistas do povo brasileiro.

6 É hora de uma mulher no governo. Tem as cicatrizes da tortura na sua luta por justiça e liberdade nos tempos da ditadura. Aprendeu na pele o que é democracia.

7 Vai governar respeitando as igrejas de todas as denominações e a liberdade de culto. Respeita os valores cristãos de defesa da vida e da família. Tem um compromisso pessoal em apoiar os ideais do Evangelho, princípio maior da Igreja Universal do Reino de Deus.



Figura 6 – Sete razões para votar em Dilma

A primeira razão elencada no referido artigo não menciona Dilma. Antes, compara as histórias de vida do presidente Lula e de Macedo: "Deus escolheu as coisas loucas do mundo para envergonhar os sábios e escolheu as coisas fracas do mundo para envergonhar os fortes", diz o tópico.

Outro objetivo do editorial é dissipar dúvidas sobre as acusações feitas contra Dilma, afirmando que ela era favorável à descriminalização do aborto e que iria perseguir templos evangélicos. O sétimo tópico desmente essas hipóteses:

"[Dilma] vai governar respeitando as igrejas de todas as denominações e a liberdade de culto. Respeita os valores cristãos de defesa da vida e da família. Tem um compromisso pessoal em apoiar os ideais do Evangelho, princípio maior da Igreja Universal do Reino de Deus."

Segundo o artigo, os fieis deveriam ir às urnas, com consciência de que "é hora de uma mulher no governo". Dilma tem uma vivência a mais: conheceu "na pele o que é democracia" por ter "as cicatrizes da tortura na sua luta por justiça e liberdade nos tempos da ditadura".

2.4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Como mostramos nos gráficos apresentados neste primeiro capítulo, em agosto de 2010, período referente ao início do primeiro turno das eleições, a candidata Dilma Rousseff (PT) liderava as pesquisas de intenção de voto, sendo que no dia 26 de agosto/2010, tinha cerca de 51% das intenções de voto e, portanto, havia uma possibilidade real da referida candidata ser eleita no primeiro turno. Entretanto, ao longo da segunda quinzena de setembro de 2010, houve *um acontecimento discursivo*, ou seja, o encontro de uma memória com uma atualidade que fez com que a candidata petista caísse nas pesquisas de intenção de votos e que seus concorrentes, sobretudo a candidata Marina Silva (PV), erigissem e despontassem nas pesquisas de intenções de voto, o que culminou na necessidade do segundo turno das eleições.

Os dados apresentados neste capítulo, bem como a "cronologia" relacionada a estes fatos, tomaram as campanhas (e tudo que nelas foi produzido) como *lugar de memória discursiva*, conforme proposto por Fonseca-Silva (2007a). A supracitada migração de votos ocorreu principalmente entre os eleitores evangélicos e católicos quando da irrupção de questões situadas no entremeio do discurso religioso e do discurso político, principalmente questões referentes ao tema aborto, e de como o PT e o PSDB, bem como seus respectivos candidatos, posicionaram-se em relação a essa temática. Contudo, ao final do segundo turno da referida eleição, a candidata da situação

(Dilma Rousseff) foi eleita, apesar do apelo religioso materializado nas campanhas de seus concorrentes.

Desta forma verificamos, por meio de dados empíricos apresentados no presente capítulo, que as eleições presidenciais brasileiras de 2010 estiveram diretamente ligadas a questões do discurso religioso que, por sua vez, passaram a fazer parte da campanha política, possibilitando a irrupção do acontecimento discursivo que será analisado no segundo capítulo desta dissertação.

3. MEMÓRIA E DISCURSO NA CAMPANHA ELEITORAL

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Como mostramos nos gráficos apresentados no primeiro capítulo desta dissertação, em agosto de 2010, período referente ao início do primeiro turno das eleições, a candidata Dilma Rousseff (PT) liderava as pesquisas de intenção de voto, sendo que no dia 26 de agosto/2010, tinha cerca de 51% das intenções de voto e, portanto, havia uma possibilidade real da referida candidata ser eleita no primeiro turno. Entretanto, ao longo da segunda quinzena de setembro/2010, houve um *acontecimento discursivo*, ou seja, o encontro de uma *memória* com uma *atualidade* (Pêcheux, 1983a) que fez com que a candidata petista caísse nas pesquisas de intenção de votos e que seus concorrentes, sobretudo a candidata Marina Silva (PV), erigissem e despontassem nas pesquisas de intenções de voto, o que culminou na necessidade do segundo turno das eleições.

Mostramos, também, no capítulo anterior deste trabalho, que a supracitada migração de votos ocorreu principalmente entre os eleitores evangélicos e católicos quando da irrupção de questões situadas no entremeio do discurso religioso e do discurso político, principalmente questões referentes ao tema *aborto*, e de como o PT e o PSDB, bem como seus respectivos candidatos, se posicionavam em relação a essa temática. Por fim, ao final do segundo turno da referida eleição, a candidata da situação, Dilma Rousseff, foi eleita, apesar do apelo religioso materializado nas campanhas de seus concorrentes.

O objetivo do presente capítulo é analisar o segundo turno das eleições de 2010 como acontecimento discursivo e, nessa perspectiva, verificar de que forma questões ligadas ao discurso religioso passaram a fazer parte da campanha política. Trata-se de responder a seguinte questão: de que forma o discurso religioso encontra-se materializado nos primeiro e segundo turnos das eleições de 2010?

A hipótese é que a questão do aborto, vinculada ao discurso religioso, funcionou, na atualidade das campanhas, como memória que irrompeu sobre a atualidade, constituindo assim um *acontecimento discursivo*, no sentido de Pêcheux, conforme expresso nas obras *O papel da memória* (1983a) e *Discurso: Estrutura e Acontecimento* (1983b). Para responder a tal questão, recorreremos aos conceitos de *memória* e

acontecimento discursivos, conforme apresentados por Pêcheux (1983a e 1983b). Nesse sentido, apresentamos a seguir algumas considerações teóricas acerca dos conceitos que serão mobilizados na análise e, em seguida, procedemos a análise dos dados, a fim de responder a pergunta que norteia esse capítulo.

3.2 ACONTECIMENTO DISCURSIVO NA CAMPANHA ELEITORAL

A Escola Francesa de Análise de Discurso (doravante AD) surgiu em 1960 e tem seu construto teórico baseado na relação articulada entre a Linguística, Marxismo e Psicanálise, articulação esta que possibilitou o surgimento desta disciplina de entremeio (Orlandi, 1999). O aporte teórico-metodológico da AD associa língua e história.

O *discurso* é concebido pela AD como o lugar em que se entrelaçam a língua, a história e o sujeito. Assim, em AD, para se analisar as materialidades significantes, é necessário considerar a relação entre base linguística e processos discursivos que se desenvolvem sobre esta base (FONSECA-SILVA, 2007, p. 95). Assim, a referida disciplina “concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social” (ORLANDI, 2009, p.15)

Michel Pêcheux, considerado o fundador da AD, no livro *O discurso: estrutura ou acontecimento* (1983b), analisa o funcionamento do discurso considerando a relação entre *estrutura* e *acontecimento*. No texto, o filósofo francês faz um percurso analítico pelas ditas ciências positivistas, abordando a relação entre os *universos logicamente estabilizados*, onde não são possíveis as *derivas de sentido*, e as formulações *irremediavelmente equívocas*, onde a *opacidade* da língua se mostra, o que possibilita trabalhar os aspectos necessários à análise de qualquer discurso, a saber, a *descrição* e a *interpretação*.⁴²

Na introdução de *Discurso: Estrutura ou Acontecimento*, Pêcheux trata do marxismo e de suas relações com outras ciências, afirmando que:

Todos sabem, entretanto, que o sistema de base genérico-sexual da tecnologia elementar implica, como princípio estrutural, que as roscas e porcas se casam. Mas reinava a esse respeito uma estranha confusão no marxismo: assim, o velho marxista tinha absoluta convicção de

⁴² A obra em três capítulos: Introdução; Ciência, Estrutura e Escolástica; Ler, Descrever, Interpretar.

estar equipado de parafusos celibatários marxistas, quando na verdade dispunha senão de roscas... sem porcas. E toda vez que ele se punha a trabalhar, era a mesma coisa: ele juntava duas peças de madeira, cada uma com um buraco, em perfeita coincidência. Colocava a rosca no buraco e girava, girava, girava no vazio, sem nenhum resultado, de sorte que a construção estava sempre se desfazendo (PÊCHEUX, 1983a, p. 15-16).

Com isso, Pêcheux faz uma crítica ao marxismo em sua tentativa de funcionar como uma espécie de ciência régia.

Para demonstrar a constituição do discurso como *estrutura e acontecimento*, Pêcheux relata várias possibilidades teóricas distintas⁴³, mas propõe o caminho de tomar como tema um enunciado e trabalhar a partir dele, a saber, o enunciado “On a gagné” [Ganhamos], tal como ele atravessou a França no dia 10 de maio de 1981, às 20 horas e alguns minutos, “o acontecimento, no ponto de encontro com uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 1983a, p. 15-16).

A análise de tal enunciado no momento em que ele atravessa a França ocorre, mais especificamente, no período pós-eleição presidencial, que culminou com o acontecimento histórico da vitória de François Mitterrand e, a partir deste, a gênese de um *acontecimento discursivo*. Assim, por meio do enunciado *On a gagné* [Ganhamos], Pêcheux aborda a questão do *acontecimento* como sendo a relação entre uma *atualidade* com uma *memória*, que por sua vez é evocada para se (re)estruturar/(re)significar a partir de tal *acontecimento*.

Ademais, Pêcheux demonstra que o enunciado *On a gagné* [Ganhamos] é análogo a outros enunciados de viés esportivo, evocando a relação *política-esporte*. Ainda segundo este autor, “Ganhamos” funciona tanto de forma, aparentemente, transparente (como se seu sentido fosse óbvio, inequívoco, lógico) e, portanto, ligado a um espaço logicamente estabilizado, quanto de modo opaco e, portanto ligado aos universos irremediavelmente equívocos. Em outras palavras, o autor demonstra que um determinado enunciado pode *parecer* transparente, mas ser opaco. É dessa forma que, naquela ocasião, o acontecimento jornalístico da mídia apresentou-se como que uma vitória esportiva, fazendo assim que a *memória* entrasse em jogo no *acontecimento*, por

⁴³ Mesmo possuindo formação filosófica, Pêcheux prefere não trabalhar filosoficamente a relação entre Marx e Aristóteles sobre a ideia de uma ciência da estrutura. Ele usa a tradição francesa da análise do discurso, trabalhando a relação entre a análise como descrição e como interpretação.

meio de uma gama de possibilidades de dizeres que se atualizam no momento da enunciação, ou seja, em um processo de deslocamento da memória.

O segundo capítulo de *Discurso: Estrutura ou Acontecimento* aborda a relação existente entre ciência, escolástica e estrutura, por meio de uma discussão acerca da questão do *real* e de como esse se constitui. De acordo com Pêcheux:

supor que, pelo menos em certas circunstâncias, há independência do objeto face a qualquer discurso feito a seu respeito, significa colocar que, no interior do que se apresenta como universo físico-humano (coisas, seres vivos, pessoas, acontecimentos, processos...) 'há real', isto é, pontos de impossível, determinando aquilo que não pode ser 'assim'. (O real é o impossível... que seja do outro mundo) (PÊCHEUX, 1983a, p.29).

Dessa forma, o autor demonstra que há independência entre o objeto no mundo e o discurso. Ainda segundo o filósofo francês, existem aqueles espaços marcados, logicamente estabilizados, como os das ciências exatas, caracterizados pela coerção lógica, em que, por exemplo, seria impossível um enunciado do tipo “Fulano é muito ‘militar’ no civil” (PÊCHEUX, 1983b, p.30). Esses espaços, regulados de proporções lógicas, que se estruturam por meio de um regime de *verdadeiro* ou *falso*, não consideram o *equivoco*, visto que pressupõem que todo “falante sabe do que fala, uma vez que as propriedades estruturais são independentes da enunciação” (PÊCHEUX, 1983a, p.31).

Destarte, Pêcheux, tomando como exemplo a escolástica aristotélica, que, por meio de suas categorias, busca estruturar linguagem e pensamento para fazer deles *organon* da sistematização, desenvolve a ideia de que não adianta negar a necessidade (desejo) de aparência, veículo de disjunções e categorizações lógicas, marcada pelo imperativo de um mundo “semanticamente normal”, normatizado e categorizado logicamente, e relacionado consigo mesmo e com fronteiras que coincidem com a construção de laços de dependência face às *coisas-a-saber*, “consideradas como reservas de conhecimento acumuladas máquinas-de-saber” (PÊCHEUX, 1983a, p. 34).

No capítulo terceiro do livro *O discurso: estrutura ou acontecimento*, cujo título é *Ler, descrever e interpretar*, Pêcheux aborda a relação entre descrição e interpretação, mostrando que tal relação deve estar na base de toda interpretação. Nesse capítulo, o autor propõe três exigências que devem ser seguidas para que a análise feita por qualquer disciplina de interpretação considere esse real que, segundo ele, é

“constitutivamente estranho à univocidade lógica”, um real “que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos.” (PÊCHEUX, 1983a, p. 43).

A primeira exigência consiste na análise das materialidades discursivas, o que ocorre quando se prioriza a descrição. Nas palavras do próprio Pêcheux:

A primeira exigência consiste em dar o primado aos gestos de descrição das materialidades discursivas. Uma descrição, nesta perspectiva, não é uma apreensão fenomenológica ou hermenêutica na qual descrever se torna indiscernível de interpretar: essa concepção da descrição supõe ao contrário o reconhecimento de um real específico sobre o qual ela se instala: o real da língua [...] Eu disse bem: a língua. Isto é, nem linguagem, nem fala, nem discurso, nem texto, nem interação conversacional, mas aquilo que é colocado pelos linguistas como a condição de existência (o princípio), sob a forma da existência do simbólico, no sentido de Jakobson e de Lacan. [...] Isto obriga a pesquisa linguística a se construir procedimentos (modos de interrogação de dados e formas de raciocínio) capazes de abordar explicitamente o fato linguístico do equívoco como fato estrutural implicado pela ordem do simbólico. O objeto da linguística (o próprio da língua) aparece assim atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações (PÊCHEUX, 1983a, p. 50-53).

Dessa forma, um *enunciado* pode ser descrito como ligado a uma série de pontos de deriva possíveis, e estes, por sua vez, trazem a lume a tarefa interpretativa.

A segunda exigência, segundo Pêcheux, é considerar que toda descrição está exposta ao *equivoco*, visto que todo enunciado é intrinsecamente possível de se tornar outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para outro. Assim:

Esse discurso-outro, enquanto presença virtual na materialidade descritível da sequencia, marca, do interior desta materialidade, a insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica, logo como o próprio princípio do real sócio-histórico. (PÊCHEUX, 1983a, p. 53).

A terceira e última exigência é considerar que a linguagem é performativa, ou seja, ela não constata, ela realiza ações – a linguagem é estrutura e acontecimento:

Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria coo um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos (PÊCHEUX, 1983a, p. 54).

Partindo do pressuposto pêcheuxtiano de que não se pode analisar o discurso sem considerar a relação *estrutura-acontecimento* e considerando a relação *descrição- interpretação* no que tange aos discursos *não logicamente estabilizados* é que pretendemos, no presente capítulo, por meio noção de *memória* e do *funcionamento do discurso* (visto como estrutura-acontecimento) analisar a constituição discursiva da campanha eleitoral das eleições presidenciais brasileiras de 2010.

Para tanto, partimos da hipótese de que nas referidas eleições, as materialidades significantes analisadas remontam à tentativa de aproximação dos candidatos, por meio do *discurso religioso*, aos eleitores evangélicos e católicos na busca de votos. Entendemos que essa relação é ativada pela *memória*, por meio da relação discursiva entre *estrutura e acontecimento*.

Mostramos, ainda, como algumas formulações das campanhas analisadas neste trabalho evocam cenas anteriores à situação de enunciação para se legitimarem no momento atual. Consideramos, para esta análise, a tese de Pêcheux de que o discurso político se insere naquilo que o referido autor chama de universos *irremediavelmente equívocos*, e que, portanto, pode produzir efeitos não esperados, graças aos deslizamentos de sentido. É nesse sentido que trabalhamos com a noção de *efeito-fariseu*.

Na análise, retomamos o conceito de memória, em sua relação com o discurso (estrutura-acontecimento), quando recorremos aos pressupostos de Pêcheux (1983a), uma vez que este autor define *acontecimento* como sendo fruto da relação entre uma *memória* e uma *atualidade*.

3.2.1 Acontecimento discursivo - a questão do aborto

A *Figura 1* é um panfleto que circulou no período final do primeiro turno das eleições 2010 em vários locais do Brasil e também foi veiculado em diversos sítios da internet, portanto não se sabe ao certo a sua tiragem ou a sua cidade de origem. Aliadas à distribuição desses folhetos, outras medidas similares foram tomadas, como por

exemplo, a reunião de cúpula da campanha de José Serra (PSDB), no dia 6 de outubro de 2010, em Brasília, na qual os participantes receberam instruções sobre como propagar uma campanha anti-Dilma na internet⁴⁴. Tanto o panfleto quanto a reunião para instruir os membros da campanha de Serra estão sendo tomados aqui como acontecimentos discursivos que materializam a relação entre política e discurso religioso na campanha eleitoral de 2010. Por isso, comecemos descrevendo e analisando o panfleto apresentado na *Figura 1*:



Figura 5 - Folheto vinculando o PT ao PNDH-3

O panfleto é do tamanho da metade de uma folha de papel A4, em fundo branco com letras de cor preta (em algumas ocasiões azul, a depender da impressão) e traz, inicialmente, a seguinte formulação: “Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3”, a qual aparece negritada e destacada em uma caixa de texto. Em seguida, lemos: “decreto 7.037 aprovado pelo Presidente Lula e compromisso assumido pela sua sucessora **Dilma Rousseff**, caso ela seja eleita” (grifos do autor). Nesse caso, a palavra

⁴⁴ Disponível em: <http://www.advivo.com.br/luisnassif%20?page=3354>. Acesso: 20/07/2013.

compromisso aparece negritada e sublinhada, o que mostra que há um destaque em relação a esse termo. Também aparece destacado em negrito o nome da candidata Dilma Rousseff. O panfleto simula a transcrição de um decreto lei e, para tanto, recorre a uma memória acerca dos decretos, por isso o número 7.037, já que os decretos são numerados, bem como o uso da sigla PNDH-3, pois siglas também são comuns para referir decretos. O grifo sobre o termo compromisso reforça a estabilidade do decreto, pois um decreto não pode ser facilmente revogado, bem como um compromisso não é facilmente desfeito. Já o destaque no nome da então candidata Dilma Rousseff também produz efeitos, pois mostra que o foco do panfleto é justamente a referida candidata. Até aqui, vimos que o panfleto recorre à memória do decreto lei para constituir uma cenografia⁴⁵ em que o suposto programa de governo do PT é denunciado. Contudo, como veremos, o tom de denúncia só é assumido no final do panfleto. Nessa primeira parte, o enunciador (E1) assume a voz de um outro enunciador (E2), o qual é assimilado às imagens do presidente Lula e da candidata Dilma Rousseff. A expressão “Direitos Humanos”, que aparece no início do panfleto, traz uma memória que vincula o suposto programa a certos discursos que se relacionam com o campo filosófico, segundo o qual os direitos humanos teriam relação com os direitos naturais e com outras noções, como “liberdade de pensamento” e “liberdade de expressão”⁴⁶. Nesse sentido, a expressão referencial “direitos humanos” funciona como uma espécie de fórmula, no sentido de Krieg-Planque, pois cristaliza uma questão social que essa expressão contribui, ao mesmo tempo, para construir⁴⁷. Portanto, ao usar a expressão Direitos Humanos, o enunciador cria uma expectativa positiva, que é frustrada na continuidade do texto, pois os “compromissos” da candidata Dilma Rousseff funcionam como contradiscurso em relação àquilo que é discursivamente circunscrito no âmbito dos direitos humanos. Vejamos, então, quais são, segundo o panfleto, esses “compromissos”:

⁴⁵ Para Maingueneau, a cenografia pode ser definida como “um correlato da própria enunciação, pois é esta última que, ao se desenvolver, esforça-se por constituir progressivamente o seu próprio dispositivo de fala” (MAINGUENEAU, 2004, p. 87). Ela leva o quadro cênico (cena englobante e cena genérica) a se deslocar para um segundo plano, pois quando um texto apresenta uma cenografia, é por meio dela que esse texto se mostra ou se dá a conhecer a seu coenunciador. Isso ocorre porque “qualquer discurso, por seu próprio desdobramento, pretende instituir a situação que o torna pertinente” (MAINGUENEAU, 2005, p. 75). Ainda segundo Maingueneau (2005), o termo cenografia não corresponde apenas à ideia de “teatro” ou de “encenação”. À noção teatral de “cena”, o autor acrescenta a de -grafia, de inscrição.

⁴⁶ “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade” (Artigo 1º – Declaração Universal dos Direitos do Homem).

⁴⁷ “Por fórmula, designamos um conjunto de formulações que, pelo fato de serem empregadas em um momento e em um espaço público dados, cristalizam questões políticas e sociais que essas expressões contribuem, ao mesmo tempo, para construir” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 9).

- (1) Legalização do aborto com até 9 meses de gestação.
- (2) Aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo.
- (3) Regulamentação da prostituição.
- (4) Aprovação de invasão de terras e propriedades urbanas e rurais.
- (5) Proibição dos símbolos religiosos.
- (6) Adoção de crianças por casais homossexuais.
- (7) Que Brasil queremos deixar de herança para os nossos filhos?
- (8) VOTE PELA DEFESA DA VIDA E DA FAMÍLIA.
- (9) Esse projetos fazem parte do programa político do PT.
- (10) Para triunfo dos maus basta que os homens bons não façam nada”

As formulações (1), (2), (3), (4), (5), (6), (7), (8), (9) e (10), por meio da relação de uma *memória* com uma *atualidade*, remetem o coenunciador a diferentes discursos. Se não vejamos:

Formulação (1):

Legalização do aborto com até 9 meses de gestação.

Os eleitores evangélicos e católicos, em tese, público principal para o qual é destinado o panfleto, adotam os pressupostos cristãos encontrados na Bíblia. Como vimos, o acontecimento discursivo, caracterizado pela entrada da temática religiosa nas eleições 2010, teve por carro chefe a questão do aborto.

Os abortos podem ser divididos entre aqueles que são espontâneos e aqueles que são induzidos. Os abortos espontâneos são aqueles em que não existe intervenção externa para sua realização. Existem dois tipos básicos de abortos espontâneos, o primeiro, aquele em que um óvulo é fertilizado por um espermatozoide, mas nunca se implanta no útero da mulher, em vez disso, ele simplesmente é expurgado de seu corpo em seu período menstrual; e o segundo tipo de aborto espontâneo, é aquele em que um feto em desenvolvimento é expulso do corpo da mãe antes que o bebê seja capaz de viver fora do útero.

A segunda classe de aborto são os abortos induzidos, que são caracterizados por uma intervenção externa no processo reprodutivo, com vistas a interromper a gravidez. Existem vários tipos de abortos induzidos. Abortos terapêuticos são realizados para salvar a vida da mãe, na gravidez ectópica ou tubária. Neste tipo de gravidez, o ovo fertilizado não se implanta no útero, mas na trompa de falópio. Nesse caso, existem apenas duas opções para o médico: ou ele intervém para tirar a vida do bebê, a fim de salvar a vida da mãe, ou o bebê e sua mãe irão morrer. Abortos eugênicos são a segunda categoria de abortos induzidos. Elas são realizadas para abortar um feto que tem ou está em risco de alguma incapacidade física e/ou mental, tais como a Síndrome de Down. O método mais comum de determinação de tais problemas é um procedimento chamado amniocentese, que não pode ser executada até por volta do quarto mês de gravidez, uma vez que requer o desenvolvimento da placenta e a sua saída de fluido. A agulha é inserida para dentro do saco, e o fluido é retirado e examinado para determinar quaisquer anormalidades. Finalmente, abortos eletivos são completares à categoria de abortos induzidos. Aqui, a vida da mãe não está ameaçada e não há risco conhecido de deficiência física e/ou mental para a criança. A razão para o aborto é simplesmente a conveniência dos pais (por exemplo, o controle do tamanho da família, esforço físico e/ou mental dos pais, ou dificuldade financeira na família). Além disso, como fica mais fácil escolher o sexo de uma criança, as famílias podem escolher uma criança específica de gênero e abortar os do sexo "errado".

Os não-abortistas, discursivizados muitas vezes como *defensores pró-vida*, acusam os abortistas de insensíveis ao direito à vida do bebê. Por outro lado, os defensores do direito ao aborto afirmam que os não-abortistas cerceiam o direito da mulher de exercer a liberdade de escolha e, portanto, controlar o que ela pode fazer com seu corpo, pois o direito da mulher de escolher o que fazer com seu corpo deve ser primordial, e dessa forma, são muitas vezes discursivizados como *pró-escolha*.

Por outro lado, o discurso religioso cristão, que é tomado por Maingueneau (2008b), como *discurso constituinte*⁴⁸, toma como *fonte legitimadora* a Bíblia, isso

⁴⁸ Para Maingueneau os discursos constituintes tem a pretensão de não reconhecer outra autoridade além da sua própria. Discursos como o religioso, o científico e o filosófico são discursos constituintes. Estes discursos funcionam com uma função de *archeion*, termo grego ligado a “fonte”, “princípio”, “comando”, ou seja a sede da autoridade, “que por sua vez associa assim o trabalho de fundação no e pelo discurso à determinação de um lugar associado a um corpo de enunciadores consagrados, uma gestão da memória.” (MAINGUENEAU, 2008b, p.38). Os discursos fundadores não se legitimam a si mesmos, eles são ligados a uma fonte legitimadora.

explica que tanto católicos quanto protestantes recorram, em alguma medida, a esse texto para reafirmar uma certa memória. E, especificamente, em relação ao aborto, as divergências entre católicos e protestantes são praticamente nulas, ou seja, há um consenso em relação à divergência no que diz respeito ao aborto. Isso explica nossa constante remissão ao texto bíblico, pois, estamos concebendo tal texto como um discurso que pode desempenhar um papel constituinte em relação a outros discursos.

A tradição cristã, baseada em textos como o do Salmo 139.13-16a (abaixo transcrito), postula que, ainda no estágio embrionário, o homem é “imagem e semelhança de Deus”, de sorte que abortar por meios mecânicos e químicos é considerado assassinato.

Pois tu formaste o meu interior, tu me teceste no seio de minha mãe. Graças te dou, visto que por modo assombrosamente maravilhoso me formaste; as tuas obras são admiráveis, e a minha alma o sabe muito bem; os meus ossos não te foram encobertos, quando no oculto fui formado, e entretecido como nas profundezas da terra. Os teus olhos me viram a substância ainda informe (Salmo 139.13-16a).

O aborto é considerado pela tradição cristã como quebra do sexto mandamento bíblico: “não matarás” (Êxodo 20.13), que, em seu aspecto positivo, exige dos cristãos empenho cuidadoso e todos os esforços legítimos para preservação da vida, evitando práticas que tendem a tirar a vida de outrem. Portanto, o enunciado (1) remete o coenunciador a uma determinada memória ligada ao discurso religioso cristão, que caracteriza como assassinos aqueles que praticam aborto, potencializando isso quando afirma que o aborto seria legalizado até os “nove meses de gravidez”.

Mesmo sendo o tema aborto o carro-chefe no acontecimento discursivo, outros temas religiosos foram utilizados, como veremos abaixo.

Formulações (2) e (6)

<p><i>“Aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo”</i> <i>“Adoção de crianças por casais homossexuais”</i></p>

Os enunciados (2) e (6) também são relacionado, pela *memória*, com outros temas do discurso religioso cristão, a saber, a relação homoafetiva entre pessoas do mesmo sexo e a família. Vejamos, agora, como o discurso religioso, por meio do texto fundador que é a Bíblia, manifesta-se em relação aos temas supracitados.

Em Gênesis 1.27-28, encontra-se a afirmação de que Deus criou o homem e a sua mulher a sua imagem e os abençoou, recomendando que eles se multiplicassem e enchessem a terra. Em Gênesis 2.18, 23-24, encontramos:

Disse mais o SENHOR Deus: Não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma auxiliadora que lhe seja idônea. E disse o homem: Esta, afinal, é osso dos meus ossos e carne da minha carne; chamar-se-á varoa, porquanto do varão foi tomada [...] Por isso, deixa o homem pai e mãe e se une à sua mulher, tornando-se os dois uma só carne. (Gênesis 2.18, 23-24 ARA).

Com base nesses textos, a tradição cristã (seja ela católica ou protestante) afirma que o relacionamento sexual e/ou afetivo limita-se a relação heterossexual entre homem e mulher no casamento, que, por sua vez, segundo a prática discursiva ocidental, é monogâmico.

Outro texto bíblico usado pela tradição cristã, relacionado à relação sexual entre pessoas do mesmo sexo é o de Gênesis 19.4-9:

Mas, antes que se deitassem, os homens daquela cidade cercaram a casa, os homens de Sodoma, tanto os moços como os velhos, sim, todo o povo de todos os lados; e chamaram por Ló e lhe disseram: Onde estão os homens que, à noitinha, entraram em tua casa? Traze-os fora a nós para que abusemos deles. Saiu-lhes, então, Ló à porta, fechou-a após si e lhes disse: Rogo-vos, meus irmãos, que não façais mal; tenho duas filhas, virgens, eu vo-las trarei; tratai-as como vos parecer, porém nada façais a estes homens, porquanto se acham sob a proteção de meu teto. Eles, porém, disseram: Retira-te daí. E acrescentaram: Só ele é estrangeiro, veio morar entre nós e pretende ser juiz em tudo? A ti, pois, faremos pior do que a eles. E arremessaram-se contra o homem, contra Ló, e se chegaram para arrombar a porta.

Nesse texto, segundo a interpretação católica e/ou protestante, os homens de Sodoma tentaram ter relações sexuais com os visitantes de Ló e, por isso, a cidade foi destruída. Mais tarde, ainda segundo a interpretação judaico/cristã, sob a lei mosaica, a prática homossexual seria considerada abominação e punida com a morte:

Com homem não te deitarás, como se fosse mulher; é abominação. / Se também um homem se deitar com outro homem, como se fosse mulher, ambos praticaram coisa abominável; serão mortos; o seu sangue cairá sobre eles (Levítico 18.22 e 20.13 ARA).

Na perspectiva neotestamentária, o homossexualismo é um sintoma da humanidade caída em pecado e é tratada como não natural e indecente:

A ira de Deus se revela do céu contra toda impiedade e perversão dos homens que detêm a verdade pela injustiça; porquanto o que de Deus se pode conhecer é manifesto entre eles, porque Deus lhes manifestou. Porque os atributos invisíveis de Deus, assim o seu eterno poder, como também a sua própria divindade, claramente se reconhecem, desde o princípio do mundo, sendo percebidos por meio das coisas que foram criadas. Tais homens são, por isso, indesculpáveis; porquanto, tendo conhecimento de Deus, não o glorificaram como Deus, nem lhe deram graças; antes, se tornaram nulos em seus próprios raciocínios, obscurecendo-se-lhes o coração insensato. Inculcando-se por sábios, tornaram-se loucos e mudaram a glória do Deus incorruptível em semelhança da imagem de homem corruptível, bem como de aves, quadrúpedes e répteis. Por isso, Deus entregou tais homens à imundícia, pelas concupiscências de seu próprio coração, para desonrarem o seu corpo entre si; pois eles mudaram a verdade de Deus em mentira, adorando e servindo a criatura em lugar do Criador, o qual é bendito eternamente. Amém! Por causa disso, os entregou Deus a paixões infames; porque até as mulheres mudaram o modo natural de suas relações íntimas por outro, contrário à natureza; semelhantemente, os homens também, deixando o contacto natural da mulher, se inflamaram mutuamente em sua sensualidade, cometendo torpeza, homens com homens, e recebendo, em si mesmos, a merecida punição do seu erro. E, por haverem desprezado o conhecimento de Deus, o próprio Deus os entregou a uma disposição mental reprovável, para praticarem coisas inconvenientes, cheios de toda injustiça, malícia, avareza e maldade; possuídos de inveja, homicídio, contenda, dolo e malignidade; sendo difamadores, caluniadores, aborrecidos de Deus, insolentes, soberbos, presunçosos, inventores de males, desobedientes aos pais, insensatos, pérfidos, sem afeição natural e sem misericórdia. Ora, conhecendo eles a sentença de Deus, de que são passíveis de morte os que tais coisas praticam, não somente as fazem, mas também aprovam os que assim procedem (Romanos 1.18-32 ARA).

Por fim, o discurso religioso (católicos e/ou protestantes) emprega o termo *arsenokoite*, traduzido no português por “sodomita”, para se referir a homens que mantêm práticas sexuais com outros homens, e defende que os que vivem em tal prática não herdarão o reino dos céus:

Ou não sabeis que os injustos não herdarão o reino de Deus? Não vos enganéis: nem impuros, nem idólatras, nem adúlteros, nem efeminados, nem sodomitas, nem ladrões, nem aventos, nem bêbados, nem maldizentes, nem roubadores herdarão o reino de Deus. Tais fostes alguns de vós; mas vós vos lavastes, mas fostes santificados, mas fostes justificados em o nome do Senhor Jesus Cristo e no Espírito do nosso Deus (1ª Coríntios 6.9-11 ARA).

tendo em vista que não se promulga lei para quem é justo, mas para transgressores e rebeldes, irreverentes e pecadores, ímpios e profanos, parricidas e matricidas, homicidas, impuros, sodomitas, raptos de homens, mentirosos, perjuros e para tudo quanto se opõe à sã doutrina [...] (1Timoteo 1:9-10 ARA)

É importante mencionar que existem hoje denominações que afirmam ser cristãs e que apoiam o casamento entre pessoas do mesmo sexo, adotando uma *teologia-inclusiva*⁴⁹, entretanto, essas são consideradas como seitas pela grande maioria da cristandade, que, por sua vez, considera o padrão de Deus, segundo a Bíblia, para o exercício da sexualidade humana como sendo o relacionamento entre um homem e uma mulher no ambiente do casamento. Portanto, os enunciado (2) e (6), quando afirmam que o PT e sua candidata irão aprovar o casamento entre pessoas do mesmo sexo e também que irão permitir a adoção de crianças por casais homossexuais, remetem o coenunciador cristão, por meio da memória, a um discurso segundo o qual Dilma e o PT são contrários à família, já que, ainda segundo essa memória, essa é composta por homem e mulher, e, portanto, defendem práticas abomináveis diante do Deus bíblico. Essa memória está também relacionada ao sétimo mandamento, “não adulterarás”, que, por sua vez, segundo uma certa interpretação, considera qualquer relação sexual que não seja monogâmica ou heterossexual como adultério.

Formulação (3)

<p><i>“Regulamentação da prostituição”</i></p>
--

A prostituição é outra prática que também é combatida pela tradição cristã e, quando retomada pela memória, faz com que o coenunciador crie uma determinada imagem do PT e de sua candidata. Ao recorrermos mais uma vez ao discurso bíblico,

⁴⁹ A “teologia inclusiva” é uma abordagem segundo a qual, se Deus é amor, aprovaria todas as relações humanas, sejam quais forem, desde que haja este sentimento. Essa linha de pensamento tem propiciado o surgimento de igrejas em que homossexuais, nesta condição, são admitidos como membros e a eles é ensinado que o comportamento gay não é fator impeditivo à vida cristã e à salvação. Assim, desde que haja amor genuíno entre dois homens ou duas mulheres, isso validaria seu comportamento, à luz das Escrituras. Em segundo lugar, a “teologia inclusiva” defende que as condenações encontradas no Antigo Testamento, especialmente no livro de Levítico, se referem somente às relações sexuais praticadas em conexão com os cultos idolátricos e pagãos, como era o caso dos praticados pelas nações ao redor de Israel. Além disso, tais proibições se encontram ao lado de outras regras contra comer sangue ou carne de porco, que já seriam ultrapassadas e, portanto, sem validade para os cristãos. Defendem ainda que a prova de que as proibições das práticas homossexuais eram culturais e cerimoniais é que elas eram punidas com a morte – coisa que não se admite a partir da época do Novo Testamento.

agora sobre a prostituição, encontramos um grande número de passagens, de modo que nos seria impossível designar todas aqui, devido aos limites de extensão deste trabalho.

Já no período da história bíblica conhecido como mosaico (referindo-se ao profeta Moisés), a lei dos judeus proibia a prostituição:

Das filhas de Israel não haverá quem se prostitua no serviço do templo, nem dos filhos de Israel haverá quem o faça. Não trará salário de prostituição nem preço de sodomita à Casa do SENHOR, teu Deus, por qualquer voto; porque uma e outra coisa são igualmente abomináveis ao SENHOR, teu Deus. (Deuteronômio 23:17-18 ARA).

No texto bíblico conhecido como *período dos profetas*, a prostituição é amplamente combatida e relacionada com outros pecados, a saber, idolatria e adultério (com um cunho espiritual). Um exemplo disso é o livro do profeta Oséias, que, em sua primeira parte, faz uso da narrativa do casamento de Oséias com Gômer, uma mulher que adulteraria seguidamente, apesar do amor sincero do profeta. Por meio dessa narrativa, cria-se uma espécie de recurso tipológico para simbolizar a prostituição da nação de Israel, devido a idolatria com relação a Deus.

No novo testamento, por sua vez, o próprio Cristo manifesta-se contrário à prática da prostituição, e o apóstolo Paulo corrobora esse ponto de vista em suas epístolas, ligando a prostituição às obras carnis (pecado):

Porque de dentro, do coração dos homens, é que procedem os maus desígnios, a prostituição, os furtos, os homicídios, os adultérios, a avareza, as malícias, o dolo, a lascívia, a inveja, a blasfêmia, a soberba, a loucura. (Marcos 7.21-22 ARA)

Ora, as obras da carne são conhecidas e são: prostituição, impureza, lascívia, idolatria, feitiçarias, inimizades, porfias, ciúmes, iras, discórdias, dissensões, facções, invejas, bebedices, glotonarias e coisas semelhantes a estas, a respeito das quais eu vos declaro, como já, outrora, vos preveni, que não herdarão o reino de Deus os que tais coisas praticam. (Gálatas 5.19-21 ARA)

Portanto, quando o panfleto afirma que o PT e sua candidata eram favoráveis à regulamentação da prostituição, o coenunciador é remetido mais uma vez a imagem de um partido político e de uma candidata à presidência que são contrários à vontade do Deus bíblico. Vale salientar que, assim como ocorre em relação ao homossexualismo, a prostituição também é materializada, no discurso religioso, como paráfrase de adultério.

Formulação (4):

“Aprovação de invasão de terras e propriedades urbanas e rurais”.

Outra questão que, devido à relação entre memória e atualidade, liga-se ao discurso religioso é a temática da propriedade privada. O oitavo mandamento, “não furtarás” (Êxodo 20.15), é usado pela tradição cristã para implicar o direito de posse de propriedade privada, pois algumas religiões defendem, com base no referido mandamento, que furtar não é só o roubo direto, mas também a aquisição de propriedade por meio de vantagens que se baseiam na ignorância ou na fraqueza de outrem. Portanto, essa memória, em jogo na atualidade, liga a imagem do PT e de sua candidata ao roubo, na tentativa de caracteriza-los como ladrões.

Formulação (5):

“Proibição dos símbolos religiosos”

O enunciado (5) tem por finalidade remeter o coenunciador à ideia de que o PT e sua candidata são contrários à religião, uma vez que uma de suas propostas seria retirar os símbolos religiosos. Aqui, vemos um jogo semelhante ao que ocorre no caso de “Ganhamos”, enunciado, como vimos, analisado por Pêcheux (1983b). Isso porque não se informa qual o complemento desta frase, isto é, não se diz onde os símbolos religiosos serão proibidos: se nas repartições públicas, se nas igrejas, etc. Também não se diz quais símbolos religiosos serão proibidos. Essa falta de preenchimento sintático produz um efeito de incompletude que aumenta a possibilidade de deslizamentos de sentidos. Assim, como no enunciado analisado por Pêcheux (1983b), em que o não preenchimento do complemento do verbo “ganhamos” permite várias interpretações em relação ao que se ganhou. No caso de “Proibição de símbolos religiosos”, um dos efeitos de sentido criado no/pelo enunciado é o de que todos os símbolos religiosos serão proibidos em todos os lugares, inclusive nas igrejas. Tal discurso remete à memória do período posterior à Segunda Guerra Mundial, quando a Igreja Católica, por meio de documento oficial, começou a divulgar que os comunistas fechariam as igrejas e proibiriam qualquer manifestação de cunho religioso⁵⁰.

⁵⁰ Esse documento ficou conhecido como “Decreto contra o comunismo”, e foi publicado em 1 de julho de 1949, durante o pontificado do Papa Pio XII.

Formulações (7), (8), (9) e (10):

“Que Brasil queremos deixar de herança para os nossos filhos?”

“VOTE PELA DEFESA DA VIDA E DA FAMÍLIA”

“esse projetos fazem parte do programa político do PT”

“Para triunfo dos maus basta que os homens bons não façam nada”

Os enunciados (7), (8), (9) e (10) funcionam como uma espécie de conclusão do panfleto, chamando o coenunciador a posicionar-se sobre as temáticas do mesmo, apelando para os sentimentos relacionados à pátria, à família, no sentido de impeli-lo a não deixar que “os maus” tomem conta da nação, prejudicando as famílias e ao próprio país. Em relação à expressão referencial “os maus”, há a instauração de um *pré-construído*⁵¹ de existência, ou seja, ao se referir aos “maus”, cria-se o pré-construído de que existem pessoas que podem ser referidas como “más”. Nesse caso, “os maus” são os que elaboraram o “programa político do PT”, já que, como mostra o enunciado anterior, é disso que o panfleto sob análise está tratando. Além disso, o adjetivo “mau” se contrapõe a “bom”, o que mostra que “os bons” também instaura um pré-construído segundo o qual existem pessoas boas, que são os que votam “pela defesa da vida e da família” e, conseqüentemente, contra o PT, já que o referido partido elaborou um projeto político que, ainda segundo o enunciador do panfleto, é contra “a vida e a família”.

Em síntese, no panfleto acima analisado, o enunciador constrói, por meio de pré-construídos e tendo a Bíblia como texto fundador, uma imagem negativa de Dilma e do PT. Contudo, tal imagem só funciona como negativa para um coenunciador específico: aquele que se subjetiva no lugar de religioso, especificamente aquele que professa uma religião que tem a Bíblia como texto fundador, já que, como mostramos nas análises, todos os enunciados trazidos no/pelo panfleto fazem referência a um princípio e/ou mandamento bíblico que o PT (ou o programa político do PT) fere.

A *Figura 6* refere-se à publicação na rede social *Orkut* de um e-mail, datado aproximadamente do final de setembro de 2010, que, na ocasião, circulou também em fóruns online e em outras redes sociais.

⁵¹ Segundo Pêcheux, o efeito de pré-construído é “a condição formal de um efeito de sentido cuja causa material se assenta, de fato, na relação dissimétrica por discrepância entre dois ‘domínios de pensamento’, de modo que um elemento de um domínio irrompe num elemento do outro sob a forma do que chamamos ‘pré-construído’, isto é, como se esse elemento já se encontrasse aí” (PÊCHEUX, 1975, p. 9).

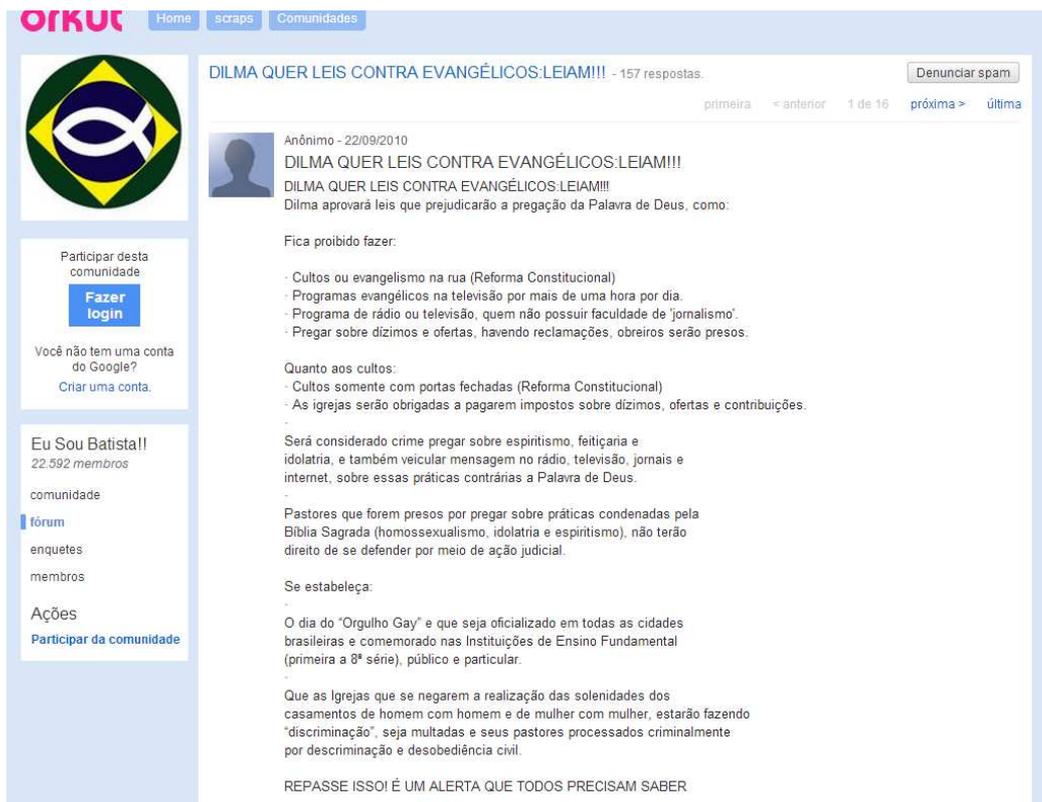


Figura 6 – Email que afirma que Dilma promulgaria leis contra os evangélicos

O e-mail é capitulado com o enunciado (12) “Dilma aprovará leis que prejudicarão a pregação da Palavra de Deus, como:”, e, em seguida, há uma lista de coisas que, supostamente, a candidata do PT iria proibir:

- (13) Cultos ou evangelismo na rua (Reforma Constitucional)
- (14) Programas evangélicos na televisão por mais de uma hora por dia.
- (15) Programa de rádio ou televisão, quem não possuir faculdade de ‘jornalismo’.
- (16) Pregar sobre dízimos e ofertas, havendo reclamações, obreiros serão presos.

Em seguida, lemos a formulação “Quanto aos cultos”, seguida dos enunciados abaixo:

- (17) Cultos somente com portas fechadas (Reforma Constitucional)
- (18) As igrejas serão obrigadas a pagarem impostos sobre dízimos, ofertas e contribuições
- (19) Será considerado crime pregar sobre espiritismo, feitiçaria e idolatria, e também veicular mensagem no rádio, televisão, jornais e internet, sobre essas práticas contrárias a Palavra de Deus.

(20) Pastores que forem presos por pregar sobre práticas condenadas pela Bíblia Sagrada (homossexualismo, idolatria e espiritismo) não terão direito de se defender por meio de ação judicial.

A estas afirmações, segue-se a expressão “Se estabeleça:”, segundo a qual o PT e sua candidata defendem o estabelecimento:

(21) do dia do ‘Orgulho Gay’ e que seja oficializado em todas as cidades brasileiras e comemorado nas Instituições de Ensino Fundamental (primeira a 8ª série), público e particular.

(22) Que as Igrejas que se negarem a realização das solenidades dos casamentos de homem com homem e de mulher com mulher, estarão fazendo “discriminação”, seja multadas e seus pastores processados criminalmente por discriminação e desobediência civil.

E, por fim, o enunciado (23) “REPASSE ISSO! É UM ALERTA QUE TODOS PRECISAM SABER”.

As formulações (12), (13), (14), (15), (16), (17), (18), (19), (20), (21), (22), (23), mais uma vez, por uma ação da memória sobre a atualidade, remontam ao discurso religioso, na tentativa de criar determinada imagem do PT e de sua candidata, para afastá-los dos eleitores evangélicos/católicos e, conseqüentemente, de seus votos.

O enunciado (12), que capitula a *Figura 2*, resume o que se espera com a divulgação do email ora analisado, afastar os eleitores cristãos da candidata do PT. Os enunciados subsequentes são práticas e valores encontrados na Bíblia, portanto, ao afirmar que Dilma Rousseff os negaria, o efeito que se cria é de que Dilma e o PT são contrários aos preceitos bíblicos.

As formulações (13), (14), (15) e (16) fazem referência a duas práticas fundamentais para o funcionamento das chamadas igrejas cristãs (católicas e protestantes), a saber, as missões (evangelismo e discipulado) e as arrecadações dizimais.

De acordo com a Bíblia, o evangelismo e o discipulado são tarefas primordiais de todos os cristãos. Ainda segundo o texto bíblico, o próprio Jesus reflete isso, no texto que é chamado pelos cristãos de “A grande comissão”:

Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; ensinando-os a guardar todas as coisas que vos tenho ordenado. E eis que estou convosco todos os dias até à consumação do século (Mateus 28.19-20 ARA).

Nesse sentido, proibir ou dificultar a prática evangelística, com exigência de formação superior em jornalismo, seria equivalente a proibir ou dificultar a Igreja de Deus de cumprir a sua *missão*. Por sua vez, proibir o recolhimento de dízimos e ofertas, ameaçando prender os obreiros que tratem dessa temática, da mesma forma, inviabiliza a existência da igreja, pois, segundo o que defendem os dirigentes de igrejas católicas e protestantes, é, por meio dos recursos recolhidos com essas práticas, que as igrejas se sustentam.

Assim, na relação entre memória e atualidade, o acontecimento do e-mail, conforme pode ser visto nos enunciados acima, mostra que a liberdade de culto religioso, que atualmente rege a Constituição, seria cerceada por meio das proibições arregimentadas pelo PT. Por outro lado, outros efeitos de sentido são silenciados. Por exemplo, silencia-se o fato de que a liberdade de culto, que está presente nessas formulações como algo que seria negado, é uma prerrogativa da Constituição Federal e, portanto, não poderia ser tão facilmente anulada.

Nos enunciados (17) a (20), verificamos outros funcionamentos que merecem destaque. Na formulação (17), o enunciador faz funcionar uma memória discursiva que afirma que os cultos atualmente ocorrem com as portas das igrejas abertas, pois é a partir daí que se pode interpretar “Cultos somente com portas fechadas” como uma proposta que se opõe a algo que ocorre na atualidade. Já, na formulação (19), há um enunciado que se refere a religiões que, em princípio, não eram o referente do panfleto, já que este foi escrito tendo como coenunciador pretendido os membros de igrejas católicas e, principalmente, protestantes (evangélicas), como mostram todos os demais enunciados. No caso da formulação (19), o coenunciador, instaurado pelo próprio enunciado, são os membros de religiões como o espiritismo e o candomblé, já que, lemos, no início do referido enunciado “Será considerado crime pregar sobre espiritismo, feitiçaria e idolatria”. Ao apresentar em uma mesma cadeia argumentativa o espiritismo, a feitiçaria e a idolatria, o enunciador do texto sob análise se aproxima da imagem do enunciador protestante, pois, os membros de igrejas evangélicas e/ou protestantes, geralmente, além de não diferenciarem espiritismo e feitiçaria, chamam essas práticas de idolatria. Esse mesmo enunciador cristão/protestante é que, ao final da formulação, retoma o referente “espiritismo, feitiçaria e idolatria” por meio da expressão referencial “essas práticas contrárias a Palavra de Deus”. Aqui, temos, mais

uma vez, a instauração de um pré-construído, pois dizer que tais práticas são “contrárias à Palavra de Deus” é pressupor a existência de algo que pode ser referido como “Palavra de Deus”. Assim, verificamos que o coenunciador cristão/protestante que, nos demais enunciados é apresentado como o alocutário para quem o texto é dirigido, assume a função enunciativa de enunciador, pois o ponto de vista do enunciado é aquele que materializa um discurso contrário ao espiritismo e às religiões de matrizes africanas (candomblé, umbanda, etc.). Dessa forma, o e-mail mostra que o PT e Dilma Rousseff são contrários a toda e qualquer religião e não apenas às religiões cristãs (catolicismo e protestantismo).

No enunciado (20), o enunciador do e-mail reinstaura os protestantes/evangélicos como seus coenunciadores, pois faz referência a “pastores”. Nesse caso, há o pré-construído de que pastores serão presos “por pregarem sobre práticas condenadas pela Bíblia Sagrada (homossexualismo, idolatria e espiritismo)”. Além disso, o homossexualismo, a idolatria e o espiritismo são apresentados como práticas condenadas pela bíblia sagrada, o que reforça a imagem de um coenunciador protestante, pois, segundo a memória que sustenta/fundamenta o discurso materializado por esse grupo religioso, tais práticas são, de fato, condenadas pela bíblia. Nesse caso, apaga-se a memória de que, segundo o Código do Direito Penal, todo réu tem direito a defesa.

Nos enunciados (21) e (22), o tema abordado é, mais uma vez, a homoafetividade. Na formulação (21), retoma-se a memória do dia do Orgulho Gay para, mais uma vez, incitar o coenunciador protestante contra o PT e a candidata Dilma Rousseff. Já, na formulação (21), as aspas de proteção⁵² indicam que o termo “discriminação” não faz parte desse lugar de subjetivação (protestantes). Em outras palavras, para os protestantes, negar-se a realizar “solenidades de casamentos de homem com homem e de mulher com mulher” não é uma ato de discriminação. Nesse sentido, ao dizer que “as Igrejas que se negarem à realização dessas solenidades” serão multadas,

⁵² Conforme Maingueneau (2008), ao colocar palavras entre aspas, o enunciador, apenas chama atenção do coenunciador para o fato de estar empregando exatamente as palavras que ele está aspeando; salientando-as, delega ao coenunciador a tarefa de compreender o motivo pelo qual está chamando assim sua atenção e abrindo uma brecha em seu próprio discurso. As aspas, assim, apontam para uma espécie de lacuna que é preenchida pelo coenunciador, e podem, portanto, assumir significações variadas. No caso das aspas de proteção, o enunciador expressa sua dúvida em relação ao termo entre aspas, questionando, por meio do recurso, a adequação do termo aspeado ao referente.

o enunciador mostra que a proposta do PT e de Dilma Rousseff é obrigar as igrejas (protestantes/evangélicas e católicas) a concordar com o homossexualismo.

Salientamos, por fim, que tanto o panfleto como o e-mail têm muitos problemas de escrita (organização textual, concordância, escolhas lexicais, argumentação, etc.), o que cria a imagem de um enunciador com pouca intimidade com o texto escrito e que, por isso, faz uso de uma escrita oralizada. Dessa forma, os dois textos mostram-se como documentos não oficiais e que, portanto, não poderiam ter sua autoria atribuída aos membros do PSDB, responsáveis pela campanha eleitoral de José Serra.

3.2.2 O caso Mônica Serra

O *Exemplo 1* é retirado de uma publicação datada de 14 de setembro, na edição online do jornal Estado de São Paulo, em um texto da jornalista Gabriela Moreira, responsável daquela agência pela cobertura da campanha eleitoral de José Serra:

“Ela é a favor de matar as criancinhas”, disse a mulher de Serra.”

Exemplo 1 – Declaração de Mônica Serra

Na referida ocasião, a matéria foi publicada nestes termos:

Anunciando a quem passasse: ‘Sou a mulher do Serra e vim pedir seu voto’, Mônica Serra, passou a tarde de hoje em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, acompanhada do candidato a vice na chapa encabeçada por José Serra (PSDB), Índio da Costa (DEM). Na cidade que foi governada pelo candidato ao senado Lindbergh Farias, do PT, nos últimos cinco anos, a mulher de Serra partiu para o ataque à adversária do marido, a petista Dilma Rousseff. A um eleitor evangélico, que citava Jesus Cristo como o “único homem que prestou no mundo” e que declarou voto em Dilma, a professora afirmou que a petista é a favor do aborto. “Ela é a favor de matar as criancinhas”, disse a mulher de Serra ao vendedor ambulante Edgar da Silva, de 73 anos.⁵³

A matéria foi publicada na edição online do jornal à noite e pouco depois já circulava nos blogs que apoiavam a candidatura de Dilma Rousseff, como o *Blog do Nassif*, o *Viomundo*, o *Conversa Afiada*, o *Dilma na rede*, entre outros. A matéria foi replicada também, horas depois, no portal R7, no portal IG e na Revista Veja.

Vejam os títulos que a matéria recebe em cada veículo:

⁵³ Ver <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,mulher-de-serra-faz-campanha-no-rio-e-ataca-dilma,609885,0.htm>. Página acessada em 15/10/2012.

- (24) Mulher de Serra faz campanha no Rio e ataca Dilma (O Estado de São Paulo).
- (25) Sou mulher do Serra e vim pedir seu voto (Portal IG).
- (26) Mulher de Serra diz que Dilma “é a favor de matar as criancinhas” (Portal R7).
- (27) Mulher de José Serra faz campanha no Rio e ataca Dilma (Blog do Nassif).
- (28) Mônica Serra: Dilma é a favor de matar criancinhas (Blog Vi o Mundo).
- (29) Mônica Serra embarca na baixaria e dá razão a Rodrigo Vianna (Blog Conversa Afiada).
- (30) Mulher de Serra diz que Dilma apoia matar criancinha (Blog Dilma na rede).

Essas várias formas de remeter ao acontecimento que foi a fala de Mônica Serra, esposa de José Serra, fazem lembrar a análise que Pêcheux faz da repercussão na mídia escrita francesa da vitória eleitoral de François Mitterrand, quando o mesmo acontecimento foi descrito de várias formas distintas, graças à opacidade da língua e aos deslizamentos de sentido possíveis em um universo irremediavelmente equívoco, como é o caso do universo político. Assim como na análise feita por Pêcheux, vemos, no caso sob análise, diferentes efeitos de sentido materializados nas manchetes (24) a (30). As marcas linguísticas que materializam esses diferentes efeitos de sentido vão desde o uso de um determinado verbo *discendi*, como ocorre no caso do verbo “atacar” em (24), que situa a fala de Mônica no campo semântico da guerra e, portanto, apresenta a campanha política de 2010 como sendo não apenas uma disputa eleitoral, mas uma verdadeira luta armada; até o recurso ao discurso direto, o qual cria um efeito de objetividade e de consequente isenção por parte do veículo de comunicação, como ocorre no caso (25), publicado no Portal IG. No exemplo (29), temos um caso bastante emblemático, pois o uso da expressão “embarca na baixaria” mostra que o coenunciador materializado no título da notícia do *Blog Conversa Afiada* assume uma posição marcadamente contrária à atitude de Mônica Serra. Para tanto, esse enunciador materializa, por meio da manchete do texto, um *ethos* de indignação, o qual pode ser verificado no tom indignado e exaltado da expressão “embarca na baixaria”⁵⁴.

⁵⁴ Entendemos o *ethos* como a construção de uma imagem por meio do discurso, pois, mesmo que esta noção pertença, em princípio, à tradição retórica, ela pode, segundo Maingueneau (1998), ser reconfigurada para funcionar no quadro teórico da Análise de Discurso (MAINGUENEAU, 1998, p. 97).

Na manhã do dia 11 de setembro, uma usuária da rede social *Facebook*, identificada em seu perfil como SCR, postou uma nota aberta a todos os usuários da rede, intitulada *Respeitemos a dor de Mônica Serra*. O texto na íntegra está no quadro 4 abaixo:

Meu nome é SR e trabalho como artista no Brasil. Sou bailarina e ex-estudante da Unicamp, onde fui aluna de Mônica Serra. Aqui venho deixar a minha indignação no posicionamento escorregadio de José Serra, que, no debate de ontem, fazia perguntas com o intuito de fazer sua campanha na réplica, não dialogando em nenhum momento com a candidata Dilma Rousseff. Achei impressionante que o candidato Serra EVITA tocar no assunto da DESCRIMINALIZAÇÃO do aborto, evitando assim falar de saúde pública e de respeitar tantas mulheres, começando pela SUA PRÓPRIA MULHER. Sim, Mônica Serra já fez um aborto e sou solidária a sua dor. Com todo respeito que devo a essa minha professora gostaria de revelar publicamente que muitas de nossas aulas foram regadas a discussões sobre o aborto, sobre o seu aborto traumático. Mônica Serra fez um aborto. Na época da ditadura, grávida de 4 meses, Mônica Serra decidiu abortar, pois seu marido estava exilado e todos vivíamos uma situação instável. Aqui está a prova de que o aborto é uma situação terrível, triste, para a mulher e para o casal, e por isso não deve ser crime, pois tantas são as situações complexas que levam uma mulher a passar por essa situação difícil. Ninguém gosta de fazer um aborto, assim como o casal Serra imagino não deve ter gostado. A educação sobre a contracepção deve ser máxima para que evitemos essa dor para a mulher e para o estado. Assim, repito a pergunta corajosa de minha presidente, Dilma Rousseff, que enfrenta a saúde pública cara a cara com ela: se uma mulher chega em um hospital doente, por ter feito um aborto clandestino, o estado vai cuidar de sua saúde ou vai mandar prendê-la? Nesse sentido, devemos prender Mônica Serra caso seu marido fosse eleito presidente? Pelo Brasil solidário e transparente que quero, sem ameaças, sem desmerecimento da fala do outro, com diálogo e pelo respeito a dor calada de Mônica Serra.⁵⁵

Quadro 4 – Declaração de SR sobre Mônica Serra e o aborto

Na carta, várias memórias são trazidas e passam a se relacionar com a atualidade da campanha eleitoral: i) o suposto aborto de Mônica Serra, materializado no enunciado “Mônica Serra fez um aborto”, o qual serve como base argumentativa para defender uma suposta incoerência do candidato José Serra; ii) o pré-construído de que o aborto não é uma escolha, mas uma necessidade, materializado em formulações como: “Ninguém gosta de fazer um aborto”, o que justifica a relação da fala de Dilma, abaixo transcrita, com o enunciado “Pelo Brasil solidário e transparente que quero, sem

Conforme Amossy (1995), na antiguidade, o *ethos* era tomado como traços de caráter do enunciador. Tratava-se da maneira de o orador se mostrar ao público, tendo como objetivo causar boa impressão, não importando se a imagem criada era verdadeira. Embora seja possível analisarmos o material apresentado sob essa perspectiva, o nosso olhar para a questão tem como base estudos feitos por Maingueneau (2005, 2008a, 2008b), segundo o qual o *ethos*, por se constituir por meio do discurso: a) não é uma “imagem” do locutor exterior à fala, mas uma noção discursiva; b) é um processo interativo de influência sobre o outro; c) não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, pois o contexto sócio-histórico constitui e configura a existência de determinados *ethé* em detrimento de outros. Para Maingueneau, a instância subjetiva (manifestada por meio do discurso) é concebida como uma voz e associa-se a um *corpo enunciante*.

⁵⁵ Uma reprodução da nota original pode ser encontrada em:

<http://noticias.terra.com.br/eleicoes/2010/noticias/0,,OI4738103-EI15311,00-O+que+Sheila+Ribeiro>

ameaças, sem desmerecimento da fala do outro, com diálogo e pelo respeito a dor calada de Mônica Serra”:

Se uma mulher chega em um hospital doente, por ter feito um aborto clandestino, o estado vai cuidar de sua saúde ou vai mandar prendê-la? Nesse sentido, devemos prender Mônica Serra caso seu marido fosse eleito presidente?

Tudo isso, faz com que possamos considerar o enunciado de Mônica e toda rede que ele permitiu como um acontecimento, no sentido de Pêcheux, pois, no referido enunciado, há o encontro entre memória e atualidade e, a partir dele, novos acontecimentos são possíveis, já que, houve, após a série iniciada pela declaração de Mônica, uma reviravolta na campanha eleitoral.

3.2 O EFEITO FARISEU

Ainda que nosso referencial teórico, por basear-se na Análise de Discurso Francesa, não nos permita tratar, nesta dissertação, do *sujeito pragmático*, isto é, do sujeito definido por Pêcheux (1975) como causa e efeito de si, são pertinentes as conclusões de Antônio Flávio Pierucci (2011), sociólogo da religião, que, visando discutir o que chamou de “*jogo político partidário*”, quando trata da irrupção da questão religiosa nas eleições de 2010, afirma que os efeitos esperados foram frustrados. Segundo o referido autor:

Os desígnios utilitários de quantos pensavam poder fazer dela um uso estratégico de previsíveis resultados favoráveis, a religiosidade conservadora das massas pregou uma peça no desabrimento dos que a convocaram a desempenhar papel decisivo na sucessão de Lula (PIERUCCI, 2011, p. 8).

Pierucci (2011), seguindo os paradigmas sociológicos weberianos, em seu artigo *Desmoralização Eleitoral do Moralismo Religioso*, chama atenção de seus leitores para as consequências imprevistas ou indesejadas do uso da religião em campanhas políticas e disserta acerca do segundo turno da campanha de 2010. Segundo o autor, a sociologia designa essas consequências indesejadas e inesperadas como *efeito perverso* ou *efeito reverso*. Ainda segundo Pierucci (2011), no que diz respeito especificamente à relação

estabelecida entre política e religião em um processo eleitoral, a pesquisa social norte-americana isolou uma classe ainda mais específica de efeito perverso: *o efeito fariseu*.⁵⁶ Trata-se de momentos em que, na disputa eleitoral, os apelos à religião excedem o esperado.

Para o eleitor religioso cristão, seja ele católico ou protestante, fingimento com relação à fé é algo mal visto, pois trata-se de “atitude própria do fariseu da parábola com a qual Jesus tipificou dois estilos de ser religioso, o fariseu e o publicano” (PIERUCCI, 2011, p. 11). Vejamos, então, a parábola lembrada no texto de Pierucci:

Dois homens subiram ao templo para orar; um era fariseu e o outro publicano. O fariseu, de pé, orava de si para si mesmo desta forma: “Ó Deus, eu te dou graças porque não sou como os demais homens, ladrões, injustos, adúlteros, e nem ainda como esse publicano; jejuo duas vezes por semana, dou o dízimo de tudo quanto ganho.” O publicano, mantendo-se à distância, não ousava sequer levantar os olhos ao céu, mas batia no peito dizendo: “Meu Deus, tem piedade de mim, pecador!” Eu vos digo que este desceu justificado para sua casa, e não aquele: porque todo o que se exalta será humilhado, e quem se humilha será exaltado (Lucas 18.10-14).

Na parábola, o fariseu é retratado como um homem orgulhoso de sua religiosidade, em contraste com o humilde publicano que, de forma contrita reconhece-se como pecador.

A parábola era endereçada aos fariseus (Lucas 18.9), que se achavam superiores aos demais devido a sua postura religiosa, mas, na verdade, os fariseus são criticados por Jesus que os recrimina por sua postura hipócrita, pois aparentam ser religiosos, mas não o são e, por isso, em outro lugar dos evangelhos, Jesus Cristo afirma:

Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas, porque sois semelhantes aos sepulcros caiados, que, por fora, se mostram belos, mas interiormente estão cheios de ossos de mortos e de toda imundícia! (Mateus 23.27).

⁵⁶ O termo passou a existir na sociologia política norte-americana quando usado em 2006 por uma dupla de psicólogos sociais da Universidade do Alabama. Nesse estudo, Larry Powell e Eduardo Neiva, estudiosos de pleitos eleitorais, escreveram um artigo chamado *The pharisee effect: when religious appeals go too far*. No referido artigo, os pesquisadores analisavam o insucesso do republicano Roy Moore em sua candidatura ao governo do Alabama, depois de uma campanha toda feita à base de argumentos e apelos religiosos. Segundo Powell e Neiva, o que ocorreu foi que ele se deixou atropelar por um efeito fariseu, que é quando a ventilação eleitoral de temas, critérios e apelos religiosos obtém do eleitor conservador resposta contrária à esperada.

Pelo exposto, verificamos que, como previu Pêcheux ao tratar da opacidade da língua, mesmo que os candidatos a cargos eletivos na esfera de poder político atuem em conformidade com o que percebem que o povo anseia e, a partir disso, construam suas plataformas de campanha, os **efeitos de sentido** decorrentes disso não são controlados pelo enunciador, pois na questão do *acontecimento* como sendo a relação de uma *atualidade* com uma *memória*, há sempre a possibilidade de uma (re)estruturação a partir do *acontecimento*. Nesse processo de (re)estruturação, as coisas podem “sair do controle”, como aconteceu com o enunciado “ela é favor de matar criancinhas”, que inicialmente parecia funcionar de forma transparente (como se seu sentido fosse óbvio, inequívoco, lógico) e, portanto, ligado a um espaço logicamente estabilizado, quando, de fato, funcionou de modo opaco e, portanto, ligado aos universos irremediavelmente equívocos. Em outras palavras, as análises demonstram que, nas eleições presidenciais de 2010, a *memória* entrou em jogo no *acontecimento*, por meio de uma gama de *possibilidades de dizeres* que se atualizaram no momento da enunciação, ou seja, em um processo de *deslocamento da memória*. Dessa forma, quando se esperava um determinado efeito, apareceu outro: a aproximação de José Serra dos religiosos produziu, por parte desses religiosos, uma atitude de repugnância em relação ao referido candidato, que foi discursivizado, pelos grupos religiosos, como sendo um fariseu hipócrita.

Cabe ressaltar que a Candidata Dilma também buscou construir uma imagem de si, aproximando-se dos religiosos na campanha eleitoral, como veremos no próximo capítulo.

3.4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As análises mostraram que os textos postos em circulação logo no início do segundo turno das eleições 2010 (panfletos, e-mail e “fala” de Mônica Serra, com suas respectivas repercussões na mídia) indicam a irrupção de forma bastante acentuada da questão do aborto e de outras temáticas vinculadas ao discurso religioso na campanha eleitoral.

Tal irrupção ocorre por um efeito da **memória**, pois os textos que circulam nesse período fazem referência à Bíblia, considerada entre católicos e evangélicos como texto

fundador, ou ao suposto passado dos políticos, como ocorre no “Caso Mônica Serra”, sobre a **atualidade**, que é a própria campanha eleitoral.

Essa relação entre memória e atualidade se constrói no acontecimento discursivo das eleições 2010 por meio do que Pierucci (2011) chama de *efeito fariseu*, uma vez que a imagem de si (o *ethos*) construída por cada um dos candidatos (entendidos aqui não como indivíduos, mas como lugares na estrutura social) se baseia em uma encenação de religiosidade, a qual serviria para ressaltar a imagem pública dos referidos candidatos. É importante mencionar que na tentativa da construção da imagem pública dos candidatos, o *efeito fariseu* pode ser observado **tanto** em Serra, **quanto** em Dilma, como veremos já que a campanha eleitoral é para um país inteiro, e quando a fé é encenada, certamente, alguns farão essa leitura. Diante destas análises surgiu à necessidade de analisarmos o *ethos* e a *cenografia* na campanha eleitoral, assuntos norteadores do próximo capítulo.

4. ETHOS E CENOGRAFIA NA CAMPANHA ELEITORAL

4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Mostramos no capítulo anterior que, no segundo turno das eleições de 2010, a questão do aborto funcionou como um *acontecimento discursivo* e, nessa perspectiva, verificamos que várias questões ligadas ao discurso religioso passaram a fazer parte da campanha política. Nesse sentido, a questão do aborto, vinculada ao discurso religioso, funcionou, na atualidade das campanhas, como memória que irrompeu sobre a atualidade, constituindo assim um *acontecimento discursivo*, no sentido de Pêcheux (1983a; 1983b). Mostramos ainda que os candidatos buscaram construir uma imagem de si a fim de conquistar os eleitores religiosos. Contudo, segundo Pierruci (2011), essa imagem de si se constituiu na forma de uma encenação religiosa, o que acabou por produzir o que o referido autor denominou de *efeito fariseu*.

Diante do exposto, surgiu a necessidade de analisar como os candidatos a cargos eletivos na esfera de poder político atuam em conformidade com o que percebem que o povo anseia e, a partir disso, constroem seus discursos e também sua própria imagem, ou seja, constroem um *ethos* que lhes confira credibilidade e que, conseqüentemente, seduza os eleitores. Desta forma, o objetivo do presente capítulo é analisar a construção de uma imagem de si usada na política por meio do discurso religioso. Para tanto, recorreremos aos conceitos de *ethos* e de *cenografia*. Nesse sentido, apresentamos a seguir algumas considerações teóricas acerca dos conceitos que serão mobilizados na análise e, em seguida, procedemos a análise dos dados, a fim de responder a pergunta que norteia esse capítulo, que é: como os grupos políticos, por meio de relações interdiscursivas com o discurso religioso (e, portanto, de relações com a memória discursiva), elaboram determinados *ethé* na construção de imagens cristalizadas (estereótipos) dos candidatos?

4.2 A NOÇÃO DE *ETHOS* E SEU CARÁTER MULTIDISCIPLINAR

Para a compreensão da noção de *ethos* para AD, é necessário lembrar que os antigos usavam essa terminologia quando queriam se referir à “construção da imagem de si destinada a garantir o sucesso do empreendimento oratório [...] os traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório (pouco importando sua sinceridade) para causar boa impressão” (AMOSSY, 2005, p.10). De forma mais específica, a noção de *ethos* foi tomada da Retórica Clássica, principalmente nos postulados de Aristóteles, para quem o *ethos* era caracterizado pela imagem que o orador transmite de si, no discurso por intermédio da linguagem⁵⁷.

Segundo Aristóteles, o *ethos* persuade pelo caráter,

quando o discurso é considerado de forma a tornar o orador digno de fé; nós confiamos, de fato, mais rapidamente e de preferência em pessoas de bem em todos os assuntos em geral, e completamente em questões que não comportam nada de certeza, mas deixam lugar a dúvida (ARISTÓTELES, 1967, p. 4-7).

Nesse sentido, Aristóteles apresentou três características essenciais que o orador deve demonstrar, mesmo que estas não lhe sejam predicado, a fim de que o seu discurso seja persuasivo: a) a φρόνησις (phrônesis) – palavra grega que pode ser traduzida como capacidade de entendimento, sabedoria, ou seja, o aspecto da prudência. Noção ligada ao estudo do λόγος (logos), ou seja, da palavra, que no pensamento aristotélico está vinculada ao apelo à razão por meio de argumentos; b) a ἀρετή (arete) – que é o aspecto da virtude, excelência moral, ligado a ter atitudes condizentes com a verdade; e a εὐνοία (eunóia) – que é o aspecto da benevolência, ligado a uma imagem agradável por ter boa vontade, um “coração grande”, e que no pensamento aristotélico está vinculado ao πάθος (pathos), a paixão, que diz respeito aos procedimentos retóricos que visam a suscitar as paixões do auditório. (cf. Aristóteles, 1967; Eggs, 2005; Kittel et al., 1964; Maingueneau, 2008 e Swanson, 1997). Desta forma, o *ethos* retórico tem como função

⁵⁷ A construção de uma imagem de si, peça principal da máquina retórica, está fortemente ligada à enunciação, colocada no centro da análise linguística pelos trabalhos de Émile Benveniste. Efetivamente, o ato de produzir um enunciado remete necessariamente ao locutor que mobiliza a língua, que a faz funcionar ao utilizá-la. Também é importante examinar a inscrição do locutor e a construção da subjetividade na língua.

causar boa impressão ao auditório por meio da forma como se constrói o discurso, de sorte a transmitir uma imagem capaz angariar a confiança do mesmo.

Amossy (2005) afirma que a integração do termo *ethos* às ciências da linguagem encontra uma primeira expressão na teoria polifônica da enunciação de Oswald Ducrot, na pragmática semântica:

Ao designar por enunciação a aparição de um enunciado, e não o ato de alguém que o produz, Ducrot evita relacioná-lo preliminarmente a uma fonte localizada, a um sujeito falante. É o próprio enunciado que fornece as instruções sobre 'o(s) autor(es) eventual(ais) da enunciação'. Também é importante não confundir as instâncias internas do discurso, que são ficções discursivas, com o ser empírico que se situa fora da linguagem. A pragmático-semântica abandona o sujeito falante real para se interessar pela instância discursiva do locutor, mas o faz colocando radicalmente em xeque sua unicidade. (AMOSSY, 2005, p.15).

Na Escola Francesa de Análise do Discurso, a elaboração da noção de *ethos* como construção de uma imagem de si no discurso é abordada nos trabalhos de Dominique Maingueneau (2005, 2008, 2011, entre outros). Em Maingueneau, a noção de *ethos* passou a ser entendida não mais como a imagem do orador, mas a imagem do locutor, uma vez que este, apreendido como enunciador, é o que interessa e não o indivíduo real enquanto tal, ou seja, o *ethos* passou a inserir-se no plano da enunciação.

Ademais, Maingueneau reelabora a noção de *ethos* dando-lhe um caráter discursivo, relacionando-o à semântica global. Desta forma, o locutor não é autor empírico que decide desempenhar um papel de sua escolha em função dos efeitos que pretende produzir sobre seu auditório, antes, é o posicionamento no qual o enunciador está inserido que o faz assumir um determinado modo de enunciação (cf. SILVA, 2010).

Foi em *Gênese do Discurso* (cf. Maingueneau, 2008b) que Maingueneau apresentou a noção de *semântica global*, a qual busca inserir em um modelo integrativo as diversas dimensões do discurso e reservar entre elas um lugar determinante para a enunciação e para o enunciador. Nesse sentido, o enunciador deve se conferir, e conferir a seu destinatário, certo *status* para legitimar seu dizer: ele se outorga no discurso uma posição institucional e marca sua relação com um saber. Ao mesmo tempo, ele mostra certa maneira de dizer, um *modo de enunciação*. Já na obra *Análise de Textos de Comunicação* (2011), o autor trabalha a noção de *ethos* de forma articulada à de *cena de*

enunciação, segundo a qual cada tipo de discurso admite certa distribuição de papéis. Dessa forma, cada locutor pode escolher mais ou menos livremente sua *cenografia* (cf. AMOSSY, 2005).

Diante de nosso problema de pesquisa, por exemplo, ao lidarmos com as interações entre a política e o discurso religioso, verificamos que o candidato(a) de um determinado partido pode falar a seus eleitores como homem/mulher religioso(a), e nesse contexto, a noção de *ethos* torna-se importante para entender esse funcionamento. Tal noção remete à ideia de *tom* – que está presente tanto na escrita quanto na fala – e que, por sua vez, se apoia sobre uma dupla figura do enunciador, o qual possui um *caráter* e uma *corporalidade*.

A *corporalidade* do enunciador não deve ser compreendida como algo físico, que se refere a um ser empírico, mas “como uma forma de vestir-se e mover-se no espaço social” (MAINGUENEAU, 2005, p. 72). Já, por *caráter*, temos um conjunto de traços psicológicos do enunciador (idem, p. 72). Assim, de forma subjetiva, por meio do *tom*, encontrado no texto, emerge um fiador do que é dito, que faz supor um *caráter* e uma *corporalidade*, por meio dos indícios textuais. É nesse momento e desta forma que o coenunciador é convocado a assimilar esse *corpo* criado na/pela enunciação (cf. MAINGUENEAU, 2005).

Assim, o coenunciador acaba por atribuir ao fiador um caráter e uma corporalidade, cujo grau de precisão varia segundo os textos. Vale salientar que o *caráter* corresponde a um feixe de traços psicológicos e a *corporalidade* está associada a uma compleição física e, conseqüentemente, a uma forma de vestir, de falar, de se portar. Nesse sentido, o *ethos* implica uma forma de mover-se no espaço social, apreendida por meio de um comportamento. O alocutário identifica esse *ethos* apoiando-se em um conjunto difuso de representações sociais, avaliadas positiva ou negativamente, de estereótipos, que a enunciação contribui para reforçar ou transformar. Dessa forma, a *incorporação* do alocutário ultrapassa a simples identificação do alocutário com um fiador. Ela implica um grupo do qual o fiador é parte e ao qual ele dá acesso, por meio de uma ativação na leitura, caracterizando estereótipos culturais associados a comportamentos.

Para Maingueneau, a incorporação é “a maneira pela qual o destinatário, em posição de intérprete – ouvinte ou leitor – se apropria desse *ethos*” (MAINGUENEAU, 2008, p. 65), atuando por meio de três registros: a) a enunciação da obra confere uma

corporalidade ao fiador e ela lhe dá um corpo; b) o destinatário incorpora, assimila um conjunto de esquemas que correspondem a uma maneira específica de relacionar-se com o mundo habitando seu próprio corpo; c) essas duas primeiras incorporações permitem a constituição de um corpo, da comunidade imaginária daqueles que aderem ao mesmo discurso.

Destarte, a noção de *ethos* é construída na enunciação e encontra-se diretamente relacionada às questões identitárias, e suas representações, que, por sua vez, podem ocorrer até mesmo antes que o orador profira seu discurso. O gênero do discurso está diretamente relacionado à *cena enunciativa*, que marca uma certa relação com a situação de comunicação que se dá num espaço instituído no qual o *ethos* se constitui. É o que veremos no próximo tópico.

4.3 A NOÇÃO DE CENOGRAFIA

Segundo Maingueneau (2011), um texto não é um conjunto de signos inertes, mas o rastro deixado por um discurso em que a fala é *encenada*. Nesse sentido, quem lê um determinado texto encontra-se imediatamente envolvido em três cenas: a *cena englobante*, a *cena genérica* e a *cenografia*.

A primeira cena proposta por Maingueneau é a *cena englobante*, que corresponde ao *tipo de discurso* - religioso, político, jurídico -, ou seja, esta cena é aquela na qual é preciso que o coenunciador se situe para interpretá-la, identificando em nome de que o texto interpela o leitor e em função de qual finalidade o texto foi organizado.

A segunda cena é a *genérica*, que diz respeito aos gêneros dos discursos particulares, ou seja, aqueles relacionados às esferas nas quais os textos circulam. Na esfera política, por exemplo, os panfletos, os santinhos, etc., que por sua vez, definem seus próprios papéis: num panfleto de campanha eleitoral, trata-se de um “candidato” dirigindo-se a “eleitores”.

A *cenografia*, por sua vez, é a forma como o texto se inscreve, como o texto se mostra, ou seja, é cena construída pelo texto, por meio de cenas que fazem parte da memória dos leitores, que eles (re)conhecem como, por exemplo, uma conversa familiar, a participação em um culto religioso, etc.

A *cena englobante* e a *cena genérica* “definem conjuntamente o que poderia ser chamado de quadro cênico do texto [...] define(m) o espaço estável no interior do qual o enunciado adquire sentido – o espaço do tipo e do gênero do discurso” (MAINGUENEAU, 2011, p.86-87).

Desta forma, ainda segundo Maingueneau (2011), ocorre uma espécie de enlaçamento paradoxal, pois não é diretamente com o quadro cênico que se confronta o leitor, mas com uma *cenografia*, que pode ocorrer por intermédio de cenas diversas, e que por sua vez, leva o quadro cênico a se deslocar para o segundo plano, onde o coenunciador recebe o texto, inicialmente, tendo contato apenas com a *cenografia*, e nesse sentido:

Todo discurso, por sua manifestação mesma, pretende convencer instituindo a cena da enunciação que o legitima. O leitor deve aceitar o lugar que lhes é consagrado na cenografia e isso implica em assumir riscos. A cenografia não é simplesmente um quadro, um cenário, como se o discurso aparecesse inesperadamente no interior de um espaço já construído e independente dele: é a enunciação, que ao se desenvolver, esforça-se para construir progressivamente o seu próprio dispositivo de fala (MAINGUENEAU, 2011, p. 87).

Ademais, a *cenografia* tem uma dupla função, pois ao mesmo tempo que é a fonte do discurso, também é aquilo que ele engendra, e deste modo, ela “determina um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la” (MAINGUENEAU, 2011, p. 87).

Para Maingueneau (2011), existem discursos que são propícios à diversidade de cenografias, como é o caso do discurso político, pois um determinado candidato pode falar aos seus eleitores a partir de diferentes cenas. Além disso, uma cenografia pode apoiar-se em *cenas validadas*, ou seja, cenas que já fazem parte da *memória coletiva*. Assim, “o repertório de cenas validadas disponíveis varia em função do grupo visado pelo discurso: grupos religiosos possuem memória própria e com cenas supostamente compartilhadas” (MAINGUENEAU, 2011, p.88).

Assim, além do *ethos*, que, como vimos, relaciona-se à figura do enunciador, o discurso constrói também um quadro cênico-enunciativo. Vale salientar ainda que, para a Análise de Discurso, o *ethos* é concebido como parte constitutiva da cena de enunciação e não como uma simples estratégia persuasiva.

4.4 ETHOS E CENOGRAFIA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS BRASILEIRAS DE 2010

O *ethos*, que se relaciona com a enunciação, funciona, no discurso religioso com a finalidade de atribuir ao enunciador reconhecimento no espaço social e garanti-lhe a condição de credibilidade própria a esse tipo de discurso. No caso do *corpus* aqui analisado, verificamos que o *ethos* do enunciador surge na enunciação e, a partir desse *ethos*, o coenunciador constrói uma imagem do enunciador com base em representações sociais estereotipadas. A construção da imagem do enunciador relaciona-se com a imagem que o coenunciador tem de Deus, imagem esse que foi construída antes e em outro lugar, funcionando, portanto, no *corpus* analisado, como pré-construído. Essa imagem simbólica e subjetiva de Deus, que se projeta na enunciação do locutor como fonte enunciativa apagada pela presença desse locutor, ratifica o que é dito pelo locutor, já que este é afiançado justamente pela imagem do Deus todo poderoso. O efeito de sentido desse funcionamento faz surgir diferentes *ethé* que participam da construção da cena enunciativa, cena esta em que se ouvem ecoar a voz de Deus, do locutor e de outros sujeitos levados para o interior da cena, a fim de legitimar sua credibilidade (cf. XAVIER, 2008).

Neste capítulo, nosso interesse é, como dito anteriormente, verificar o modo como o *ethos* discursivo, ligado ao discurso religioso, funcionou na campanha eleitoral brasileira de 2010.

Para tanto, vejamos, inicialmente, a *Figura 7*, a qual mostra um santinho que faz referência ao candidato à presidência do Brasil, José Serra. O referido material de campanha foi impresso com a tiragem aproximada de dois milhões de cópias. Circulou em diferentes estados do Brasil, em especial, São Paulo e Goiás, durante a referida campanha. As informações sobre tiragem são apresentadas no próprio santinho.



Figura 7: Santinho de José Serra

Na parte superior do material de campanha, aparece o slogan “Jesus é a verdade e a justiça”, grafado em caixa alta e, logo abaixo, o nome José Serra, com respectiva assinatura. Na lateral direita, há uma frase com o nome dos partidos da coligação “PMDB, DEM, PPS, PTB, PT do B.” Pouco abaixo da assinatura, a designação do endereço eletrônico da campanha “www.serra45.com.br”. O santinho é então transpassado lateralmente por uma linha amarela com a seguinte frase: “leve essa cola na hora de votar – a lei permite”. Na parte final do material, a cor de fundo passa a ser o azul. Dessa forma, faz-se um jogo com as cores da Bandeira Nacional – verde, amarelo, azul e branco –, pois a barra inferior do santinho é verde. Na parte com fundo azul, vê-se, da esquerda para direita: i) a indicação do número do candidato; ii) a expressão “presidente José Serra”; iii) a fotografia de Serra; e iv) o verbo “apertar”, no imperativo. Abaixo de “aperte”, há uma caixa com a palavra “confirma”, grafada em verde, simulando, assim, a imagem do botão da urna eletrônica. No santinho, encontramos

uma cena de propaganda, em que vê-se materializada a relação entre política, publicidade e religiosidade.

Por meio do slogan “Jesus é a verdade e a justiça”, o citado material aproxima a imagem do candidato José Serra da fé cristã, pois esse enunciado, por um efeito da memória, faz eco a enunciados bíblicos que, como veremos abaixo, foram proferidos por Jesus Cristo e por Paulo, um de seus discípulos. Além disso, ao utilizar uma frase em discurso direto, como indicam as aspas, e colocar, logo abaixo desta, a assinatura de José Serra, o efeito de sentido é de que a referida frase é de autoria do citado político. Assim, apresenta-se Serra como alguém que reconhece Jesus Cristo como sendo “verdade e justiça”. Dessa maneira, por meio desse recurso, o enunciador cria um efeito de sentido segundo o qual Serra é um religioso e, mais que isso, ele é alguém que apresenta semelhanças com o próprio Jesus Cristo. Nesse sentido, os dois planos do santinho, aquele em que aparece a frase em discurso direto e aquele em que aparece os dados de Serra (fotografia, número, etc), mantêm, pela forma como estão distribuídos no panfleto, uma espécie de paralelismo imagético. Assim, cria-se um efeito de sentido segundo o qual: assim como Jesus Cristo é a verdade e a justiça dos cristãos, José Serra é a verdade e a justiça dos eleitores.

Ainda sobre a expressão “Jesus é verdade e justiça”, ela faz referência a duas passagens bíblicas. A primeira faz parte do Evangelho de João 14.6, no qual lemos: “Respondeu-lhe Jesus: eu sou o caminho, a verdade e a vida. Ninguém vem a Pai se não através de mim”. A segunda passagem a qual, possivelmente, o texto do santinho faz menção encontra-se na Primeira Carta de Paulo ao Coríntios, 1.30, na qual lemos: “Mas vós sois dele, em Jesus Cristo, o qual se tornou da parte de Deus, sabedoria e justiça, e santificação e redenção”.

A palavra “verdade”, em João 14.6, no original grego é o ἀλήθεια, um substantivo nominativo feminino singular, que significa uma verdade no sentido estrito do termo, ou seja, aquilo que é o oposto à mentira, uma verdade absoluta. Já a palavra utilizada para justiça, no original de 1 Coríntios 1.30, é δικαιοσύνη, é um substantivo nominativo feminino singular, que significa a ação de comprar escravos pelo devido pagamento, uma espécie de resgate. Verificamos, assim, que a adaptação dos versículos bíblicos aponta para uma aproximação que seria interessante, no campo político, uma vez que o que se pede de um político é, dentre outras coisas, que ele seja verdadeiro e justo.

Além da tentativa da construção de um determinado *ethos*, a *Figura 8* também apresenta um quadro cênico que faz com que o coenunciador atribua ao fiador um caráter e uma personalidade que facilitem a incorporação por parte desse coenunciador. Nesse sentido, a cena englobante (tipo do discurso) é o campo político; a cena genérica (gênero do discurso) é um santinho; e a cenografia (ou seja, a cena construída pelo jogo entre imagem e texto) é a de um momento de votação, quando o eleitor se encontra diante da urna eletrônica, por isso a imagem “aperte confirma”. Dessa forma, cria-se um cenário que induz os eleitores cristãos a votarem em José Serra, pois ele é um homem temente a Deus, religioso, etc.

Vejamos agora a *Figura 9*, panfleto publicitário eleitoral:

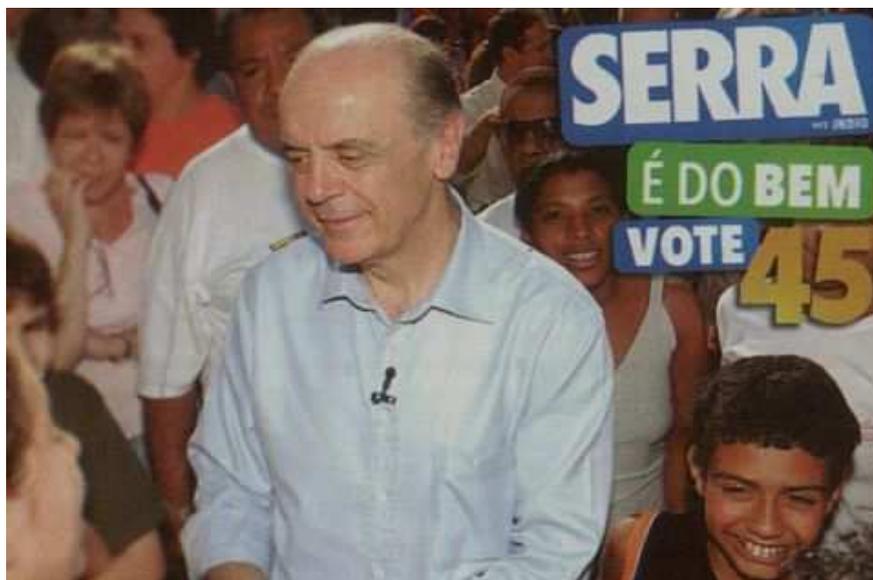


Figura 8: Santinho de José Serra

Na parte superior direita do panfleto, há o nome Serra, com fundo azul em letras brancas, depois a expressão “é do bem”, de fundo verde e letras também brancas, seguida pela palavra “vote” em fundo azul e letras brancas, e pelo número “45” em amarelo, fazendo assim um jogo de cores com a bandeira brasileira. A união dessas imagens cria o slogan “Serra é do bem” seguido do enunciado imperativo “vote 45”.

Como pode ser observado, no panfleto, é apresentada uma fotografia do candidato à presidência do Brasil, José Serra, que aparece com expressão compungida e contrita, em meio a um culto cristão, trajando uma camisa social simples, com as mangas dobradas, com rosto meio prostrado reverentemente, com um olhar meditativo e

sereno e esboçando um sorriso, rodeado de pessoas de pessoas de aparência simples, jovens, homens, mulheres e idosos. A forma de se movimentar no espaço social (corporalidade) e os traços psicológicos (caráter) sugeridos pelo enunciado e pela imagem do panfleto remetem o coenunciador, por meio do interdiscurso (memória), ao ethos de um fiador simples, próximo ao povo, e religioso.

Assim o slogan “Serra é do bem”, interposto pela imagem, tem como efeito de sentido criar, por meio de uma memória, uma aproximação identitária com eleitores cristãos, apresentando-se como modelo de homem religioso, que por sua vez, é alguém simples e que caminha com o povo, como preceitua a Bíblia a respeito de Jesus Cristo que andava com pessoas simples do povo, com aquelas que eram consideradas pecadoras (cf. Mateus 9.10; 11.19). Dessa forma, o panfleto, por meio de seu quadro cênico, cria um efeito de sentido segundo o qual Serra é um homem bom, um homem do bem, assim como Cristo, modelo de verdadeira religiosidade para os cristãos, o era.

Verificamos, que a cena englobante (tipo do discurso) é do campo político; a cena genérica (gênero do discurso) é um panfleto; e a cenografia é a da participação de um homem simples, do povo, despojado, contrito e religioso, em um culto a Deus. A cenografia escolhida é uma cena validade pelos cristãos, pois eles primam pela chamada comunhão, que, segundo o discurso cristão, ocorre nos cultos. No Antigo Testamento a comunhão dos israelitas era algo comparado as maiores bênçãos dadas por Deus ao homem, daí o Salmista dizer “Oh, como é bom e agradável viverem unidos os irmãos” (cf. Salmo 133). No Novo Testamento, todos os crentes são membros de um só corpo, do qual Cristo é o cabeça, ou nos ditos do apóstolo Paulo “Ora, vós sois corpo de Cristo; e, individualmente, membros desse corpo” (1Coríntios 12.27 ARA).

A escolha da palavra “bem”, em oposição a “mal”, também mostra, discursivamente, que, ao contrário da candidata do PT Dilma Rousseff, apresentada pelo PSDB como “do mal”, já que, segundo o discurso materializado nas propagandas do referido partido, ela era favorável ao aborto, ao homossexualismo, etc.; José Serra atenderia aos pleitos dos religiosos cristãos, por ser ele um deles, daí a tentativa de construção do *ethos* de homem religioso.

Vejamos agora a *Figura 5*, que já foi apresentada no segundo capítulo desta dissertação:

MENSAGEM DA DILMA

Dirijo-me mais uma vez a vocês, com o carinho e o respeito que merecem os que sonham com um Brasil cada vez mais perto da premissa do Evangelho de desejar ao próximo o que queremos para nós mesmos. É com esta convicção que resolvi pôr um fim definitivo à campanha de calúnias e boatos espalhados por meus adversários eleitorais. Para não permitir que prevaleça a mentira como arma em busca de votos, em nome da verdade quero reafirmar:

1. Defendo a convivência entre as diferentes religiões e a liberdade religiosa, assegurada pela Constituição Federal;
2. Sou pessoalmente contra o aborto e defendo a manutenção da legislação atual sobre o assunto;
3. Eleita presidente da República, não tomarei a iniciativa de propor alterações de pontos que tratem da legislação do aborto e de outros temas concernentes à família e à livre expressão de qualquer religião no País.
4. O PNDH3 é uma ampla carta de intenções, que incorporou itens do programa anterior. Está sendo revisto e, se eleita, não pretendo promover nenhuma iniciativa que afronte a família;
5. Com relação ao PLC 122, caso aprovado no Senado, onde tramita atualmente, será sancionado em meu futuro governo nos artigos que não violem a liberdade de crença, culto e expressão e demais garantias constitucionais individuais existentes no Brasil;
6. Se Deus quiser e o povo brasileiro me der, a oportunidade de presidir o País, pretendo editar leis e desenvolver programas que tenham a família como foco principal, a exemplo do Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida e tantos outros que resgatem a cidadania e a dignidade humana.

Com estes esclarecimentos, espero contar com vocês para deter a sórdida campanha de calúnias contra mim orquestrada. Não podemos permitir que a mentira se converta em fonte de benefícios eleitorais para aqueles que não têm escrúpulos de manipular a fé e a religião tão respeitada por todos nós. Minha campanha é pela vida, pela paz, pela justiça social, pelo respeito, pela prosperidade e pela convivência entre todas as pessoas.



Dilma Rousseff

Figura 5 – Mensagem da Dilma aos cristãos

A *Figura 5* é um panfleto que circulou em outubro de 2010, quando Dilma Rousseff divulgou mensagem a religiosos, para tentar, nas palavras dela, "pôr um fim definitivo à campanha de calúnias e boatos" espalhados pelos adversários. A mensagem foi entregue a parlamentares e líderes religiosos apoiadores da campanha petista para ser distribuída nas igrejas e cultos.

A materialidade analisada tem um fundo branco e o texto em cor cinza, sendo que o título que capitula o panfleto “MENSAGEM DA DILMA” está em caixa alta na cor vermelha, que é a cor básica do Partido dos Trabalhadores (PT). O texto é disposto da seguinte forma: i) uma introdução; ii) seis tópicos abordados; e iii) uma conclusão. Na parte inferior esquerda encontramos a inscrição “Dilma Rousseff” em cor cinza, e a assinatura da candidata em cor preta. Ao trazer a assinatura de Dilma Rousseff, o texto produz um efeito de sentido de compromisso firmado.

O quando cênico encontrado na *Figura 5* pode ser assim explicado: a cena englobante (tipo do discurso) é do campo político; a cena genérica (gênero do discurso) é uma carta-aberta; e a cenografia é a de uma conversa entre amigos religiosos: de um lado, uma mulher de fé e religiosa, desmentindo calúnias sobre a sua pessoa; e, de outro, seu amigo, também religioso, provável eleitor. O envio de cartas é uma prática comum entre os cristãos, exemplo disso é que vários livros que compõem a Bíblia são cartas/epistolas.

Na introdução da carta, logo após apresentar-se como a autora, Dilma explicita seu “carinho e respeito” aos destinatários eleitores/religiosos cristãos, como “aqueles que sonham com o Brasil cada vez mais perto da premissa do Evangelho de desejar ao próximo o que queremos a nós mesmos”, seguido pela expressão “é com essa convicção”, que, referindo-se ao período anterior, mostra, logo no início do texto, que o tom da carta expressa o caráter (traços psicológicos) e a corporalidade (forma de mover-se no espaço social) do enunciador, os quais são marcados por características basilares da fé cristã. Isso porque, ao trazer, no início da carta, um trecho de um dos ditos de Jesus no Evangelho, o enunciador da carta mostra-se como alguém que segue as palavras do Cristo. O trecho do qual o enunciador retira o enunciado “... desejar ao próximo o que queremos a nós mesmos” é o seguinte: “Tudo quanto, pois, quereis que os homens vos façam, assim fazei-o vós também a eles; porque esta é a Lei e os Profetas”. (Mateus 7:12 ARA).

Nota-se uma ocultação da primeira parte da resposta dada por Jesus, que resumia os quatro primeiros mandamentos do decálogo⁵⁸, referentes ao relacionamento entre

⁵⁸ Primeiro mandamento: “Não terás outros deuses diante de mim.” (Êxodo 20:3 ARA); Segundo mandamento: “Não farás para ti imagem de escultura, nem semelhança alguma do que há em cima nos céus, nem embaixo na terra, nem nas águas debaixo da terra. Não as adorarás, nem lhes darás culto; porque eu sou o SENHOR, teu Deus, Deus zeloso, que visito a iniquidade dos pais nos filhos até à terceira e quarta geração daqueles que me aborrecem e faço misericórdia até mil gerações daqueles que me amam e guardam os meus mandamentos”.(Êxodo 20.4-6 ARA); Terceiro mandamento: “Não tomarás

Deus e os homens, e uma ênfase na segunda parte do pronunciamento de Cristo, que resume os outros seis mandamentos mosaicos⁵⁹, que se referem ao relacionamento entre os próprios homens. Ainda no final da introdução, ao utilizar o período “Para não deixar que prevaleça a mentira, em nome da verdade quero reafirmar”, Dilma faz uma crítica ao seu adversário político José Serra, acusando-o de mentiroso e ao mesmo tempo colocando-se como defensora e amiga da “verdade”. Dessa forma, o enunciador evoca certa memória e cria um paralelismo, pois Jesus Cristo é apresentado na Bíblia como “o caminho, a verdade e a vida” (cf. João 14.6), e o diabo como “o pai da mentira” (cf. João 8.44), e no panfleto Dilma defende a verdade, assim ela é apresentada como alguém que é “de Jesus” e José Serra, por ser mentiroso, é “do diabo”.

No desenvolvimento da carta, o enunciador elenca uma série de assuntos vinculados ao discurso religioso, procurando defender-se de possíveis críticas levantadas pelos seus adversários políticos. No primeiro tópico, o enunciador afirma “Defendo a convivência entre as diferentes religiões e a liberdade religiosa, assegurada pela Constituição Federal”. Por meio do referido enunciado, Dilma assume o discurso daqueles que são favoráveis à liberdade religiosa, inclusive, os cristãos. No segundo tópico, lê-se: “Sou pessoalmente contra o aborto e defendo a manutenção da legislação atual sobre o assunto”, o enunciador posiciona-se “pessoalmente” contra o aborto, visto que vinha sendo acusada (cf. capítulo 3) de ser “a favor de matar criancinhas”. No terceiro tópico, ainda versando sobre a questão do aborto, o enunciador afirma “Eleita presidente da república, não tomarei a iniciativa de propor alterações de pontos que tratem da legislação do aborto e de outros temas concernentes à família e à livre expressão de qualquer religião do país”. O efeito de sentido produzido por esse enunciado é o de que Dilma é favorável à vida, o que produz também o efeito de que a

o nome do Senhor, teu Deus, em vão, por que o SENHOR não tomará por inocente o que tomar o seu nome em vão” (Êxodo 20.7 ARA); e o quarto mandamento: “Lembra-te do dia de sábado para o santificar. Seis dias trabalharás e farás toda a tua obra. Mas o sétimo dia é o sábado do SENHOR, teu Deus. Não farás nenhum trabalho, nem tu, nem o teu filho, nem a tua filha, nem o teu servo, nem a tua serva, nem o teu animal, nem o forasteiro das tuas portas para dentro. Porque, em seis dias, fez o SENHOR os céus e a terra, o mar e tudo o que neles há e, ao sétimo dia descansou; por isso o Senhor abençoou o dia de sábado e o santificou.” (Êxodo 20.8-11 ARA)

⁵⁹ Quinto mandamento: “Honra teu pai e tua mãe, para que se prolonguem os teus dias na terra que o SENHOR, teu Deus, te dá.” (Êxodo 20.12 ARA); Sexto mandamento: “Não matarás.” (Êxodo 20.8-13 ARA); Sétimo mandamento: “Não adulterarás.” (Êxodo 20.14 ARA); Oitavo mandamento: “Não furtarás.” (Êxodo 20.15 ARA); Nono mandamento: “Não dirás falso testemunho contra o teu próximo.” (Êxodo 20.16 ARA); e décimo mandamento: “Não cobiçarás a casa do teu próximo. Não cobiçarás a mulher do teu próximo, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma que pertença ao teu próximo.” (Exo 20:17 ARA)

referida candidata estava sendo caluniada por seus adversários políticos. No tópico 4, lemos: “O PNDH3 é uma ampla carta de intenções, que incorporou itens do programa anterior. Está sendo revisto e, se eleita, não pretendo promover nenhuma iniciativa que afronte a família”; e no tópico 5: “Com relação ao PLC 122, caso aprovado pelo Senado, onde tramita atualmente, será sancionado em meu futuro governo nos artigos que não violem a liberdade de crença, culto e expressão e demais garantias constitucionais individuais existentes no Brasil”. Esses dois enunciados estão relacionados com a questão do homossexualismo e com a liberdade de crença, expressão e culto, pois, a candidata petista, como vimos no terceiro capítulo desta dissertação, era acusada de defender a prática homossexual e de destruir os valores da família. Por fim, no último tópico apresentado na carta, há o seguinte enunciado: “Se Deus quiser e o povo brasileiro me der, a oportunidade de presidir o país, pretendo editar leis e desenvolver programas que tenham a família como foco principal, a exemplo do Bolsa Família, Minha Casa, Minha vida e tantos outros que resgatem a cidadania e a dignidade humana”. Nesse trecho o enunciador mostra-se como alguém que crê e que depende de Deus, conferindo à carta, mais uma vez, um *tom* religioso e cristão.

Na conclusão do panfleto, o enunciador retoma a ideia de que está sendo caluniado, acusando seu adversário político de “sórdido”, e posiciona-se como alguém que defende os valores eminentemente cristãos: “vida”, “paz”, “justiça social”, “respeito”, “propriedade” e “convivência”.

Em resumo, o *ethos* e a cenografia, baseados no discurso religioso, funcionaram, na materialidade analisada, com a finalidade de atribuir ao enunciador reconhecimento no espaço social e garantir-lhe a condição de credibilidade entre os cristãos.

Vejamos agora a *Figura 3*, a qual já foi apresentada, no segundo capítulo desta dissertação.



Figura 3 – Dilma com o Papa Bento XVI

A *Figura 3* é a fotografia da então ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, cumprimentando o papa Bento XVI, no Vaticano, diante do então presidente do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva e da primeira-dama, Marisa Letícia, em 13 de novembro de 2008.

Como vimos anteriormente, na primeira quinzena de outubro de 2010 ocorreu o início do segundo turno das eleições presidenciais e o retorno do Programa Eleitoral. Foi neste momento que os candidatos Dilma Rousseff e José Serra enfatizaram, em seus respectivos programas, questões relacionadas à família e ao aborto, e fizeram promessas de “respeito à vida” e a Deus. A partir dos seis minutos e cinquenta e quatro segundos do vídeo do programa eleitoral da candidata Dilma Rousseff, o narrador do programa afirma:

A visão da mulher é capaz de mudar muita coisa. Da mulher mãe. Da mulher avó. Da mulher que respeita a vida. Da mulher que percorre o mundo divulgando nosso país. Da mulher capaz de realizar programas que realizam o sonho de tantas famílias brasileiras. Essa é Dilma. Que com a força e a fé da mulher vai fazer o Brasil seguir mudando.

No momento do vídeo em que é dita frase “da mulher que respeita a vida”, a *Figura 3* é veiculada. A foto está em preto e branco, com um leve efeito em amarelo, na parte superior esquerda. Ao fundo, uma parede em tom claro, um quadro pendurado, e a presença da Sra. Marisa Letícia, trajando roupa solene, composta e de tom escuro, com véu na cabeça, segurando um objeto não identificado, ladeada pelo seu marido, o presidente do Brasil na ocasião da foto, Luis Inácio Lula Silva, trajado terno e gravata de cores escuras e camisa branca de cor clara, ambos com ar de humildade, olhando para baixo. Mais à frente, na foto, encontra-se a então ministra da casa civil, Dilma Rousseff, também trajando roupas em tom escuro, também com a cabeça coberta por um véu. Ela recebe, com ar de satisfação, um exemplar da Bíblia das mãos do próprio papa Bento XVI que, com rosto sereno e utilizando trajes papais, entrega a Dilma Rousseff o exemplar das Escrituras.

O uso do véu, na linguagem bíblica neotestamentaria, por questões culturais, remete à memória de submissão à autoridade religiosa (cf. 1 Coríntios 11.1-34). Portanto, quando, na imagem, Dilma e Marisa aparecem usando o véu, o efeito de sentido é o de que são submissas à autoridade papal, o que, por sua vez, cria um segundo efeito: o de que elas são pessoas religiosas. A presença de uma família, composta por homem e mulher, também é marcante na foto, ainda mais quando lembramos que a essa altura da campanha eleitoral a candidata Dilma Rousseff estava sendo acusada de ser contrária à família, ao casamento e religião cristã e favorável ao aborto⁶⁰. Ainda analisando somente a figura, sem abordar os enunciados verbais, verificamos que a entrega de um exemplar da Bíblia Sagrada, por parte da maior autoridade da Igreja Católica Apostólica Romana, o papa Bento XVI, considerado pela fé católica como o representante de Cristo na Terra, aliada à recepção de Dilma, que recebe a Bíblia com alegria, reforça a construção de um ethos que a aproxima da fé cristã, não somente evangélica, mas também católica.

Quando analisamos a imagem acrescida dos enunciados: “Vida”, grafado em fonte grande, como que escrita à mão, gerando um efeito de sentido semelhante ao de uma assinatura e, portanto, de um compromisso por parte da candidata; e “da mulher que respeita a vida”, verificamos que o *tom* e a *corporalidade* expressos é o de alguém que respeita, acredita e pratica a fé cristã. A cenografia, por sua vez, é baseada em uma

⁶⁰ Sobre a perspectiva cristã sobre o aborto veja o item 3.2.1 a questão do aborto, na p.65 da presente dissertação.

cena validada pelos cristãos católicos, pois materializa um ato de submissão e de respeito à autoridade eclesiástica.

4.4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As análises mostraram que o *ethos* e a *cenografia* materializados nos materiais de campanha analisados estão relacionados a uma imagem de religiosidade, de cristandade e, em alguns casos, até de deificação. Desse modo, os enunciadores utilizam de todos esses estereótipos para construir uma imagem valorizada de si, enquanto marginalizam a imagem de seus adversários.

Essa imagem de si, criada pelos candidatos, só é possível porque, devido a um efeito da memória sobre a atualidade, os políticos também são avaliados pelos valores fundados em preceitos morais, os quais, na maioria das vezes, tem origem religiosa. Parte da campanha eleitoral consiste em saber usar isto a seu favor e contra os seus adversários. Assim, é cada vez mais comum a presença da linguagem religiosa no discurso político. Desta forma, a política não pode prescindir plenamente da religião e, em certas circunstâncias, o discurso religioso cumpre uma função claramente política: o dissidente político passa a ser tratado como o herege, merecedor de todas as punições; passa a ser classificado como representante das forças do mal; os que defendem a ordem social vigente não titubeiam em demonizar os seus oponentes; o mal é incorporado ao *outro*.

A cenografia das campanhas, que se materializa nos santinhos, nas propagandas políticas, nas cartas abertas, conquista o coenunciador, pois este passa, graças as cenografias criadas nas/pelas campanhas, a fazer parte da comunidade que partilha do discurso materializado nas/pelas propagandas políticas. Para tanto, os políticos utilizam-se de cenas validadas na memória coletiva e, assim, constroem uma imagem de si, por meio da qual se aproximam de alguns grupos religiosos, principalmente, como mostramos nesta dissertação, dos evangélicos e dos católicos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa empreitada analisamos o papel da memória no funcionamento discursivo da campanha eleitoral presidencial brasileira, e procuramos responder quais efeitos de sentido encontram-se materializadas no *corpus* analisado.

Inicialmente, identificamos na campanha eleitoral o entrecruzamento da política e do discurso religioso, na atualidade, por meio do uso de diversos recursos disponíveis na comunicação de mídia, tais como imagens, *sites*, *blogs*, panfletos, *outdoors*, santinhos, fotografias, propagandas audiovisuais, dentre outros. Assim, a coleta das materialidades significantes não foi feita em um recorte específico de determinados sítios da internet ou periódicos reconhecidos nacionalmente, pois verificamos que as mesmas surgiram em vários lugares e de várias formas.

A partir daí, propusemos analisar a campanha eleitoral procurando identificar o discurso religioso na política e os efeitos de sentido desse funcionamento, bem como sua relação com a memória. Em busca de respostas, postulamos três hipóteses, as quais desenvolvemos nos capítulos de análise.

No capítulo 2, trabalhamos a primeira hipótese, segundo a qual na segunda quinzena de setembro de 2010, a candidata petista Dilma Rousseff caiu nas pesquisas de intenção de votos, o que culminou na necessidade do segundo turno das eleições, sendo que esta migração de votos ocorreu principalmente entre os eleitores evangélicos e católicos, quando da irrupção de questões situadas no entremeio do discurso religioso e da política, ligadas à determinada memória.

Verificamos pelas formulações analisadas, no referido capítulo, que, em agosto de 2010, período referente ao início do primeiro turno das eleições, a candidata Dilma Rousseff (PT) liderava as pesquisas de intenção de voto, sendo que no dia 26 de agosto/2010, tinha cerca de 51% destas intenções, portanto, havia uma possibilidade real da referida candidata ser eleita no primeiro turno. Entretanto, ao longo da segunda quinzena de setembro de 2010, houve *um acontecimento discursivo*, ou seja, o encontro de uma memória com uma atualidade, que fez com que a candidata petista caísse nas pesquisas de intenção de votos e que permitiu que seus concorrentes, sobretudo a candidata Marina Silva (PV), despontassem nas pesquisas de intenções de voto, o que culminou na necessidade do segundo turno das eleições. Nesse capítulo, tomamos as campanhas (e tudo que nelas foi produzido) como *lugar de memória discursiva*.

Verificamos, assim, que a migração de votos ocorreu principalmente entre os eleitores evangélicos e católicos quando da irrupção de questões situadas no entremeio do discurso religioso e do discurso político, principalmente questões referentes ao tema aborto. Contudo, constatamos também que, ao final do segundo turno da referida eleição, a candidata da situação (Dilma Rousseff) foi eleita, apesar do apelo religioso materializado nas campanhas de seus concorrentes.

No capítulo 3, mostramos o funcionamento da segunda hipótese, a qual defende que a questão do aborto, vinculada ao discurso religioso, funcionou, na atualidade das campanhas, como memória que irrompeu sobre a atualidade, constituindo assim um *acontecimento discursivo*, no sentido de Pêcheux, conforme expresso nas obras *O papel da memória* e *Discurso: Estrutura e Acontecimento*. As análises mostraram que os textos postos em circulação, logo no início do segundo turno das eleições 2010 (panfletos, e-mail e “fala” de Mônica Serra, com suas respectivas repercussões na mídia), indicam a irrupção de forma bastante acentuada da questão do aborto e de outras temáticas vinculadas ao discurso religioso na campanha eleitoral, por um efeito da memória, pois os textos que circulam nesse período fazem referência direta ou indireta à Bíblia, considerada entre católicos e evangélicos como texto fundador, ou ao suposto passado dos políticos, como ocorre no “Caso Mônica Serra”, sobre a atualidade, que é a própria campanha eleitoral.

Vimos também que essa relação entre memória e atualidade se constitui no acontecimento discursivo das eleições 2010 por meio do que Pierucci (2011) chamou de *efeito fariseu*. Tal efeito mostra que mesmo que os candidatos a cargos eletivos na esfera de poder político atuem em conformidade com o que percebem que o povo anseia e, a partir disso, construam suas campanhas, os **efeitos de sentidos** decorrentes disso não são controlados pelo enunciador, pois no encontro de uma *atualidade* com uma *memória*, há sempre uma (re)estruturação que se dá no/pelo *acontecimento*, e nesse processo as coisas podem “sair do controle”. Em outras palavras, as análises mostraram que, na tentativa de criar uma imagem de si (o *ethos*) que se baseou numa encenação de religiosidade, os candidatos produziram nos eleitores cristãos uma repulsa que gerou um efeito de afastamento e não de proximidade, como era esperado.

Enfim, no capítulo 4, apresentamos os desdobramentos da terceira hipótese, a qual defende que, na campanha eleitoral de 2010, os grupos políticos, por meio de relações interdiscursivas com o discurso religioso (e, portanto, de relações com a

memória discursiva), elaboraram determinados *ethé* vinculados a imagens cristalizadas (estereótipos) dos candidatos, imagens essas que, supostamente, os aproximariam de certos grupos religiosos.

As análises mostraram que o *ethos* e a *cenografia* materializados nos materiais de campanha analisados estão relacionados a uma imagem de religiosidade, de cristandade e, em alguns casos, até de deificação. Desse modo, o enunciador utilizava estereótipos para criar uma imagem valorizada de si, enquanto marginalizava a imagem de seu adversário. Para isso os políticos utilizam-se de cenas validadas na memória coletiva para tentar construir uma imagem de si e se aproximarem de determinados grupos, no caso, dos evangélicos e dos católicos.

Ao finalizar este trabalho, verificamos que as três hipóteses levantadas foram comprovadas pelas análises dos dados, o que mostra a real interação entre a política e o discurso religioso nas eleições presidenciais brasileiras de 2010, referentes à expectativa de produção de efeitos de sentido, que por sua vez estão relacionados à tentativa da criação de uma imagem (ligada à determinada memória) dos candidatos na campanha eleitoral. Este resultado nos abre a perspectiva de continuar esta pesquisa, em momento oportuno, analisando outros pleitos eleitorais no Brasil, e verificando nestes a possível interação entre política e discurso religioso.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Petrópolis: Vozes, 1988.

AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso**. Trad. Dilson F. da Cruz; Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret. 2001.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CASTRO, Selma. O discurso profético: ressacralização do espaço social. **In: ORLANDI, Eni Pulcinelli. Palavra, fé e poder**. Campinas: Pontes, 1987, p. 29-42.

COURTINE, Jean-Jacques. Os deslizamentos do espetáculo político. In : GREGOLIN, Maria do Rosário (org). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos : Clararuz, 2003, p. 21 – 34.

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Mídia e Lugares de Memória Discursiva. In: **Mídia e Rede de Memória**. Maria da Conceição Fonseca-Silva e Sírio Possenti (Org.). Vitória da Conquista, Edições UESB, 2007a, p. 11-37.

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. **Poder-Saber-Ética nos Discursos do Cuidado de Si e da Sexualidade**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007b.

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Funcionamento discursivo e cenas validadas de escândalos na esfera do poder político. **Estudos Linguísticos** (São Paulo), v. 38, 2009, p. 193-203.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **A História da Loucura na Idade Clássica**. Tradução de Jose Teixeira Coelho Neto. 1ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREUD, S., igmund. **Conferência XXXI: A dissecação da personalidade psíquica**. ESB, v. XXII Rio de Janeiro: Imago, 1932.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. Edição original: 1968.

HALBWACHS, Maurice. **Les Cadres Sociaux de la Mémoire**. Paris: PUF, 1952.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão [et al.] -- Campinas, 1924.

MAINGUENEAU, Dominique. (2011). A cena de enunciação. In: **Análise de textos de comunicação**. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo, Cortez, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia e incorporação. In: Amossy, R. (Org.). **Imagens de si no discurso**. Trad. Dilson F. da Cruz; Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. Problemas de ethos. In: **Cenas da enunciação**. Sírio Possenti; Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva (Org.). São Paulo: Parábola Editorial, 2008a, p. 55-73.

MAINGUENEAU, Dominique. Cenografia epistolar e debate público. In: **Cenas da enunciação**. Sírio Possenti; Maria Cecília Pérez de Souza (Org.). São Paulo: Parábola Editorial, 2008b, p. 115-135.

MAQUIAVEL. **O Príncipe**. São Paulo: Círculo do Livro, 1987.

KITTEL G., BROMILEY W., & FRIEDRICH, G. Ed. **Theological dictionary of the New Testament** (electronic ed.). Vol. 9 (222). Eerdmans: Grand Rapids: 1964.

KRIEG-PLANQUE, Alice. **A Noção de Fórmula em Análise do Discurso – Quadro Teórico e Metodológico**. São Paulo: Editora Parábola, 2010.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, v. 10, p. 7-28, 1993. Edição original: 1984.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e o seu funcionamento: as formas do discurso**. 6.ed. Campinas: Pontes, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 9.ed. Campinas: Pontes, 2010. Edição original: 1999.

PIERUCCI, Antônio Flávio. 2011. **Eleição 2010: desmoralização eleitoral do moralismo religioso**. *Novos estudos*, n. 89, p. 6-15

PEDROSA, Clayde Emília Faye. **Discurso religioso: funções e especificidade**. *Revista Soletas*, Ano VII, Nº 13. São Gonçalo: UERJ, 2007.

PÊCHEUX, M; FUCHS, C. À propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1993 [1975]. p. 163-252

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 5.ed. Campinas: Pontes, 2008 [1983a].

PÊCHEUX, Michel. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da Memória**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2010 [1983b]. p. 49-57.

PLATÃO. **A República**. Coleção *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural. 1997.

SILVA, E. G. **Cenografias, estereótipos e discurso religioso**. In: Colóquio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2010.

SWANSON, J. **Dictionary of Biblical Languages with Semantic Domains: Greek New Testament** (electronic ed.). Logos Research Systems, Inc.: Oak Harbor, 1997.

XAVIER, Wendell Lessa Vilela. **Vozes do trovão: a vez e a vós de Boanerges Ribeiro**. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP., 2007.

SITES:

<http://eleicoes.uol.com.br/2010/ultimas-noticias/multi/?hashId=corrida-ao-planalto-horario-eleitoral-da-tarde-de-0810-04029A386CC09183C6&mediaId=6820685>

<http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/07/bispo-de-guarulhos-orienta-padres-pregar-nas-missas-voto-contra-dilma.html>

<http://migre.me/g2BLB>

<http://migre.me/g2BR6>

<http://migre.me/g2BSS>

<http://migre.me/g2BW2>

<http://migre.me/g2Byb>

<http://migre.me/g2BYP>

<http://migre.me/g2C1s>

<http://migre.me/g2C2N>

<http://migre.me/g2C6c>

<http://migre.me/g2CGU>

<http://migre.me/g2D0T>

<http://noticias.gospelprime.com.br/pastor-silas-malafaia-declara-apoio-a-marina-silva/>

<http://noticias.terra.com.br/eleicoes/2010/noticias/0,,OI4738103-EI15311,00->

[O+que+Sheila+Ribeiro](#)

<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,dilma-mudou-de-posicao-sobre-o-aborto-diz-marina,617353,0.htm>

<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,dilma-reune-se-com-liderancas-religiosas-para-desmentir-boatos,617222,0.htm>

<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,em-carta-dilma-assina-compromisso-contra-o-aborto,625257,0.htm>

<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,mulher-de-serra-faz-campanha-no-rio-e-ataca-dilma,609885,0.htm>

<http://www.reinodavirgem.com.br/fe-e-politica/apelo-a-todos.html>

<http://www.youtube.com/watch?v=ILwU5GhY9MI&feature=youtu.be>

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2110201013.htm>

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/821609-papa-condena-aborto-e-pede-para-bispos-brasileiros-orientarem-politicamente-fieis.shtml>